

# O papel da Ásia Central no sistema tributário do mundo antigo

Samir Amin

Até 1800, a China foi a região mais avançada em todos os sentidos - produtividade agrícola, cidades, qualificações e visão como “modelo”. Os Europeus, ao descobri-la no “século de seu esplendor”, nela se inspiram. Assim, o autor atribui ao volume de trocas exteriores chinesas o índice 100 (diante de um excedente total 1000), como base de referência, durante um período no qual a população chinesa foi de 50 a 330 milhões de pessoas - sempre ao redor de 30% da população do mundo.

A China manteve relações estreitas com o centro médio-oriental, estimado este volume de trocas em 2/3 do total chinês; 20% com o Japão; 5% com a Ásia do Sudeste e 10% com a Europa.

O oriente médio, em 200 AEC, tinha uma população similar à da China, e um desenvolvimento equivalente. Na era cristã o Oriente Médio ficou para trás, com população menor e relativamente estagnada até 1700 - de 30 a 50 milhões. O declínio populacional do Oriente Médio foi de 30%, para 15%, para 7% do mundo em 1700. Foi acentuado por invasões turco-mongóis, às quais a China resistiu melhor que o Oriente Médio e que a Rússia - e o autor atribui o índice de 350 à produção do Oriente Médio frente ao 1000 chinês.

No entanto, as trocas China-OM caracterizam bem as relações entre regiões no mundo pré-moderno. Estas transferências de mercadorias e tecnologia chegaram à Europa, pela Rota da

Seda, pelo corredor de Gansu, cadeia de Tian Shan, deserto de Taklamatan e Pérsia pela ex-Ásia Central soviética.

Esta rota vital explica fenômenos cruciais: as religiões do OM (nestorianismo cristão e islamismo), primeiro na Ásia Central, depois na Europa; a sedentarização precoce das populações locais, no Turquestão oriental (Ouigouristan) desde o século IX; e o surgimento de grandes cidades comerciais ao longo da Rota, cercadas de zonas de agricultura intensamente irrigada; e a notável estabilidade da zona de influência chinesa.

O declínio das trocas China-OM deu lugar às relações com a Coreia e o Japão, que ainda muito pequenos, cresceram muito rápido - em 1850 chegando ao índice de trocas externas de 35. Seu índice médio é menor, porém, considerando sua menor intensidade - 25, com o Japão concentrando um índice de 20 dentre as trocas com a China.

Depois da China, a Índia é o maior centro de concentração e civilização. Tem um dinamismo contínuo desde suas origens até 1700, e chega à população da China nessa época. O autor aceita um índice equivalente à China, considerando a grande produtividade agrícola e cidades florescentes (produção 1000). No entanto o subcontinente é alvo de invasões frequentes, dificilmente unificado, e suas trocas menores são feitas principalmente com o OM, pelo caminho terrestre

Irã-Afeganistão e por via marítima. Suas trocas com o sudeste asiático só adquirem importância entre os anos 600 e 1000, então se voltando novamente ao OM e China pela islamização da Indonésia-Malásia e influência chinesa. O autor coloca o excedente do subcontinente em 60, coerente com observações de historiadores.

Até o ano 1000, a Europa tem 8% da população mundial. Sua decolagem é muito lenta - e ocorre entre os anos 1000 e 1350, para 18% da pop. mundial para cair após a Peste e voltar a 18% em 1700. O poder agrícola da Europa só se torna relevante a partir do século XVII, chegando à metade da China e terminando em 1492, quando se inicia sua busca por superdominação das Navegações. Até este período o peso europeu era pequeno - mas seu excedente era inexistente, e poderia estar perto de zero de 1200 a 1500. A média de 100 pode ser defendida, mas apenas como um impulso rápido e muito tardio. Entre 1100 e 1500, o autor estima o índice das trocas externas europeias em 20 - um índice que subestima estes quatro séculos, e superestima os anteriores.

A partir do Séc. XIII houve um breve período de intensa troca com a China pela rota mongólica, suplantado pelo impulso marítimo. Sobre esta rota e ligação, a percepção europeia deforma a percepção do Império Mongol como estabelecendo uma ligação Leste-Oeste - que já existia há muito tempo e que os europeus ignoravam, além de subestimar o efeito destrutivo das invasões turco-mongólicas que empobreceram as superpotências asiáticas. Mesmo no final do período considerado a balança comercial europeia é deficitária e seu papel era periférico, importando produtos de luxo e tecnologias, exportando materiais básicos, como minérios e metal.

As estimativas dos excedentes da África subsariana e Ásia do Sul são similares ao europeu - pouco dinâmicas e produtivas. A fraca produ-

tividade significa que o excedente é menor, em relação à população. Por trocar este pequeno excedente por produtos de luxo, as trocas distantes são mais importantes que as próximas. Assim, colocamos sua troca em 20%, contra 10% para a China e 6% para a Índia - e cremos que, na África do Sudeste, possa chegar a 30%.

| Região | Excedente | Trocas Ext. |
|--------|-----------|-------------|
| China  | 1000      | 100         |
| Índia  | 1000      | 60          |
| OM     | 800       | 140         |
| Europa | 100       | 20          |
| SA     | 60        | 20          |
| África | 50        | 10          |

A Ásia do Sudeste parte de uma posição periférica comparável à Europa e África subsariana. Inicia certo progresso antes que a Europa, com a hinduização e islamização a partir do Séc. VII, com trocas intensas com Índia e moderadas com a China e OM. Este impulso é brutalmente interrompido pela hegemonia marítima europeia, mas sua posição não se degrada como a da África, talvez pela ausência da devastação da escravidão sistemática.

A maioria das trocas do OM era com a China (65), seguida da Índia (50), África negra (10), Europa (10) e Ásia do sudeste (5), concretizando seu índice de 140 - 20% do excedente local (índice 800). Se esse índice for demasiado forte, a porcentagem do excedente seria ainda maior. A relação é forçada pelo trânsito - se antes era comparável à China, agora o comércio entre a Ásia, Europa e África passava necessariamente pelo comércio de trânsito do Oriente Médio.

A Ásia Central não é nem centro nem periferia. Pouco povoada, região de passagem obrigatória com excedente negligenciável. Nosso índice de 60 é provavelmente superestimado - ainda que o Turquestão, ao redor do Syr e do Amou Daria, tenha em certas épocas conhecido um desenvolvimento brilhante. Se beneficiou mais do que

quaisquer outras regiões do trânsito pela região.

A região não é homogênea, dividida numa região meridional (cadeia do Tian Shan e rota da seda) e uma setentrional marginal. A primeira inclui o Turquestão oriental (província chinesa de Sinkiang), o Turquestão ocidental ao sul do atual Cazaquistão, e o Afeganistão.

O comércio sempre passou pelo sul, e as variantes evitavam o deserto do Taklamatan pelo norte ou sul, escolhendo a rota de Dzoungarie ou os desfiladeiros que levam ao Fergana - sempre passando pela região.

A parte oriental dessa região é muito seca e pouco povoada - com exceção de cidades-oásis revitalizadas por pequenas zonas de irrigação e pelo comércio de trânsito. Nunca houve ali uma dominação nômade, mas urbano-mercantil. Por vezes independentes, por vezes controlados pela China, os poderes locais tiveram ali uma civilização brilhante, sedentária precoce, com centros urbanos abertos com religião universalista.

No oeste da cordilheira que separa o Sinkiang do Turquestão Ocidental, havia maior população nômade, e também agricultura irrigada. Ali a dominância foi urbano-mercantil ou nômade, e havia menos comércio. As invasões turco-mongóis jamais favoreceram o comércio na região.

O Afeganistão é importante porque ali se encontrava o comércio da Índia, China e Oriente Médio, e ali civilizações como o Estado Kouchane floresceram. A rota norte, evitando o Himalaia, foi a rota de expansão do budismo.

A parte setentrional corresponde à Mongólia e estepes do Cazaquistão, ao norte do Mar de Aral, Syr e Amou Daria. Esta região teve apenas um papel menor, diante do atraso da Europa e da dominância de populações nômades das estepes. Esta rota do norte foi apenas usada entre o impulso europeu (séc. XII) à conquista de Gengis Khan.

Ali o nomadismo predominava. Não haviam cidades importantes, e as trocas permaneciam limitadas ao extremo, apenas pela importação chinesa de cavalos e peles. Até a Época de Gengis Khan, Karakorum tinha menos de dez mil habitantes. O controle dessas trocas pela China dos Qing, depois da ruína da Mongólia, construiu uma nova articulação de nomadismo, feudalista, budista, mercantilista e chinês, dominante até o Séc. XX. A expansão russa na Sibéria, por sua vez, opunha russos e chineses e criava ainda mais tensões.

No Oeste da Mongólia, a região permanece sem limites precisos, englobando o Cazaquistão e a Rússia meridional. Ali se opuseram diretamente os invasores nômades, progressivamente islâmizados, e os russos.

Toda esta estrutura tributária nos apresenta certa estabilidade notável. As cifras-índice são médias de um longo período; mas a evolução teve características totais:

1. O progresso da China foi mantido e contínuo, e sua posição foi sempre notável, ainda que não dominante.
2. A estagnação do Oriente Médio causou uma regressão marcante.
3. A evolução mais explosiva e marcante foi a europeia. 4. As evoluções de outras regiões (Japão, Sudeste Asiático, África) prepararam igualmente a constituição do sistema capitalista planetário.
4. O sistema capitalista do século XVI é distintamente diferente. A Europa se torna dominante, um conceito que passa a caracterizar um novo sistema mundial, transferido da instância política para a econômica.
5. A Ásia Central perdeu sua posição de passagem e seus benefícios com o sistema capitalista, se tornando marginalizada.

# Contexto histórico e antecedentes da segunda guerra sino-japonesa: o nível estratégica

Bruno Magno

## 1 Introdução

O principal fenômeno antecedente à Guerra Sino-Japonesa foi a disputa imperialista por novas áreas de domínio econômico exclusivo - que pressionou as nações asiáticas a buscar soluções autóctones para seu desenvolvimento e inserção.

O fenômeno que impulsionou a inclusão da Ásia no sistema internacional capitalista foi a consolidação do Reino Unido, através da garantia do Centro de Decisão Energético, criação de um sistema de manufaturas industrial e uso da violência organizada do exército nacional.

O centro de decisão energético foi formulado a partir do centro de decisão econômico, e diz respeito à capacidade de implementar uma estratégia unificada acerca de todo o necessário às necessidades energéticas de um país ou bloco de países. O Reino Unido o garantiu por suas amplas reservas carboníferas, alimentando inovações tecnológicas.

A consolidação da economia industrial do motor a vapor e do processo Bessemer constituiu também uma burguesia industrial que atuasse em consonância com os objetivos nacionais, num processo de retroalimentação entre capital e governo.

O terceiro ponto, na constituição de forças armadas modernas, diz respeito a sua utilização, no caso britânico, para a abertura dos merca-

dos asiáticos, substituindo as Companhias nas responsabilidades de administração e coerção.

Nos EUA ocorreu processo semelhante, mas com a conquista de mercados dependente de sua expansão interna. Marx, em 1850, previu que a descoberta das minas de ouro da Califórnia levaria a um deslocamento do centro do capital do Atlântico para o Pacífico, como grande via do comércio mundial.

Tanto a China quanto o Japão precisaram construir meios para superar o domínio colonial imposto pelos tratados iníquos. O Japão foi bem sucedido, sendo reconhecido como grande potência em 1905.

Conforme o poder britânico declinava, desde o fim da Rebelião Boxer até a Convenção de Londres de 1930, foi estabelecida uma espécie de regime internacional na Ásia que era uma alternativa ao conflito sistêmico. O fracasso deste projeto está relacionado à trajetória da China e do Japão imperial, na Manchúria, saída do Japão da Liga das Nações em 1933 e a denúncia japonesa dos tratados navais em 1934.

Para o Japão, estava em jogo defender as conquistas de sua revolução nacional, elegendo os chineses como principais competidores - e principal ameaça.

Os antecedentes da guerra devem ser compreendidos no contexto da transformação sistêmica, do enfraquecimento da hegemonia britânica e

da ascensão dos Estados Unidos, conforme culminaram nos eventos das décadas de 20 e 30 que deram início à guerra total entre China e Japão.

## **2 Antecedentes históricos: o ingresso de China e Japão no sistema internacional**

A entrada desses países no sistema de westphalia foi traumática, e levou a um colapso de antigas instituições e grandes perdas humanas. A consolidação da China envolveu quase cem anos de guerras ininterruptas.

A primeira Guerra do Ópio (1839-42) envolveu a proibição, na China Qing, do comércio do produto que representava boa parte dos lucros ingleses na região. O conflito foi uma derrota extremamente custosa para a China.

Representou, também, o fim do Estado tributário asiático, com a assinatura do Tratado de Nanjing, tratado iníquo que garantia a extra-territorialidade de cidadãos britânicos, direitos exclusivos de comércio, e a cessão do território de Hong Kong - além de demarcar o padrão futuro do domínio ocidental na Ásia.

Nesse momento o Império Britânico consolidava-se, após derrotar o desafio napoleônico. O leste asiático estava às margens do sistema europeu, isolacionista e que só comerciava com o ocidente em portos específicos. Os europeus, nesse momento, não mais buscavam ali apenas artigos de luxo, mas matérias primas para sua expansão e novos mercados para seus produtos.

No Japão, os mercados foram abertos forçosamente pela *gunboat diplomacy* de Matthew Perry e dos Estados Unidos. O resultado foi a queda do sistema político, econômico e social do período Edo. A resposta japonesa, porém, diante de sua

demonstrada vulnerabilidade, foi socialmente bem sucedida - a Restauração Meiji.

Na China, a erosão causada mostrou a necessidade de modernização, além de estar o país passando por uma série de desafios, como a transição demográfica e os desastres naturais. Apesar dos esforços da corte Manchu, o assédio ocidental acabou por inviabilizar suas instituições e levou ao fim da dinastia.

### **2.1 Colapso do Império Qing**

Desde 1850 uma série de rebeliões questionava a autoridade da corte de Beijing. A principal delas foi a Revolução Taiping, que só foi vencida com um sistema de exércitos locais e com apoio britânico - medidas que enfraqueceram o poder central. Taiping levantou uma agenda que pautaria as reformas do Estado chinês até a queda do Império em 1911 - na Campanha do Autofortalecimento (1860), Reforma dos Cem Dias (1901) e as Reformas Tardias (1901).

A Campanha do Autofortalecimento foi uma tentativa de modernizar a China após a Revolução Taiping - no entanto não incluía reformas institucionais, e não conseguiu criar uma burguesia nacional desligada da economia de enclave das concessões ocidentais. Seu fracasso se evidenciou na derrota na Primeira Guerra Sino-Japonesa.

A Reforma dos Cem Dias buscou seguir a Restauração Meiji, com a criação do Ministério da Agricultura, reforma do sistema de serviço público e criação de um exército de conscritos, além de abrir o acesso ao Imperador. O golpe sofrido pela imperatriz viúva Cixi abortou o processo de reforma.

Após a Rebelião Boxer, com o Tratado das Oito Potências (1901) formalizando zonas de influência sobre a China e a pesada indenização sobre o Império, a ocupação da Manchúria pela Rússia e

outras demandas humilhantes, o Protocolo Boxer foi um experimento do que hoje chamamos de regimes internacionais, estipulando zonas de influência para governança multilateral. A pauta de reformas ressurgiu diante da percepção da formalização da relação dependente da China.

Em 1908 o governo Manchú comprometeu-se com a eleição de assembleias provinciais e promulgação de uma constituição até 1916. Nota-se que as reformas pontuais anteriores foram insuficientes e a resistência imperial as atrasou ainda mais. As reformas tardias acabaram sendo o estopim da queda do Império, conforme três classes se formaram: os senhores da guerra originários das repressões do século XIX, a nova elite intelectual resultante do sistema ocidental de ensino e a “burguesia compradora”, composta por mercadores e banqueiros ligados ao comércio ocidental. Todas as três classes se opunham à dinastia Qing - a instituição do exército desagrudou as milícias, os intelectuais viam nos Manchus apenas mais um invasor, e a burguesia compradora não se interessava no fortalecimento do Estado chinês.

Mesmo tentando antecipar a promulgação da constituição, o Império caiu em 1911, na Revolução Xinhai, liderada por Sun Yat-Sen e a Aliança Revolucionária Chinesa. A vitória só foi possível por sua aliança com o exército chinês, na figura de Yuan Shikai, que se tornaria presidente da república.

Com a dinastia, caíram todas as instituições imperiais, com criação de um grande vácuo de poder que levou à era dos senhores da guerra. A restauração de um poder central dependeu uma cadeia de lealdades pessoais entre estes 1300 senhores da guerra.

Diante do desgaste gerado fazendo frente a senhores da guerra rivais e enfrentando rebeliões, o governo de Yuan não foi capaz de enfrentar as pressões ocidentais. Esta incapacidade foi mos-

trada nas 21 exigências japonesas de 1915, que incluíam direitos comerciais exclusivos, a presença de uma polícia japonesa no norte do país e direitos de extraterritorialidade, que o governo chinês foi forçado a seguir.

A tentativa de manter boas relações com o Japão diante dos desgastes internos minou as bases de apoio de Yuan Shikai, que em 1916 tentou se proclamar Imperador, mas as províncias gradativamente declararam sua independência. Após sua morte a fragmentação tornou-se inevitável, e o governo central não governava além dos limites de Beijing.

O governo central só foi restituído por Jiang Jieshi após o sucesso da expedição ao norte. Jiang cooptou os senhores da guerra, optando também pela ênfase no combate a um inimigo interno - agora o Partido Comunista Chinês. Todos os movimentos de recuperação chinesa tinham um objetivo em comum - se desfazer dos tratados injustos e permitir seu desenvolvimento e inserção internacional autônoma.

## 2.2 Restauração Meiji, modelo da Revolução Nacional

O Japão viu uma fragmentação similar, mas conseguiu superá-la na Guerra Boshin - o levante de Satsuma, Choshu, Hizen e Tosa contra o xogunato Tokugawa, que foi derrubado em favor da Restauração Meiji em 1868. Os restauradores perseguiram a reversão dos tratados iníquos e o poder real do imperador. A nova oligarquia japonesa, por seu compromisso com a soberania, objetivou um Estado centralizado, uma economia industrializada e um exército forte, encerrando gradualmente sua relação de dependência.

Embora a ideologia antiocidental dos *samurai* revoltosos, sua vitória só foi possível pelo intercâmbio com países do ocidente, e técnicas de capitalistas de produção já haviam começado a

ser implantadas em seus territórios, além de um exército profissional formado por não-*samurai*. O Japão era a definição de subdesenvolvimento de Furtado, na sobreposição de formas de produção capitalistas e pré-capitalistas.

Esta contradição, porém, permitiu aos *Genro* perseguir um centro econômico dinâmico com seu próprio centro de decisão política. Iniciou-se uma reforma com os objetivos de centralização política, constituição de uma economia industrial e formação de forças armadas modernas. Eliminaram-se as estruturas arcaicas, extinguindo-se os privilégios de casta, e instituiu-se uma constituição - como confirmado pelo Imperador em sua Carta de Juramento, aliando a ocidentalização com a criação de um Estado poderoso.

Eliminaram-se as províncias e os governos de *daimiyo*, instituindo governos provinciais nomeados por Tokyo; os antigos senhores foram apaziguados com títulos na nobliarquia imperial, o *kazoku*, aos moldes da nobreza europeia, e muitos títulos do governo. Implementou-se um sistema de industrialização consistindo numa série de empresas estatais, voltadas à manufatura de produtos para exportação; posteriormente os títulos concedidos aos senhores foram utilizados para comprar estas indústrias do Estado japonês, convertendo *daimiyo* em *zaibatsu*, os grandes conglomerados industriais familiares.

Em 1873 surgiu o primeiro grande desafio do governo Meiji. Diante da explosão demográfica e da necessidade de matérias primas, o Japão considerou expandir sua influência à Coreia. Inicialmente o objetivo estabelecido foi o de dominar a península se utilizando de tratados desiguais e diplomacia, e em 1884 se estabeleceu, com a China, em coprotetorado sobre a Coreia.

Após ser derrotado no Debate Seikanron, o defensor da ocupação militar Saigō Takamori tornou a Satsuma e criou uma série de escolas

militares privadas, reunindo 30 mil homens que se revoltaram contra Tóquio. A guerra de seis meses foi um desafio ao recente exército central de 60 mil conscritos, e sua vitória consolidou o novo modelo de conscrição, além de vencer a última resistência da classe *samurai*.

Diante do fracasso do coprotetorado na Coreia, a Primeira Guerra Sino-Japonesa foi um desafio à Marinha e ao modelo industrial japonês, que se mostraram superiores ao desenvolvimento chinês durante a campanha do autofortalecimento. A vitória também abriu caminho para a revogação dos tratados iníquos.

A necessidade por recursos, então, colocou o Japão em rota de colisão com a Rússia na Manchúria. O Japão investiu em empreendimentos ferroviários e à exploração de carvão na região; a Rússia disputava a região desde o século XVII, tendo garantido seus interesses na Guerra da Crimeia contra o Reino Unido e no tratado iníquo da Convenção de Beijing, no qual anexou a Manchúria exterior. A guerra russo-japonesa eclodiu em 1905.

A vitória japonesa teve dois resultados: a garantia dos recursos necessários para sua expansão, e a elevação do Japão ao *status* de grande potência.

Durante a Rebelião Boxer, o Japão foi o principal participante da aliança externa que derrotou os insurgentes. Sua capacidade militar impressionou as potências ocidentais, e a Aliança Anglo-Japonesa foi firmada em 1902 para conter o Império Russo. Além de legitimar a campanha japonesa contra a Rússia, isso consolidou a aceitação do Japão como grande potência e permitiu a Tóquio denunciar todos os tratados iníquos do século anterior.

Mesmo após a vitória japonesa sobre o Império Russo, a guerra sino-japonesa ainda não era certa. O processo de modernização japonês era exemplo para os demais países asiáticos, bem

como da promoção de centros pan-asiáticos. O Japão buscava a integração econômica com a China; mas sua imagem se deteriorou após as 21 demandas. A implosão do sistema político da Restauração colocou os países em rota de colisão.

### 3 Contexto do sistema internacional: o período entre guerras

O resultado da Primeira Guerra Mundial deixou ambas as delegações asiáticas na Paz de Paris descontente. Na China, surgiu o Movimento Quatro de Maio, uma série de protestos pelo não reconhecimento da concessão de Shandong ao Japão e pelo estabelecimento de um governo nacionalista, democrático e de bem-estar - além de levar ao surgimento do PCCh.

O Japão saiu insatisfeito conforme as outras nações não reconheceram a igualdade racial entre os povos, e mantiveram o *status quo ante* mantendo a Ásia dividida em zonas de influência coloniais. Para o sucesso do desenvolvimento japonês, o livre fluxo de bens e pessoas era fundamental. Os desafios pressionavam o país a obter cada vez mais recursos. Konoe Fumimaro, futuro primeiro ministro e integrante da comitiva de Paris, apoiado pelo último *Genro*, escreveu que *não é razoável nem justo extinguir a guerra enquanto as condições de injustiça entre nações que a causaram permanecem intactas*.

O Japão estava diante de um dilema: entre a nova ordem internacional da Liga, do anti-comunismo e no congelamento das hegemonias clássicas, e os interesses japoneses em sua influência econômica na Ásia, extremamente dependentes da importação de recursos. Para tal o Japão precisava de estabilidade na Ásia - defendendo parcerias ou escolhendo o expansio-

nismo.

Entre 1917 e 1928, o Japão se comprometeu com a Política de Portas Abertas, com uma limitação de sua esquadra e, no pacto Kellogg-Briand, renunciou ao direito à guerra para a resolução de disputas. Paradoxalmente, suas opções diplomáticas diminuíram quando entrou na arquitetura internacional do internacionalismo conservador, na ausência de mecanismos de arbitragem e abundância de protecionismos. A dificuldade em acessar recursos tornava-se um obstáculo intransponível.

A principal contradição, de acordo com Shigenori, é entre o sistema de soberanias do período e o imperativo do desenvolvimento econômico - os tratados não solucionavam as tensões vigentes, e as geravam ao serem discriminatórios e inadequados ao sistema internacional de seu tempo.

Durante os ministérios de Shidehara Kijiro, o Japão adotou uma política de aproximação de livre comércio com a China; no entanto, a depressão econômica favoreceu a posição de militares e da expansão da esfera de influência japonesa na Manchúria, Mongólia e em toda a China. Sua posição se tornou insustentável conforme o regime internacional tentava evitar guerras sem criar regimes internacionais comerciais, econômicos e financeiros - o que restringia as opções das potências emergentes.

Na virada do século a aliança com o Reino Unido havia perdido o sentido - com a denúncia dos tratados desiguais, enfraquecimento das antagonistas europeias do Reino Unido e na Conferência Naval de Washington que substituiu as antigas alianças bilaterais. A partir deste momento as relações com os EUA começaram a ser deteriorar.

O propósito do Japão era libertar-se das obrigações dos tratados desiguais - enquanto a inten-



ção dos EUA de defender o princípio das Portas Abertas e o Tratado das Nove Potências era tão grande, afirma Togo, que o país estava disposto a ir à guerra por eles. O Japão, visto como força de estabilização, passou a entrar em conflitos frequentes com as posições americanas, e a imagem do Ocidente se deteriorou dentro do Japão conforme militaristas utilizavam-se dos acontecimentos para promover o confronto inevitável com o ocidente.

A posição britânica foi mais ambígua. O tratado com o Japão havia sido muito benéfico, liberando a armada inglesa para defender seu território, e só foi substituída pelo Tratado das Quatro Potências por pressão americana. Ao mesmo tempo, comprometeu-se a não criar novas fortificações ao norte de Malaca e no Pacífico para garantir a anuência do Japão. A defesa do Império Britânico na Ásia dependia da descrença numa guerra com o Japão - uma ingenuidade em favor da aliança anglo-estadunidense.

Seguindo o Incidente na Manchúria, os EUA pressionaram Londres a impor sanções contra o Japão, mas parte do parlamento e o MRE argumentavam que o Reino Unido não tinha compromissos com a integridade territorial chinesa.

A Doutrina Stimson também conteve o crescimento japonês, que considerava uma ofensa à Política de Portas Abertas. Sugeriu-se que o reconhecimento do governo soviético em novembro de 1933 pretendia, antes de tudo, romper a amizade russo-japonesa.

Outro fator foi o capitalismo de Estado, resposta das potências aos desafios da segunda revolução industrial, garantindo o papel de polos às potências que dispusessem de vastos territórios e recursos naturais. As outras precisavam compensar em suas esferas de influência - o Japão optou pelo caminho da força por uma série de fatores políticos, econômicos e sociais.

## **4 Contexto estratégico chinês: reunificação chinesa e a expedição ao norte**

Durante a era dos senhores da guerra, o governo de Beijing efetivamente não governava o território chinês. Nesse vácuo de poder, o Guomindang liderou a reunificação a partir das campanhas de Jiang Jieshi, e o PCCh se estruturou em sua primeira base no sul da China. O Estado chinês carecia de um centro de decisão e uma indústria ou burguesia ligada aos interesses nacionais - o crescimento econômico desta época está sempre ligado às economias de enclave.

Em 1924 foi criada a Academia Militar de Huanpu, que formou um novo oficialato e lideranças chinesas, comunistas e nacionalistas. O empreendimento foi um sucesso como forma de retomar o país pelo Guomindang após o apoio financeiro e militar da URSS e o lançamento da Expedição ao Norte em 1926 - consistiu numa campanha de grandes proporções, ao custo de 78 por cento do produto nacional e envolvendo todo o território, custando um número desconhecido de baixas. O objetivo declarado era reconquistar o país pelo GMD.

Após a morte de Sun Yat-sen em 1925, a liderança foi disputada por Jiang Jieshi e Wang Jingwei. Wang defendia a continuidade da aliança com os comunistas e se opunha à cooptação dos senhores da guerra. Daí resultou a divisão em dois governos - em Nanjing e em Wuhan. Durante o avanço da Expedição, Jiang Jieshi instituiu a perseguição aos comunistas, até o massacre de Shanghai em 1927. Wang, após ter seu apoio desintegrado, reconheceu a liderança de Jiang. Mais de 300 mil comunistas foram mortos durante as campanhas de aniquilamento até 1934 e a Longa Marcha de 1934 a 1936, e a Primeira Frente Unida estava terminada. O apoio soviético, naturalmente, cessou, e Jiang preten-

dia substituí-lo pelo governo anticomunista de Tóquio.

A concordância japonesa seria necessária para as campanhas contra o PCCh e contra as rebeliões de novos aliados - que em 1929 evoluíram para uma guerra civil - a Grande Guerra das Planícies Centrais - de 1 milhão de combatentes e 300 mil baixas. Jiang utilizou-se de Wang como testa-de-ferro para esta política impopular até 1938, quando Jiang desertou - após a campanha de Wuhan - e se tornou presidente do governo fantoche japonês na China.

Em 1927, o Japão apoiou o Terror Branco e afirmou que apoiaria os objetivos políticos de Jiang enquanto este se comprometesse com a luta contra o comunismo. O grande desafio de Jiang era Zhang Zuolin, senhor da guerra da Manchúria e do norte da China - incluindo Beijing - e aliado dos japoneses - e os eventos na Manchúria precipitariam a guerra entre os dois países.

Em 1928 Jiang encerrou a Expedição, derrotando Zhang e capturando Beijing e Shandong. A República da China foi reunificada e a capital foi transferida para Nanjing, iniciando a Década de Nanjing. Neste período houve grande aumento do orçamento militar (chegando a 78% da renda nacional). O exército nacional foi reconstruído, foram construídos milhares de quilômetros de rodovias e ferrovias, especialmente na Manchúria, competindo com as concessões japonesas e buscando construir a possibilidade de industrialização autóctone. Também se modernizou o sistema de admissão pública e burocracia, e se iniciou a reforma agrária.

O GMD passou a empreender uma política de protecionismo unificada e nacional, o que coincidiu com a imensa queda de exportações japonesas (50%) em 1929 e com um imenso aumento (900%) da receita aduaneira chinesa. O governo de Nanjing deixou de reconhecer acordos não assinados por seus representantes, incluindo

aqueles assinados por senhores da guerra ou pelo antigo governo de Beijing.

O abismo econômico entre camponeses e a população urbana cresceu, diante do apoio a anti-gos senhores da guerra - o que aumentou a popularidade do PCCh. O foco no exército nacional também impediu a consolidação da indústria, diante do custeio das campanhas e da posterior guerra contra o Japão.

O sucesso da Expedição levou à queda do ministro de relações exteriores Shidehara Kijuro e uma reorientação da política japonesa para a China. A autonomia das forças japonesas, em especial das estacionadas na China, levou à queda do gabinete em Tóquio e abriu espaço para o golpe das Forças Armadas de 1936, ano no qual Hebei e a Mongólia interior também se tornaram fantoches japoneses.

Zhang Xueliang, filho de Zhang Zuolin, aderiu ao governo de Nanjing e incentivou ações contra as posições japonesas na Manchúria. Zhang foi o suposto artífice da segunda frente unida entre o GMD e o PCCh, por meio do sequestro de Jiang Jieshi em 1936 - libertado apenas depois de se comprometer a cessar as ofensivas contra os comunistas e se focar na defesa contra os japoneses, visto que seu objetivo de consolidação anticomunista vinha impedindo um esforço nacional anti-japonês. O governo russo havia incentivado o PCCh e o GMD, quando eram ambos membros da Internacional (até o início do Terror Branco), para manter a liderança chinesa dividida.

O incidente de Xi'an, o sequestro de Jiang, foi uma tentativa desesperada de forçar o fim da perseguição aos comunistas. Ambas as forças buscavam apoio soviético antijaponês. A URSS optou pelo acordo com a China diante da ameaça do GMD de juntar-se à Anticomintern caso Jieshi fosse executado - o que a Moscou não poderia tolerar na iminência de uma possível

guerra na Europa. A segunda frente unida reorientou a atenção japonesa para a China, ameaçando cortar sua conexão com a Ásia, e os soviéticos não sofreram com uma guerra em dois fronts.

Ainda que o governo de Nanjing seja constantemente taxado de corrupto, incompetente e excessivamente anticomunista, estava comprometido em implementar uma revolução nacional como a do Japão nas décadas anteriores. A maior parte de seus programas, porém, foram interrompidos pela escalada das tensões com os japoneses, e abandonados com a guerra total a partir de 1937.

## 5 Contexto estratégico do Japão: o fim da democracia Taishō e o golpe de 1936

O Japão vivera um período de grande prosperidade na década de 1920, com o enfraquecimento das potências europeias após a Primeira Guerra Mundial, marcado por ampliação de direitos e uma política externa de não intervenção na China. Este período ficou conhecido como a Democracia Taishō, de 1918 a 1927.

A tempestade perfeita do Grande Terremoto de Tokyo (1923), da Crise Financeira Showa (1927) e da Grande Depressão (1929) minaram os fundamentos políticos do período, tornando o Japão cada vez mais dependente de suas zonas de influência - especialmente da Manchúria. A relação entre investimento externo e PNB cresceu; a participação do leste asiático na renda japonesa cresceu ainda mais.

Mesmo nesse cenário de dependência o Japão se voltou a uma política econômica de congelamento de gastos militares e expansão fiscal, por Takahashi Korekiyo, político experiente do período Taishō. Takahashi conseguiu reverter a re-

cessão uma década antes dos EUA, e sua política se baseava na saída do padrão-ouro. Sua política era privilegiada por Tokyo, mas gerava ressentimento nos militares. A política econômica japonesa e sua política com a China estavam ligadas. Os conceitos dessa época eram semelhantes aos da Restauração - ter uma economia forte para ter um exército forte. Sua política aos poucos foi desconstruída, encerrando o período Taishō. Os conglomerados *zaibatsu* apoiaram o golpe; o vácuo institucional do fim dos *genro* e a desobediência militar levaram à rebelião militar de fevereiro de 1936.

O ambiente internacional tentava estabelecer a paz sem criar regimes internacionais econômicos - isso levou ao aumento dos protecionismos, e entre 1929 e 1931 as exportações japonesas caíram pela metade. A quebra do sistema bancário japonês em 1927 pode também ter contribuído para o protagonismo político dos *zaibatsu*. Entre 1914 e 1931 o Japão saltou de quarto maior investidor externo na China para o segundo. Os *zaibatsu* passaram, pois, a depender da Manchúria e a tolerar a competição chinesa cada vez menos - e apoiaram a aventura expansionista do Exército Kwantung e as políticas belicistas.

Desde a década de 20, os militares japoneses tinham duas facções políticas - a *Kodoha*, que defendia um modelo tradicional ligado à terra, e a *Toseiha*, que defendia a ampla modernização - ambas, porém, defendiam a cratocracia do Imperador através das Forças Armadas, e não a democracia parlamentarista. A *Toseiha* encontrou apoio no *zaibatsu*.

Deficiências institucionais também causaram a ascensão dos militares - como a vaga constituição, que indicava o Imperador como responsável último pelo processo decisório. Nesse espaço os *genro* governavam - e após sua morte o país gradualmente se tornou democrático, porém sem formalização institucional. As forças

armadas se tornaram progressivamente independentes, especialmente daquelas estacionadas na Manchúria, interrompendo com ações militares as tentativas de negociação de Tokyo.

O objetivo último do Exército Imperial era a guerra contra a URSS, e nisto a Manchúria era uma grande base militar. O exército lá estacionado implementou uma política externa própria, dissociada daquela de Tokyo. Após o estabelecimento de Manchukuo em 1933, os militares entregaram a Tokyo uma situação sem retorno que levou ao isolamento japonês. As campanhas independentes de Kwantung progressivamente expropriavam propriedades chinesas e as transferiam ao *zaibatsu*, e o governo civil não tinha os meios para retroceder - limitando suas opções políticas.

Entre 1930 e 1935, ocorreram cinco tentativas de golpe por oficiais do exército, e diversas tentativas de assassinato de ministros e políticos civis. Em 26 de fevereiro de 1936, 1500 militares em Tokyo ocuparam a sede do governo, do gabinete e do conselho privado do Imperador, e assassinaram dois ex-premiês. A rebelião foi vencida após três dias e levou ao desmantelamento da *Kodoha*. No entanto, abriu caminho para a consolidação da *Toseiha* e acabou com qualquer perspectiva de continuidade do governo civil após a morte do último *genro*, Saionki Kimochi, que aconselhara o Imperador a nomear o príncipe ao posto de Primeiro Ministro como o único capaz de criar um governo de consenso e impedir uma tomada total pelos militares.

A instabilidade política, assassinatos e perseguição tornaram impossível restaurar a autoridade civil, acompanhada do assassinato do Ministro Takahashi Korekiyo no golpe de 1936, a principal voz que defendia os princípios da Restauração - de desenvolvimento econômico e modernização.

O príncipe assumiu o gabinete em 1937, pro-

metendo a reconciliação civil-militar; um mês depois, o Exército Kwantung provocou o Incidente da Ponte de Marco Polo, marco inicial da Guerra Sino-Japonesa. O gabinete de Konoe se tornou um refém da política de fato - e o processo decisório havia passado aos militares da *Toseiha*, que assumiria o gabinete em 1941, com o general Tojo Hideki. A prioridade passaria a ser o controle total do norte da China na preparação da guerra contra a URSS.

## 6 Conclusão

O sistema internacional, após a Primeira Guerra Mundial, não estabeleceu mecanismos de governança econômica e financeira, e manteve as profundas desigualdades que, para teóricos japoneses, haviam causado a guerra. À continuidade do desenvolvimento japonês se apresentaram duas opções: a liderança econômica, para manutenção de sua Revolução Nacional, e a manutenção de zonas de influência pela força. A crise econômica e as deficiências institucionais colocaram os interesses japoneses em colisão com os ocidentais; e ascendeu ao governo japonês uma coalizão entre militares e *zaibatsu*.

A China, ao final da década de 1920, retomava sua agenda de revolução nacional sob a liderança do GMD, com disputas internas extremamente extensas, violentas e longevas. Esta instabilidade foi vista pelo exército japonês como oportunidade ideal para consolidar sua influência exclusiva sobre a China e se preparar para o conflito com a URSS.

Em 7 de julho de 1937 teve início a Segunda Guerra Sino-Japonesa, ou Guerra de Resistência da China. Pode-se considerar esta a primeira guerra de libertação nacional do século XX - uma mobilização total de recursos materiais, políticos e humanos em prol da extinção de uma relação de dependência colonial imposta à força.

# Pearl Harbor e Midway: análise dos equívocos estratégicos e operacionais do almirante Yamamoto Isoroku

Bruno Magno

## 1 Introdução

As campanhas de Pearl Harbor e Midway são cruciais para analisar a expansão da guerra sino-japonesa em 1941. Devido ao embargo da Liga, o Japão iniciou a conquista da “Zona de Recursos Sul”. Diante do papel de Midway como ponto de virada da guerra, parte-se da seguinte pergunta: por que essas operações teriam sido um equívoco japonês?

Estas duas operações foram baseadas na pre-empção. Sustenta-se que estavam descoladas dos objetivos políticos e estratégicos do Japão, e que nos níveis operacional e tático desconsideraram a doutrina japonesa, que envolveria o apoio da aviação naval baseada em terra e a resistência nas Marianas.

## 2 Contexto estratégico

Em 1938 os japoneses controlavam 50% da população e 90% das indústrias chinesas. A Estrada da Birmânia, porém, havia sido finalizada, e as forças chinesas de Jiang Jieshi poderiam receber apoio externo, além de apoio econômico americano e ajuda da aviação soviética; os japoneses não conseguiam mais beneficiar-se da expansão, as áreas ocupadas sofriam ataques de guerrilha e a guerra na China tornava-se um “atoleiro”.

Ao final de 1938, 40% das tropas do Japão esta-

vam em solo chinês, e sua violência só fortalecia a resistência chinesa. O Japão não poderia vencer a China com rapidez e nem dela se retirar, deteriorando suas relações com os EUA, de cujas exportações primárias dependiam.

O Japão exigiu, com sucesso, que os ingleses fechassem a Estrada da Birmânia, e obtiveram permissão de Vichy para ocupar o norte da Indochina; os países europeus estavam muito absorvidos na Europa. Quando o Japão se uniu ao Eixo, os americanos encerraram toda exportação de sucata de metal e combustível para o Japão, e o Reino Unido reabriu a Estrada.

Quando a Alemanha atacou a União Soviética, embora Yosuke Matsuoka defendesse a ofensiva conjunta, optou-se por respeitar o acordo de não agressão feito dois meses antes e avançar sobre a zona de recursos sul. A prioridade era cortar os suprimentos chineses e vencer a guerra.

Em julho de 1941, os japoneses, com permissão de Vichy, ocuparam o restante da Indochina; os EUA congelaram todos os ativos japoneses; e em setembro foi declarado o embargo sobre a venda de petróleo. O estoque japonês duraria menos de dois anos.

Em nenhum momento, porém, ficou clara a inevitabilidade da guerra com os Estados Unidos. O Japão poderia encontrar outras fontes de recursos, e os países tentavam ainda negociar. Ro-

osevelt teria achado quase impossível convencer o eleitorado à entrada na guerra sem o ataque a Pearl Harbor - no Japão, porém, no verão de 1941 considerava-se que a guerra com os EUA era inevitável.

Após o período conturbado de 1936, a política externa e o processo de decisão japoneses haviam sido securitizados pelas Forças Armadas Imperiais, reféns de objetivos militares. A única solução possível era o cumprimento total dos objetivos militares japoneses.

Hoover e Roosevelt tinham fortes razões para evitar a guerra na Ásia; a opinião pública seria fortemente contra tal conflito, e mesmo sanções eram vistas como impraticáveis no meio à depressão. Até 1941 mantiveram a Política de Portas Abertas, no fornecimento de ajuda militar a Jiang Jieshi e na manutenção de paz precária com o Japão.

Em 1941, o Japão declarou guerra contra os EUA, Reino Unido e Países Baixos, com o objetivo de conquistar a área de recursos sul (no sudeste asiático) e constituir um perímetro defensivo. A aviação naval foi utilizada com sucesso (com a destruição da Frota Z do Reino Unido por bombardeiros G4M na Malásia), a interdição das Filipinas e a estreia da *kido butai* no ataque surpresa a Pearl Harbor. O sucesso inicial deu a Isoroku Yamamoto, comandante da Frota Combinada e que dava ênfase na aviação naval, um enorme peso de decisão no Quartel General Imperial.

### 3 Desenvolvimento tecnológico e doutrinário

Até 8 de maio de 1942, em cinco meses, o Japão havia conquistado todas as colônias ocidentais do sudeste asiático, buscado apoio das elites locais, fechado a estrada da Birmânia, e garantido

os recursos da região. O sucesso da ofensiva se deu principalmente pelas inovações doutrinárias e tecnológicas da guerra de selva.

Estas inovações eram incentivadas pelo almirante Yamamoto, desde a criação do Sistema de Protótipos e do Arsenal Aeronaval de Yokosuka em 1932, buscando garantir a autossuficiência japonesa nesse campo através de integração com empresas.

Os primeiros frutos surgiram já na década de 1930 - o A5M "Claude" e o G3M "Nell", um caça leve e manobrável e um bombardeiro de longo alcance. Para Francillon, o A5M foi responsável pela obtenção de superioridade aérea na China, onde a Marinha Imperial foi responsável pela maior parte das operações aéreas - desenvolvendo o protagonismo do braço aeronaval e a doutrina do bombardeio escoltado de longa distância, combinando aeronaves baseadas em terra e em porta-aviões. Esta doutrina precoce, adotada pelos aliados somente em 1943, foi responsável pelos sucessos do início da campanha japonesa do Pacífico.

Em 1941 o Japão concebeu a Primeira Frota Aérea, uma única força tarefa de 474 aeronaves em sete porta-aviões. Esta era a *kido butai* - que nunca foi imaginada atuando em operações isoladas como Pearl Harbor e Midway. O ataque a Oahu - a Operação Z - só se tornou possível após o torpedo aéreo Tipo 91, que permitia o engajamento de forças de superfície mesmo em águas rasas, e dispensou a necessidade de aeronaves baseadas em terra, permitindo o primeiro ataque independente da *kido butai*.

No final da década de 1920 problemas orçamentários limitaram a tonelagem dos porta-aviões japoneses, levando ao Ryujo (1931), de 8000 toneladas. Em 1937, o Soryu foi comissionado, com 18000 toneladas; e o Hiryu, de 1939, deslocava 20000 toneladas e transportava pouco mais de 70 aeronaves.

Em 1934 o Japão se retirou do sistema de tratados navais. Em 1937, lançou o Shokaku e o Zuikaku - estado da arte dos porta-aviões da época, de 30000 toneladas cada. Contava também com a “frota-fantasma”, navios auxiliares rapidamente conversíveis em porta-aviões, como o Zuiho e o Shoho. Na época de Pearl Harbor, o Japão tinha 10 porta-aviões, e utilizou apenas os maiores - o Akagi, Kaga, Soryu, Hiryu, Shokaku e Zuikaku.

Até o começo da guerra no pacífico, todos estes porta-aviões substituíram seus armamentos antinavais por antiaéreos. A Marinha constataria que os porta-aviões seriam muito vulneráveis; só viriam a ter radares após Midway, e o design japonês ignorava aspectos defensivos, como blindagem nas pistas e hangares, armazenamento de combustíveis e dispositivos anti-incêndio.

Esta doutrina se desenvolveu por dois motivos: o objetivo primordial da conquista da China e desenvolvimento de seu Império na Ásia Oriental; e a experiência na Manchúria, Shanghai e a guerra aberta contra a China nacionalista a partir de 1937.

Sua doutrina, portanto, foi desenvolvida para enfrentar o inimigo chinês; para Hughes, a doutrina se constrói no período de paz conforme um inimigo específico e os objetivos do Estado - assim a decisão de buscar uma batalha decisiva contra a marinha estadunidense sem considerar a doutrina se mostraria desastrosa. A vitória dependeria de preparação, experiência e planos táticos - e os planos implementados desconsideraram os dois últimos elementos.

## 4 Decorrências estratégicas e operacionais das batalhas de Pearl Harbor e Midway

O sucesso da operação <sup>1</sup> de Pearl Harbor fez com que Yamamoto buscasse uma completa mudança de doutrina nos planos da Marinha Imperial. Os planos japoneses sempre haviam colocado ênfase em (i) negar o uso da baía de Manila aos EUA; e (ii) atrair a frota americana do Pacífico para um único combate decisivo, objetivos que dependiam da ocupação das Filipinas - e da cooperação entre Exército e Marinha. Yamamoto sabia bem que, num conflito prolongado industrial contra Washington, Tokyo não seria vitoriosa.

Após a Operação Z, houve conflito dentro do Estado Maior - o Estado Maior Geral da Marinha de Nagano Osami defendia a doutrina “antiga”, e a interceptação do contra-ataque americano às Filipinas no Pacífico Ocidental. Yamamoto e a Frota Combinada defendiam a mudança doutrinária, pois viam nos americanos a capacidade de responder antes que os japoneses estivessem prontos para defender-se.

O ataque foi visto, porém, como um jogo de azar - Nagano defendia concentrar-se no Sudeste Asiático, e defender-se dos americanos somente quando estes chegassem às suas águas territoriais.

Houve, porém um impasse estratégico, entre manter a ofensiva ou consolidar as posições adquiridas. Daí surgiram cinco linhas de abordagem: desembarcar no Ceilão e preparar uma

---

<sup>1</sup>N. E.: Entendo como sucesso *percebido*, considerando que a operação causou muitos danos à *battlefield lane*, cruzadores e destróieres, mas não foi capaz de aleijar as capacidades aeronavais americanas. Os navios afundados ou danificados foram quase todos recuperados, incluindo encouraçados e cruzadores. Nenhum porta-aviões foi afundado ou sequer danificado.

invasão à Índia; desembarcar na Austrália e ocupar a principal aliada na região; cortar as linhas australianas, atacando as ilhas do sul do Pacífico; manter-se na defensiva e consolidar o perímetro; ou confrontar a frota estadunidense no Pacífico Central.

Os planos a e b foram abandonados por falta de apoio do exército, embora fossem os mais adequados estrategicamente. O plano d foi recusado devido a seu caráter defensivo.

A proposta c consistia numa abordagem de compromisso - cercar a Austrália e no futuro garantir seus recursos estratégicos de níquel. O plano adotado, que se tornaria a operação Midway, precipitaria uma batalha decisiva, pois (i) os EUA possuíam maior economia e era necessário derrotá-los e negociar rápido; (ii) a depender da guerra na Europa, os EUA poderiam vir a ser reforçados pelos britânicos; (iii) a tomada do Havaí seria um golpe decisivo; e (iv) as chances de sucesso pareciam altas, visto a superioridade aeronaval da Marinha Imperial. A operação seria um ataque conjunto às Aleutas e a Midway para atrair a frota americana para um combate decisivo.

Esta batalha estava ligada a objetivos em terra - o Japão estava agora em posição defensiva, buscando proteger suas conquistas e a linha de suprimentos para a China. Não contava, pois, com os mecanismos doutrinários e organizacionais para Midway. Após Pearl Harbor e o Ataque de Doolittle, porém, o quartel general optou pela opção de Midway.

A derrota retumbante em Midway levou à destruição de duas divisões inteiras de porta-aviões. Ainda que construíssem novos navios, um feito que seria notável em pouco tempo e na escassez de recursos, e tenham produzido aviões em quantidade, a força-tarefa era um sistema intrincado de treinamento e atuação conjunta, e não podia ser facilmente replicado.

Os componentes mais importantes perdidos foram certamente os porta-aviões. Falhada a “batalha decisiva”, a guerra longa se iniciou, na qual a capacidade industrial americana produzia um porta-aviões por mês, enquanto Tóquio conseguiu a duras penas produzir quatro até o fim da guerra. Midway também restaurou a paridade nominal de porta-aviões, reduzindo os japoneses a dois porta-aviões operacionais contra os três americanos, que operaram em paridade enquanto a capacidade industrial americana vencia a guerra.

Com apenas dois porta-aviões, a *kido butai* não poderia mais ser bem empregada em operações de apoio. A doutrina da Frota Combinada estava destruída; a campanha decisiva para provocar a derrota japonesa foi Gualdacanal, que marcou o início da retirada japonesa dos territórios ocupados, capitalizando nos danos estratégicos causados em Midway. Gualdacanal manteve as linhas de comunicação entre os EUA e a Austrália, possibilitou um trampolim aeronaval americano e teve um forte efeito psicológico. Após Gualdacanal a guerra, então voltada ao sul, se focou no norte em direção ao território japonês, comprometendo também as linhas de comunicação e suprimento para o esforço de guerra na China.

## 5 Considerações finais

Tanto Pearl Harbor quanto Midway foram contraproducentes. O primeiro, diante de um valor estratégico duvidoso, gerou desdobramentos políticos extremamente adversos. O ataque às Filipinas poderia não ter gerado a mesma resposta política do público e governo americanos.

As decisões privilegiaram a batalha decisiva, levando em conta a situação militar entre as duas Marinhas, e completamente desconsiderando os outros aspectos políticos do sistema internacio-



nal - e os próprios objetivos políticos do Japão, a conquista da China.

A exclusividade dos meios militares privou o comando japonês da percepção estratégica da guerra, numa sociedade desgastada pelo conflito desde 1937. Midway serviu apenas para desgastar ainda mais o esforço japonês, levando a perdas de material insubstituível e pessoal experiente que não poderia ser repostos sem anos de esforço.

As opções japonesas são resultado de uma visão mahaniana - a batalha decisiva entre frotas adversárias, envolvendo o encouraçado, a nau-capitânia à época de Mahan. Nessa visão a prioridade máxima da nação deve ser a manutenção da frota - acima da política civil.

Essa concepção de guerra a distancia de sua finalidade política - ver o objetivo principal japonês como a derrota dos EUA obscurece suas decisões e seus motivos.

Em suma, a contribuição de Yamamoto foi a mesma do General Tojo - a condução por uma guerra equivocada e desnecessária, não reconhecendo a grande estratégia de seu próprio país. Tojo conhecia bem a China, e acreditava que poderia derrotá-la em meses; Yamamoto conhecia bem os EUA, e acreditava que a única forma de vencer a guerra seria enfrentar a maior potência de todo o sistema internacional. Suas apostas foram pagas pelos povos de toda a Ásia.

# Índia, Sudeste Asiático e Sião

Kavalam Madhava Pannikar

## 1 A Índia

O último Estado independente da Índia, o Punjab, caiu em 1848. A partir daí a dominação inglesa se estendia da Cachemira ao Cabo Comorino. A Grande Revolta de 1858 foi uma última tentativa das elites locais de recobrem seus poderes, mas não tinha organização para criar um Estado capaz de fazer frente aos ingleses. Desde o desterro do último imperador mogol, o poder inglês nunca esteve ameaçado.

Colônia no início, a Índia lentamente se transformou em Império - dependente, mas com voz ativa. Certos aspectos da política inglesa na Ásia foram decorrência direta dos interesses do Raj. Essa transformação teve pouca importância para o povo indiano, mas se tornou fundamental com o surgimento do nacionalismo indiano.

De 1858 a 1914 a Índia foi de fato possessão britânica, gerida no interesse do proprietário. A partir de 1919 adquiriu certa independência, mas até 1946 o governo indiano era, ainda um agente do gabinete britânico. O vice-reinado era uma posição de imenso prestígio e honras, mas pouco poder real - de opinião de peso, mas sem poder de decisão.

As administrações provinciais também recebiam seu poder da metrópole, e os funcionários do *Civil Service* eram raramente indianos. Este serviço, além de administrativo, tinha tarefas judiciárias elevadas, e as altas cortes provinciais continham alguns de seus membros.

A autoridade inglesa se transferia à população através de uma burocracia indígena estreitamente vigiada - o inglês não interagiu com o indiano. A polícia, também, era composta de um oficialato inglês e *rank and file* indiano.

O generalíssimo inglês controlava um exército de sipaios, cujos feitos ficaram célebres em três continentes, mas que foi selecionado por europeus - incluindo também o respeito religioso do dominador, que recrutava sacerdotes hindus, sikhs e muçulmanos para proteger a Índia do missionarismo ocidental e da política que o acompanhava.

Esse exército era recrutado entre as "raças guerreiras" - na prática, as que não tinham movimentos nacionalistas. As raças nacionalistas mais belicosas eram excluídas do exército sob o pretexto de serem racialmente inadequadas para o serviço militar - dividindo as etnias da Índia em favorecidas e desfavorecidas.

Os ingleses dominavam diretamente apenas três quintos da Índia, entre protetorados de antigos marajás e líderes locais que acomodavam as Companhias de Comércio em proveito próprio. Pouco a pouco os ingleses imiscuíram-se nos negócios desses Estados remanescentes, às vezes nomeando administradores diretos ou mesmo pondo o príncipe sob tutela. A Índia inglesa e a Índia dos príncipes eram uma única realidade política.

Nesse primeiro período toda a economia indiana estava à mercê da Inglaterra, com seu

imenso mercado consumidor e sob imensos impostos a qualquer competição que pudesse iniciar com as indústrias de Lancashire. O Assam, o Bihar e as províncias montanhosas do sul caíram sob um verdadeiro regime colonial de servidão por dívidas, no qual as infrações do contrato de trabalho eram tipificadas como crimes.

O assentamento de colonos foi encorajado. Constituíram-se gigantescas plantações de anil de sistema semifeudal. As condições de trabalho e contrato reduziam o camponês à servidão. Qualquer crítica a este sistema, como a do missionário europeu Long, era enfrentada com violência e prisão.

A situação era controlada pela marinha mercante, pelos bancos e pelos capitalistas ingleses, que mostraram ao capital indiano sua superioridade e reduziu-lhe ao papel de agente.

O racismo inglês foi uma realidade marcante. A superioridade racial era uma certeza íntima de todo inglês; nenhum soldado indiano poderia ascender ao oficialato, e no *Civil Service* não poderiam ultrapassar certos postos. O assassinato de nativos por europeus, se punido, gerava revolta. A Lei Ilbert, que estabelecia a igualdade de magistrados ingleses, gerou na Inglaterra uma agitação tão grande que Florence Nightingale teve de pessoalmente acalmar a rainha diante da situação. Após sua promulgação o racismo se tornou menos violento, mas se manteve forte no âmago da justificativa da empreitada colonial.

Os europeus acreditavam que os “selvagens” eram impressionados por honras e desfiles, e cada funcionário se cercava de uma comitiva principesca e uma etiqueta complicada que determinava qual classe de indígena poderia entrar e qual poderia se sentar - o direito de assento, *Kusi Nisham* tornou-se mesmo um prêmio a ser concedido. Havia um fosso intransponível entre o europeu e o indiano - entre as duas Índias.

Na administração e infraestrutura é que a Inglaterra fez algo de bom - ainda que sempre em interesse próprio, com grandes códigos de leis, um imponente judiciário, no cadastro, nos impostos bem organizados, irrigação, rodovias e estradas de ferro, universidades e institutos técnicos.

As reformas políticas foram menos audaciosas, gradualmente dando acesso à Assembleia Legislativa para os não-funcionários (1861), e um sistema de representação em dois níveis (1862). A partir de 1909 a maioria do conselho deveria ser composta por não-funcionários, alguns eleitos e alguns nomeados.

A instituição de colégios eleitorais separados para hindus e muçulmanos foi, em sua vez, virulenta. Este sistema distinguia suas realidades políticas, de forma que os muçulmanos passaram a definir-se, naturalmente, por sua identidade religiosa - o único motivo de sua circunscrição conjunta, tendendo ao fundamentalismo e alimentando também o sonho do Paquistão.

Após este reconhecimento, viu-se uma dominação racial menos aberta e uma Índia menos colônia; a burocracia britânica na Índia fez ali suas carreiras e passou ali suas vidas, desenvolvendo um respeito por sua força e um paternalismo por seus milhões de habitantes. Eles acabaram por se identificar com as “massas”, o que aliás suscitou uma tremenda desconfiança da elite nativa.

Sua Índia, é claro, não era a Índia dos indianos - mas também não era a Índia possuída da ditadura de Whitehall. O *man on the ground* era o mais avisado para julgar, e essa Índia defendia seus direitos frente a Londres. De fato, não havia qualquer aliança entre o *Civil Service* e o *big business* - a burocracia da época não tinha interesse na exploração da Índia, razão pela qual pode-se dizer que o *Service* defendia “sua Índia”, a das massas sem voz, contra os capitalistas bri-

tânicos, que só foram todo-poderosos em alguns lugares.

O governo da Índia, ainda que ecoando sua subordinação a Whitehall, exercia uma autoridade cada vez mais efetiva e cada vez mais ampla. A transformação do Raj numa grande potência regional foi reconhecida - a partir dali se interviu no Sinkiang, no Afeganistão, e, mais importante, na Indochina, que foi um projeto expansionista não de Londres, mas do Império Indiano administrado por funcionários britânicos que viam seu imenso potencial regional. Lytton anexou o Baluquistão e ocupou Queta, em 1877; decidiu-se pela dupla intervenção no Afeganistão, durante o Grande Jogo, que se torna muito mais difícil de explicar se ignorarmos a Índia e somente analisarmos a posição política londrina.

A campanha do Afeganistão foi um fracasso militar, enfrentada pelos temíveis atiradores afegãos e seus *jizail* raiados, embora tenha encontrado um mínimo sucesso político em alguns compromissos pelo fundador do Afeganistão moderno, Abdur Rhaman.

A campanha na Birmânia foi muito mais bem sucedida, e levada a cabo por autoridades indianas - e pela Índia paga até o último centavo. A Índia, ao discutir com Londres o papel da Pérsia, chegou a disputar com esta o cargo de embaixador, e por um tempo se considerou o absurdo da dupla representação inglesa - um embaixador de Londres e um do Raj.

A expedição ao Tibet foi, por sua vez, imaginada e levada adiante pelo vice-rei indiano, pressionando o secretário de Estado a manobras políticas para forçar a aquiescência de Londres. Esta expedição de 1903, sonho mais ambicioso do Império Indiano, foi um grande fracasso, conforme a China foi reconhecida como suserana do Tibet.

Se Lorde Lytton foi o criador da doutrina im-

perial da Índia, Lorde Curzon foi seu representante mais eminente. Curzon visitara toda a Índia, como se grão-mogol fosse, e buscou sem sucesso aumentar a influência indiana na Pérsia e no Afeganistão. Era Curzon quem via na Índia o imenso potencial de se tornar o centro de gravidade da Ásia e do mundo.

Segundo Wint, o imenso desenvolvimento do império foi resultado da associação anglo-indiana - sem a qual nenhum dos dois Estados poderia ter desenvolvido um empreendimento de tamanhas proporções. Os cérebros eram ingleses, mas as necessidades populacionais, geopolíticas e os recursos envolvidos eram puramente indianos. Eram indianos, e não ingleses, que emigravam para o Sinkiang e para o Golfo Pérsico. Diz, inclusive, que os ingleses serviram na Ásia muito mais ao imperador da Índia que ao rei da Inglaterra.

O núcleo do império eram as ricas terras diretamente administradas, cercadas por um lado pelo Butão e Nepal, e pelo outro por territórios montanhosos e desérticos. Mais longe, seu segundo cinturão protetor eram os Estados neutros da Pérsia, Arábia, Tibete, Afeganistão e até, por algum tempo, Sinkiang. Seus limites de influência eram, grosso modo, o deserto entre Bagdá e Damasco, e do outro lado a Indochina.

Um pequeno grupo de especialistas no seio do exército indiano e no Ministério dos Assuntos Estrangeiros do Governo da Índia, com grande discrição e algo de mistério, tinha sonhos fantásticos, entre vendo uma enorme expansão indiana por terra e por mar, para a misteriosa Ásia Central que sua formação convenceu que pertencia a expansões bárbaras. Seus agentes cruzavam montanhas disfarçados de comerciantes ou em lamas e buscavam expandir sua influência para todo um sistema continental.

Esse sistema continental incluía policiais sikhs na concessão de Xangai, na florescente comuni-

dade indiana de Hong Kong, emigração de indianos para a Malásia, ilhas Mauritius e mesmo para Fiji. Edificou-se pouco a pouco uma Índia ultramarina, levando consigo a cultura, religiões e tradições da Índia dos indianos, não do Raj nem de Londres. Se a Índia para os autóctones não melhorou em nada, o Império indiano se tornou uma grande potência asiática.

## 2 O Sudeste Asiático

Entre 1747 e 1850 a França tentou sem sucesso instalar-se na península indochinesa, por todos os métodos - cada governante que ascendia ao trono resistia ainda mais à dominação francesa. A França, então, tomou como pretexto a proteção da Igreja e voltou-se inteiramente à violência. Os cristãos do país não lhes deram ajuda alguma - a expedição conseguiu tomar Turã em 1885, mas não projetar poder francês ao interior. Só em 1861 o exército francês, liberado pelo fim da guerra na China, pôde liberar-se do sítio de Saigon.

Em 1862, o governo de Hue negociou, cedendo três províncias à França e se comprometeu a não dar territórios a outras potências ocidentais. À França, porém, interessava muito o Mekong. Em 1863 a missão de Doudart de Lagrée logrou assinar um tratado estabelecendo o país como protetorado francês, com total liberdade de circulação, missão e exploração das florestas. Em 1867 obteve o direito de navegar pelo Mekong ao longo do Sião, e em 1869 obteve domínio sobre toda a região do Mekong, empurrando os anamitas para o litoral.

Em 1874 a França obteve um tratado estabelecendo um protetorado sobre o Anã, mas o tratado simplesmente não foi seguido. Tomou-se Hanói, mas caiu sob os golpes do Pavilhão Negro. Iniciou-se uma guerra de conquista, e em 1883-84 o Anã reconheceu a dominação fran-

cesa.

A região, porém, costumava ser vassalo da China. O imperador chinês não aceitou a proposta de divisão da região, o que levou a ainda outra guerra com o corpo expedicionário de Bouet. A guerra aumentou em intensidade e bloqueou-se o suprimento à região de Pequim. Pelo tratado de 1885 a China abdicou de seus direitos na região.

Durante todo o período da conquista as forças francesas foram comandadas por almirantes que só conheciam a força, e que foram todo muito mal sucedidos na administração social da região. Ignorando as instituições já existentes, sua imposição da estrutura institucional francesa gerou verdadeiro caos social.

Com seus vizinhos ingleses, aprenderam a afirmação da superioridade racial - algo extremamente mal visto pela população nativa, que se atirava frequentemente às revoltas e rebeliões. A guerra do Camboja, sob Si Valta, durou um ano e meio; a revolta de Detham durou cinco. O próprio regente do Tonquim se rebelou, massacrando a população pró-francesa.

A política de assimilação foi atenuada em “associação”. A nova política, implementada por Paul Bert, compreendia que era necessário deixar a administração local aos anamitas. Após sua morte, porém, morreu também sua política. A indochina francesa caiu na anarquia, e Doumer, como Curzon, pensava em glória conforme as obras de infraestrutura alimentavam suas fantasias imperiais.

Tentando centralizar a administração, Doumer só fortaleceu os nacionalistas. Os anamitas viam os dominadores com cada vez mais rancor. A vitória do Japão sobre a Rússia os inflamou ainda mais, e muitos estudantes indochineses partiam para o Japão para agrupar-se em organizações nacionalistas.

Este crescimento do nacionalismo após a vitória japonesa se encontra em muitos países asiáticos. Na Índia, Tilak, Lajpat Rai e outros criaram um nacionalismo francamente agressivo; os métodos terroristas encontraram também partidários na indochina. A França foi obrigada a utilizar inclusive o exército para tarefas policiais cotidianas.

Até a Primeira Guerra Mundial, a França acreditava que estava perpetuamente instalada na indochina. Os círculos sociais de colonizadores e colonos estavam persuadidos de sua dominação eterna. Isto se materializou também em imensas obras infraestruturais entre 1900 e 1930 - período no qual a França se mostrou também muito respeitosa com as tradições indochinesas.

Esta boa administração não produziu bons resultados, diante da irritação dos nativos, que compreendiam que um governo “bom” não pode substituir um governo nacional. A criação de Conselhos Comuns eleitos ou o aumento de representação indochinesa em 1922 eram apenas remendos. O governador socialista Alexandre Varenne entendeu a situação - e num discurso em 1925 afirmou sutilmente que o caminho da Indochina desenvolvida era a emancipação. Por pressão da metrópole, logo teve que mudar de ideia.

Mas algo mudara. Pierre Pasquier, governador de 1927 a 1934, entendeu as concessões que devia fazer para não perder sua colônia.

Houve certa influência do nacionalismo indiano à indochina - mas nem de perto tanto quanto o do *Kuomintang*, que reorganizou o Conselho dos Notáveis e a pretensa Câmara dos Representantes do Povo, onde opiniões políticas eram estritamente proibidas.

O plano era o da corrupção de notáveis e representantes atrás de uma fachada de representatividade. Os franceses tinham uma ilusão de

que as “pessoas do lugar” poderiam dirigir o povo mesmo que contra seus interesses, ilusão comum a outros governos coloniais.

O que os nacionalistas pretendiam era a independência completa, muito antes da invasão japonesa em 1941. Eram auxiliados por grupos em Paris, Hong-Kong, Cantão, Tokyo.

*O autor escreve de uma época na qual Vietnã, Laos e Camboja ainda eram parte da União Francesa, mas já indicava que, diante da luta do Viet Minh, o caminho só poderia levar à independência completa. O autor estava correto em ver em Ho Chi Minh uma figura importantíssima para a consolidação da indochina contemporânea.*

### 3 O Sião

Até a dominação europeia sobre a corte chinesa, as relações com o Sião haviam sido muito satisfatórias. Não havia qualquer extraterritorialidade, e um funcionário que destratasse um funcionário siamês seria excluído. Tratados similares foram assinados com a Inglaterra em 1826 e com os EUA em 1833.

Em 1855 tudo mudou, e Sir John Bowring firmou um tratado de extraterritorialidade e isenção das taxas de importação do ópio. A anexação anterior da Birmânia era, por si, uma ameaça imensa ao Sião.

Ao norte logo surgiu outra ameaça, a francesa. Após o fracasso francês no século XVII, o Sião viveu uma era de paz, mas a intervenção de Napoleão III em 1858 e a ocupação do Camboja pela França mudaram a situação. O Sião sempre pretendia exercer suserania sobre o Camboja, e com a situação colonial em seu detrimento, só foi capaz de negociar com a França para obter Angkor e Batambang, em troca de sua renúncia sobre o Camboja.

O direito francês de navegação por todo o

Mekong custaria caro ao Camboja. Em 1890, quando a pacificação da Indochina finalmente terminou, a França se voltou ao Sião. Encontrou um incidente de fronteira como pretexto e fez uma série de reivindicações pesadíssimas, incluindo uma grande indenização e a retirada das forças siamesas dos 25 quilômetros próximos à fronteira, além do direito de abrir consulados com extraterritorialidade onde bem entendesse.

O tratado de 1893 condenou o Sião ao destino do Anã. A extraterritorialidade se estendeu aos súditos asiáticos da França, mas o Sião escapou da sujeição absoluta: sabendo jogar com a rivalidade franco-inglesa, tornou-se território neutro entre as potências. O rei Chulalongkorn não teve o prazo que esperava, mas fez numerosas reformas, aboliu a escravidão e reorganizou o governo, além de modernizar seu estado com iniciativas infraestruturais. Essa modernização abriu caminho para o reconhecimento de seu estatuto - em 1908, ainda que desde 1899 as leis ocidentalizadas do Sião já permitissem que o governo britânico aceitasse uma limitação da extraterritorialidade.

Pela conjuntura na Europa, porém, a Inglaterra foi forçada a se aproximar da França. O governo francês aproveitou a situação para exercer fortíssima pressão sobre Bangkok, obtendo em 1904 um vasto território e uma zona neutra, que em 1907 obteve definitivamente. A compensação ao Sião, além de uma minúscula restituição territorial, foi a supressão ao longo de 10 anos da extraterritorialidade dos súditos da França.

A Inglaterra não se opôs, mas compensou a situação com a anexação de Kalantã, Tringanu, Perlis e Kedah. O Sião foi ambutado pela França e Inglaterra - mas pôde, por esse preço, viver, diante das novas preocupações dos lobos da Europa. O rei do Sião, Rama VI, vendo para onde soprava o vento, foi capaz, além de manter as reformas modernizantes de Chulalongkorn, de-

clarar guerra à Alemanha em 1917 - o que lhe garantiu mesmo um assento na Conferência de Versalhes.

# A Diplomacia Triangular de Nixon

Henry Kissinger

## 1 Introdução

A agonizante retirada do Vietnã teve, para Nixon, o papel de manter a posição dos EUA no mundo, diante da diminuição da vantagem nuclear e da supremacia econômica com a ascensão japonesa e europeia. Por outro lado, surgiam oportunidades diplomáticas no monolito comunista, pois as brutalidades stalinistas e a invasão da Tchecoslováquia haviam abalado o apoio a Moscou como um líder comunista de um movimento unido.

O idealismo wilsoniano havia sido o caminho internacional dos EUA por 20 anos, mas o país de Nixon estava dividido, frustrado e atolado na Indochina. Um novo caminho era necessário.

Nixon era um homem complexo: tímido, inseguro e desconfiado, mas determinado, resolutivo e reflexivo. Conduziu a sociedade americana num momento inesperado de mudança completa, em direção a um mundo desconhecido.

Não era um estudante de história, mas muito capaz de perceber a dinâmica política de outros países, além de uma notável percepção das realidades geopolíticas. Sua administração interna era distorcida pela ambição e insegurança, mas em política externa suas habilidades se mostravam.

O mundo de Nixon não era o de Wilson, e estava dividido entre amigos e inimigos, cooperações e arenas. A paz e a harmonia eram oásis temporários num mundo perigoso que precisava de vigilância pela estabilidade.

Navegou seguindo um conceito de interesse nacional - e acreditava que um equilíbrio emergiria dos interesses rivais caso as nações os perseguissem racionalmente - partidário, pois, do equilíbrio de poder e saúde dos Estados Unidos, URSS, China e Japão.

## 2 A Doutrina Nixon

Ainda que muito diferente de Wilson, nele se inspirava e tinha em si o idealismo dos presidentes anteriores, que perseguia por outros meios, e em contradição com sua ideia de cinco grandes potências perseguindo seus próprios interesses. Operava na retórica wilsoniana e na prática dos objetivos e interesse nacional. Temendo o entrincheiramento que sua política parecia anunciar, e o recuo do papel de liderança, buscou definir um papel *sustentável* para os EUA, num amálgama de wilsonismo e *Realpolitik*.

A política de contenção colocara os EUA em todas as crises, e a retórica exaltada do período Kennedy excedera a capacidade física e emocional dos Estados Unidos. As críticas à superextensão e ao recolhimento colocou o Vietnã em perspectiva - ainda que essenciais à estabilidade internacional, para Nixon, os EUA não poderiam seguir num intervencionismo desmedido.

O presidente anunciou em 1969 e 1970 o que ficou conhecido com a Doutrina Nixon, seus novos princípios de orientação às relações internacionais. Tratou do paradoxo de que a Coreia e o Vietnã haviam ocorrido em favor de países



com os quais os EUA não tinham alianças nem compromissos formais. A doutrina tentou caminhar entre a superextensão e o retraimento - seu ponto mais importante era que **em caso de agressão não nuclear, a nação ameaçada assumiria a responsabilidade de assumir o efetivo militar para a defesa.**

Afirmava que os EUA protegeriam países “vitais a sua segurança” trazia ambiguidades. O que fariam se esses países fossem ameaçados por potências não nucleares? Diante de uma ameaça nuclear, uma aliança formal seria necessária?

Ironicamente, a doutrina continha também o potencial de estimular as nações a ignorarem a necessidade da própria defesa - pois se os EUA se comprometiam a defender qualquer área essencial a sua segurança, não se consideraria o mérito da vítima ou sua contribuição à defesa comum. Aqui estavam contidos os dilemas que emergiriam mais tarde.

Em sua tentativa de elaborar uma doutrina que lidasse com áreas periféricas não cobertas por alianças e ameaçadas por procuradores dos soviéticos, acabou por criar uma doutrina aplicável a situações *como* o Vietnã, que não queria repetir.

Nesse momento as relações Leste-Oeste necessitavam de reavaliação. Nos Estados Unidos a percepção internacional se dividia numa escola teológica, de Acheson e Dulles, que não viam nos soviéticos parceiros adequados de negociações até que abandonassem sua ideologia; e uma escola psiquiátrica, para qual os soviéticos eram similares aos americanos em seu desejo de paz, e recomendava paciência a fim de fortalecer o segmento soviético pela paz, assim como os americanos se dividiam em *hawks* e *doves*. O debate se voltou cada vez mais para as supostas mudanças internas soviéticas sem ser capaz de solucionar o dilema original: entre a confrontação e o *status quo*, o que negociar?

No início da década de 1970 surgiu uma nova escola radical, que afirmava que os EUA não tinham o direito de se opor ao comunismo, e assim fazendo o fortaleciam - e que deviam sobreviver a ele, que derrotaria a si próprio se recesse ser derrotado - vendo na superextensão comunista a raiz de sua ruína. Alguns analistas, como Galbraith, afirmavam, de forma semelhante, que a oposição ao comunismo era inútil, quando ambas as sociedades estavam “destinadas a se tornarem cada vez mais parecidas”.

Nenhum presidente poderia entregar o país às supostas forças da história. O presidente rejeitou as três escolas e estabeleceu no interesse nacional o critério maior da política americana de longo prazo. Os relatórios anuais não foram analisados de perto à época, mas hoje representam o melhor mapa político da era Nixon.

Num documento inglês ou francês seria irrelevante dar destaque ao interesse nacional - nos Estados Unidos era inédito que um presidente explicitamente ratificasse o interesse nacional, diante do histórico de excepcionalismo americano do país.

Para a União Soviética, a nova política externa buscava entender melhor o sistema soviético, sem subestimar o compromisso ideológico soviético. O critério seria a substância de acordos precisos que refletissem interesses mútuos, não o clima.

O relatório de 1971 afirmava que a política interna da URSS não era objeto da política americana - que se guiaria por sua conduta internacional. A doutrina sofreu um intenso ataque conservador, conforme Nixon acreditava que os interesses nacionais eram o melhor critério para reagir à expansão comunista. O governo Nixon continuou reagindo nevrálgicamente a toda movimentação soviética de ativos militares, o que prosseguiu no governo Ford.

Sua política era diferente de Acheson e Dulles no sentido de que não dependia de uma mudança interna soviética para negociar. Afastou-se, pois, da política de contenção e se aproximou da política de Churchill, que sugeriu conversas com a URSS assim que morreu Stalin. Nixon apostou na competição pacífica.

Manteve o Movimento da Paz restrito ao Vietnã, impedindo que congelasse outros aspectos da política externa americana. Via um tipo de estabilidade no equilíbrio nuclear, natural ou diante de negociações. As tropas soviéticas na fronteira com a China mostravam uma possível resolução pacífica com os EUA, e os interesses soviéticos do momento poderia convergir com o Ocidente. Acreditava, por fim, que o tempo trabalhava a favor dos EUA, e que o confronto deveria ser adiado conforme o Império Soviético ficava menos coeso.

Sua ideia não era confrontacional nem conciliatória, mas destacar áreas de cooperação e utilizá-las para influenciar a conduta soviética nas áreas de desacordo. Era isso que o governo Nixon entendia pela palavra *détente*.

### **3 Controle de armas e contenção nuclear**

Haviam obstáculos a esta política de ligar cooperação em uma área ao avanço em outra. As políticas de desarmamento foram praticamente impossíveis até o fim da Guerra Fria. A política da destruição mútua assegurada havia criado certa estabilidade, mas somente até Albert Wohlstetter demonstrar que seria teoricamente possível destruir as forças estratégicas inimigas antes de acionadas - ou seja, que seria possível um ataque surpresa por razão nenhuma além de impedir outro ataque surpresa. O equilíbrio nuclear, nesses termos, era altamente instável.

Capacidades de *first strike* e *second strike* viraram obsessão. Novas teorias de controle de armas surgiram, bem como a ideia de que ambos os lados teriam interesse em regular e proteger. Desde o artigo de Wohlstetter, todo o controle de armas se voltou a limitar o incitamento a ataques-surpresa.

Haviam outros problemas. A questão nuclear era esotérica - os políticos e militares não tinham experiência operacional com as armas, e a guerra atômica dependeria do lançamento simultâneo de milhares de ogivas. Durante toda a guerra fria, os EUA não lançaram um único míssil de um silo operacional, e a URSS não lançou mais que três mísseis simultaneamente. Washington temia até mesmo incêndios florestais, caso qualquer um dos mísseis americanos do centro do país caísse em terra.

Diante desse contexto, o perigo do ataque surpresa havia sido exagerado, com dois objetivos - o aumento do orçamento de defesa (para a proteção contra o ataque surpresa) e a redução do orçamento de defesa (para reduzir o risco de um ataque surpresa). O clima incentivou informes curtos - e nem sempre os informes eram resultado de ciência real, mas conclusões preconcebidas.

O intenso debate dos anos 1970 opôs a inconfiabilidade dos líderes soviéticos à contribuição dos acordos de controle de armas. Era o velho debate entre teólogos e psiquiatras de roupa nova. De início o controle de armas foi simplesmente enxertado na contenção, tornando-a menos perigosa. Dava a ela mais permanência, e haviam cada vez menos acordos e tentativas de negociação.

Crises iam e vinham. O controle de armas deixava a vida mais tolerável, porém criando um enorme impasse: a doutrina política de contenção não tinha uma resposta para a corrida armamentista, e a teoria estratégica do controle de

armas não tinha soluções para o conflito político.

Nixou assumiu nesse clima e foi logo pressionado para negociar o controle de arma. Escolheu antes verificar qual era a atitude soviética diante de um novo e enérgico governo, buscando cooperação no fim dos confrontos no Oriente Médio, Berlim e Vietnã - pois hesitava em ignorar a recente invasão da Tchecoslováquia. O papel do estadista é reconhecer relações de ligação quando elas já existem.

Buscou de início encontrar relações entre questões políticas e militares, e não apenas cooperar com a URSS para isolá-la em outras áreas. O conceito da ligação encontrou obstáculos internos - as abordagens *ad-hoc* têm mais partidários, e é necessário um presidente determinado para romper o padrão de curto prazo e perseguir uma estratégia global.

Pressões fortíssimas foram sentidas pelo governo Nixon no sentido de desconectar o avanço no controle de armas ao avanço nas questões políticas, em vazamentos à mídia e outras pressões para adequar a administração aos interesses da burocracia. Analistas de fora do governo fizeram críticas similares, afirmando que a realidade é muito complexa para “alinhar tantos patos” e ligar o controle de armas às questões políticas menos urgentes.

A abordagem não teve sucesso imediato, com fracasso da tentativa de mandar o futuro secretário de estado a Moscou para negociar o Vietnã e o controle de armas. Ao final, porém, teve êxito em criar um enorme estímulo à moderação soviética ao fazer uma abertura dramática para a China - reduzindo, simplesmente, as opções do oponente. Os soviéticos precisaram agir de forma mais cautelosa, diante da possibilidade de cooperação sino-americana.

## 4 Reaproximação sino-americana

Os primeiros governantes que viram a oportunidade numa ruptura sino-soviética foram De Gaulle e Adenauer, desde 1957, percebendo o problema sério soviético em sua extensa fronteira com a China. Os analistas americanos, cegados por conceitos ideológicos, demoraram muito mais para ver a oportunidade, conforme a grande maioria da opinião informada via a China comunista como expansionista, fanática e comprometida com a revolução mundial. Mesmo os kremlinologistas que defendiam a negociação com Moscou advertiram Washington quanto à China, afirmando que os soviéticos eram paranoicos em relação a Pequim, e a negociação com a China conteria um forte risco de confronto com a URSS.

O governo Nixon não compartilhava desse ponto de vista, convencido da necessidade de aumentar opções, não cortá-las, especialmente uma opção diplomática do tamanho da China - estabelecendo um triângulo sutil que aumentaria as capacidades de negociação em ambas as relações - “não apenas ficando atentos às mudanças, mas promovendo-as”. O objetivo foi alcançado, embora a China tenha sido atraída à comunidade internacional não pelos EUA, mas pelo medo da União Soviética.

Quando uma série de escaramuças ocorreu na fronteira sino-soviética em 1969, os EUA imediatamente atribuíram a culpa ao “fanatismo chinês” - foram corrigidos pela desajeitada diplomacia soviética, ansiosa em consultar Washington sobre a questão, que levantou a hipótese de uma agressão soviética. Essa hipótese foi reforçada quando informes de inteligência confirmaram que os conflitos ocorriam sempre perto de bases de suprimentos soviéticas, além da grande mobilização soviética que a seguiu.

A possibilidade de subjugação de Pequim por Moscou era um pesadelo geopolítico que destruiria o equilíbrio de poder no mundo. Para um governo que se baseava em geopolítico, não se podia correr o risco - se a convulsão ocorresse, poderia já ser tarde para se opor.

Isso levou Nixon a temporariamente abandonar todos os seus interesses conflitantes com a China, como em Taiwan, controle de armas e reclamações econômicas. Concentrou-se no diálogo, de forma que URSS e China tivessem mais medo uma da outra que dos Estados Unidos, esperando que desse restabelecimento de relações surgisse a solução dos problemas práticos.

Cancelou-se a proibição de viagem à RPC, permitiu-se trazer até US\$ 100 de bens chineses aos EUA, e permitiram-se carregamentos limitados de cereais para a China - medidas insignificantes, mas que transmitiram a nova abordagem americana. O secretário de estado William P. Rogers explicitou estas indicações num discurso na Austrália, propondo a abertura de canais de negociação diante do fim do isolacionismo chinês.

No entanto, não havia tempo para medidas graduais, e a administração advertiu a URSS que os EUA não tolerariam a subjugação da China, fundamental ao equilíbrio de poder mundial. Negou sua intenção de se aproveitar do conflito - assim indicando que teria a capacidade de fazê-lo, e que ele deveria ser evitado. Ao anunciar sua “profunda preocupação”, anunciou sutilmente que auxiliaria, de maneira não especificada, a vítima daquilo que definir como agressão. Os EUA voltaram à *Realpolitik* anunciando o apoio a um país cujos diplomatas lhe difamavam e com o qual a administração não tivera nenhum contato.

Cada um dos relatórios anuais sobre política externa ressaltou a importância da China, e ressal-

tou que os EUA não se juntariam à URSS contra a China - o que, claro, trazia implícito que essa opção existia.

A recusa ao conluio estimulou que cada uma das partes melhorasse sua relação com Washington - e que para tal era necessário abster-se de atacar os interesses vitais americanos no equilíbrio de poder.

Houveram certas dificuldades em reestabelecer relações com um país sobre o qual se sabia muito pouco, e em como iniciar negociações sem passar a imagem errada. A China, porém, colaborou, e em suas mensagens públicas ficou claro que não tinha intenção de lutar contra ninguém e que a URSS era uma ameaça tão grande quanto os EUA. As condições da diplomacia triangular estavam supridas<sup>1</sup>.

Em 1969 surgiu a oportunidade: um show de moda iugoslava, no Palácio de Cultura Iugoslava, no qual o *chargé* chinês, sem instruções para ser abordado por um diplomata americano, fugiu. Quando Stoessel levou seu intérprete contra a parede, a mensagem havia sido transmitida; o impasse foi imediato. O habitual não era considerar questões geopolíticas, embora Nixon, Mao e Chou as considerassem o verdadeiro centro das relações. O avanço dependeria de vetos e um avanço interno tedioso e lento.

O fim das conversas de Varsóvia, como protesto pelo ataque americano aos santuários cambojanos, foi quase um alívio. As negociações se seguiram em segredo, e os interlocutores chineses foram muito receptivos - considerando mais as questões geopolíticas que as discordâncias.

---

<sup>1</sup>Os sinais anteriores de Mao passaram despercebidos, pois os chineses superestimavam a importância do jornalista Edgar Snow nos EUA. Havia sido colocado em boas posições em desfiles e em entrevista a Mao levado a convidar Nixon a visitar a China - mas Washington jamais soube do convite até que estivesse organizado por outros canais.

Uma das primeiras observações de Mao a Nixon foi “A questão pequena é Taiwan; a questão grande é o mundo.”

As garantias buscadas foram que os EUA não colaborariam com a doutrina Brezhnev em Pequim e que Pequim cooperasse para impedir a ofensiva geopolítica soviética.

A diplomacia soviética era o ataque a um único ponto, refletindo o consenso do *politburo* e exaurindo seu interlocutor. A diplomacia chinesa mostrou uma sociedade mais segura, capaz de abordar pontos conceituais - inclusos Mao, Chou e Deng. Os chineses asseguraram que, no momento, não usariam a força contra Taiwan - e nada pediram pela garantia que os EUA haviam buscado por 20 anos.

A China buscou gerar confiança. Sabia que não levariam tropas ao exterior, e que os EUA queriam trazer as suas de volta - e nesse processo, enfatizando o equilíbrio global, Mao descartou seus próprios pronunciamentos anti-imperialistas como “canhões vazios”.

O Comunicado de Xangai ressaltou os pontos de divergência, mas assim conferiu maior significado aos pontos de concordância: a normalização de relações, a redução do perigo de conflitos, a renúncia à hegemonia asiática e a renúncia a negociar por terceiros. Como a URSS era o único país capaz de dominar a Ásia, este acordo era uma aliança tácita antisoviética, aliança anti-hegemonia *de facto*, explicitada em 1973.

Não houve “carta chinesa” - a Cidade Proibida não definia seus interesses em Washington, mas a estrutura da diplomacia mundial mudou drasticamente na ênfase ao apoio onde os interesses coincidiam. Não haviam favores - haviam coincidências de interesse, como fazer frente à expansão soviética.

Esta nova política, na verdade, resultou de uma série de fatos mais ou menos aleatórios. Tudo

era novo, e a suavidade e rapidez da reaproximação se deveu, de forma inegável, à sutileza e vontade dos líderes envolvidos, e, no lado americano, pela ênfase nos interesses nacionais.

Mao, comunista devoto, transpirou um processo de governança de certo espírito prático - adotando a estratégia do Império do Meio, colocando vizinhos contra bárbaros distantes. Nixon não se interessava por seus motivos - mas superou o trauma do Vietnã e num equilíbrio de incentivos que tornasse o Kremlin mais maleável.

Nixon conseguiu embaralhar as cartas num período de alta do Kremlin e baixa de Washington. As pressões soviéticas de repente eram ariscadas - e o Kremlin inabilmente tentou até mesmo manobrar os EUA contra a China em 1973 e 1974. Defendendo o equilíbrio de poder, Washington não estava disposta a apoiar o mais forte contra o mais fraco - solucionaria questões práticas com os soviéticos, agora enfrentados em dois *fronts*, enquanto discutia conceitos com os chineses.

Nixon foi advertido de que suas relações com a China azedariam as relações com Moscou, mas o contrário ocorreu. Por meio de uma espécie de *linkage* ao contrário, todas as relações soviético-americanas se aceleraram com a desistência soviética de extrair concessões unilaterais.

## 5 Conclusões

O inconveniente da política de interesses nacionais era encontrar pouca ressonância emocional interna. Estruturas são conceitos que não evocam entusiasmos, especialmente numa sociedade excepcionalista, além de faltar à burocracia a tradição que a auxiliaria a tratar em termos de interesses, como na Inglaterra, França ou China. Grande parte do mandato foi consumido para construir esta nova tradição de política externa.

No primeiro mandato houveram poucas oportunidades; no segundo, interrompido por Watergate, não houve qualquer possibilidade de liderança na mudança de pensamentos tradicionais.

Esta nova abordagem distoava muito com as tradições ideológicas dos EUA, e Reagan, dez anos depois, ao impregná-la de ideologia idealista, levou a cabo uma política externa que não diferia da de Nixon. Na era do Vietnã, sustentar a retórica de Reagan ou Dulles teria sido como atirar gasolina no fogo.

Quando os resultados da abordagem foram vistos como nada mais que uma obrigação e os perigos que evitara saíram de cena, a abordagem se tornou mais controversa. Sem Watergate, talvez tivesse podido arregimentar o país para um meio mais realista de perseguir o idealismo americano.

# A emergência da periferia no sistema mundial

Analúcia Danilevicz Pereira, Klei Medeiros

## 1 Introdução

Durante a maior parte da história mundial, as relações entre a periferia foram reduzidas e intermediadas pelo centro. O Movimento dos Não-Alinhados e o G-77 mudaram essa situação, na organização gradual da periferia em princípios, valores e ideias comuns. No primeiro momento esta organização teve o objetivo de acelerar a descolonização e permitir a autonomia.

Na atualidade, a semiperiferia, como Índia e China, cruciais na conferência de Bandung, tem legitimidade em sua representação do Sul global, mas ao mesmo tempo é acusada de agir como os países centrais. É fundamental uma discussão que resgate os princípios de Bandung, pautados na não-interferência e na necessidade de relações horizontais.

Historicamente a Europa era uma periferia do sistema árabe e, em outras épocas, do sistema chinês, num sistema tributário no qual a distribuição de recursos acompanhava o poder. Certas formas protocapitalistas se desenvolveram em cidades mercantis, se desenvolveram na expansão marítima europeia e levaram à criação de um novo sistema mundial capitalista.

Até o século XIX, todas as grandes potências hegemônicas de cada ciclo de poder haviam sido europeias. Com a *Pax Americana*, a Europa se tornou novamente uma semiperiferia, dentro da lógica de cooperação Norte-Norte. A fracassada tentativa brasileira de tornar-se membro permanente do CSNU mostrou que o Sul não

teria voz.

Entre as potências do norte, aumentou a competição e a centralização de poder. As colônias e a América Latina teriam menos autonomia e menos atuação. Apesar disso, durante a Guerra Fria, uma alternativa surgiu nas lutas de libertação nacional, surgindo as ideias de Terceiro Mundo, Não-Alinhamento e a substituição da luta Leste-Oeste pela luta econômica Norte-Sul.

As reivindicações apresentadas nos princípios de Bandung passaram a consistentemente englobar a agenda da cooperação Sul-Sul, e em 1978 o conceito dessa cooperação foi utilizado pela primeira vez numa conferência da ONU. Nos anos 1980 a cooperação Sul-Sul deu certa esfriada, diante da cooperação Norte-Sul pesadamente condicionada a concessões políticas e econômicas, e analisaremos também o refluxo atual de revisão da ordem internacional Leste-Oeste e Norte-Sul.

## 2 De Bandung a Havana: descolonização e a agenda do Terceiro Mundo

A primeira fase da Guerra Fria se caracterizou por busca de zonas de influência das superpotências e por movimentos de libertação na Ásia, que assumiu a liderança na formação do Terceiro Mundo. A China e Índia romperam com a bipolaridade de forma precoce, de forma que a *Pax Americana* era já instável em comparação

com as hegemonias europeias anteriores, nas quais a periferia estava sempre atrelada ao centro.

Os EUA já estavam presentes na Ásia, substituindo a presença colonial francesa e inglesa e pressionando os regimes socialistas descolonizados, bem como investindo excedentes de capital e expandindo suas transnacionais. Parte de sua estratégia era constituir o Japão como um polo de poder estratégico.

A Conferência de Colombo, na Indonésia, discutiu a articulação de uma frente neutralista para contrapor a atuação americana. Em 1954 a Índia e a China declararam cinco princípios que regeriam suas relações: coexistência pacífica, respeito recíproco pela integridade territorial, não ingerência nos assuntos internos, não-agressão, igualdade e privilégios recíprocos/ ganhos mútuos.

Um ano mais tarde, em Bandung, viu-se o surgimento de consciência do Sul, propondo o debate Norte-Sul, ao invés de Leste-Oeste, diante da emancipação da Ásia e da crescente autonomia africana. Os princípios acordados foram a luta contra o colonialismo e racismo, o direito à autodeterminação, a luta pela independência e liberdade de escolha quanto a sistemas políticos e inserção externa no contexto da Guerra Fria. O não-alinhamento não significava necessariamente equidistância, mas liberdade de posição.

A conferência também representou o surgimento de uma cultura do Sul, lançando a ideia da necessidade do reconhecimento de diferenças. Ao final, lançou-se um comunicado contendo cinco sessões: cooperação econômica, cooperação cultural, direitos do homem e autodeterminação, problemas dos povos dependentes e promoção da paz e cooperação mundiais.

Foi reconhecida a urgência de promover o desenvolvimento econômico da zona afro-asiática,

por meio de acordos multilaterais e bilaterais com o resto do mundo, e solicitada a criação de um fundo especial das Nações Unidas para países que variassem suas exportações fomentando feiras inter-regionais. Clamou também pela criação de uma agência internacional de energia atômica, insistindo em seu uso pacífico.

No que tange a cooperação cultural, a declaração enaltece as riquezas intelectuais das regiões e aconselha missões científicas, literárias e artísticas. Se confirma a necessidade de adesão à ONU e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, e o desejo por mais organizações internacionais. Ressaltou-se a importância do desarmamento, suspensão de testes nucleares e proibição de armas de destruição em massa.

Ao final da conferência, a estratégia global dos países do Terceiro Mundo foi estabelecida nos Dez Princípios da Coexistência de Bandung. No plano econômico, a conferência assumiu a “ideologia do desenvolvimento”, a vontade de desenvolver forças produtivas, diversificar a produção, industrializar, e assegurar ao Estado a direção e o controle deste processo. A Conferência abriu caminho para o surgimento do Movimento dos Não Alinhados em Belgrado, em 1961.



|    |  |
|----|--|
| 1  | Respeito aos direitos humanos fundamentais, fins e princípios da Carta das Nações Unidas   |
| 2  | Respeito à soberania e integridade territorial   |
| 3  | Reconhecimento da igualdade de raças e nações  |
| 4  | Não intervenção e não ingerência em assuntos internos  |
| 5  | Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta   |
| 6  | Rejeição de todo acordo de defesa destinado a servir a grandes potência, e rejeição a toda pressão que uma potência tente exercer sobre outro Estado |
| 7  | Abstenção a atos de ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política                                   |
| 8  | Resolução de todos os conflitos por meios pacíficos  |
| 9  | Estímulo dos interesses mútuos e da cooperação   |
| 10 | Respeito à justiça e obrigações internacionais   |

Os princípios de Bandung foram adotados pelo MNAL e seu cumprimento se tornou um critério de adesão ao bloco. Estes princípios, bem como outros basilares, como oposição ao *apartheid*, não adesão a pactos militares multilaterais, luta contra o neocolonialismo, democratização da RI, entre outros, se institucionalizaram pelo Movimento dos Não Alinhados. A atuação foi dificultada pela diversidade do bloco, em termos políticos, ideológicos, econômicos, sociais e culturais. Cuba, por vezes, defendia que a URSS era uma aliada do terceiro mundo, e outros países lutavam justamente para obter maior autonomia diante da União Soviética, como a Iugoslávia de Tito.

Apesar dos obstáculos, a demanda por acelerar

o desenvolvimento econômico foi amplamente defendida. A criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o surgimento do G-77, em 1964, buscando melhorar a capacidade de negociação conjunta, representaram o novo peso e capacidade política dos países em desenvolvimento.

Em 1964 o G-77 declarou problemas de déficit comercial, a deterioração de termos de troca, e a necessidade de um novo acordo global sobre *commodities*, dado que os países desenvolvidos aumentaram o grau de proteção sobre produtos agrícolas conforme o preço médio de exportação diminuía nos países em desenvolvimento e aumentava nos desenvolvidos - esta última nota na Carta de Argélia, em 1967. A Carta foi a primeira reivindicação conjunta e organizada sobre temas que ainda estão em discussão no século XXI, ressaltando que o desenvolvimento dos países do bloco era também de interesse dos países desenvolvidos, como uma ação coletiva global, e demarcando a importância de reduzir as desigualdades intra-bloco.

A Conferência do G-77 em Argel foi precedida um anos antes pela Conferência Trilateral de Havana, que fundou a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL), com solidariedade revolucionária que condenava o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo. A Conferência Trilateral denunciava problemas sociais, como fome, pobreza e miséria no Terceiro Mundo, e possuía um caráter mais normativo na instrumentalização das lutas de libertação.

Assim, essa fase inicial de relações Sul-Sul buscou consolidar a descolonização e apresentar uma agenda de desenvolvimento, trazendo pela primeira vez a organizações internacionais pautas como pobreza e racismo, além de criar mecanismos multilaterais autônomos. Ao mesmo tempo, os mecanismos econômicos reforçaram

as disparidades e buscaram uma agenda que levasse em conta o caráter agroexportador do Terceiro Mundo e fortalecesse sua industrialização.

Segundo Arrighi, “prometeram-se o direito à autodeterminação e desenvolvimento”, mas com consequências - gerando expectativas que ameaçaram a estabilidade da hegemonia americana e precipitaram sua crise. A emergência da periferia possui implicações sistêmicas.

### **3 De Lusaka a Buenos Aires: nova ordem econômica internacional e cooperação Sul-Sul**

Esta fase é marcada pela ascensão da Europa e do Japão, bem como declínio americano pós-Vietnã. É um período de reações à hegemonia, que diferem do nacionalismo e socialismo clássicos. No âmbito cultural, a ideologia do desenvolvimento se erodiu, pois os novos países descolonizados percebem os problemas com seus laços econômicos com as antigas metrópoles, denunciando desigualdades sistêmicas.

A partir de 1967 se fortaleceu uma agenda de desenvolvimento econômico até no MNAL, que se tornou uma frente de reivindicação econômica em relação ao Norte. Nesse período a ONU é utilizada para instrumentalizar relações sul-sul, e intensifica a ideia de cooperação técnica. Os países latino-americanos foram incluídos à agenda, trazendo consigo a agenda da CEPAL, com a denúncia sobre a deterioração dos termos de troca.

Percebeu-se que os países em desenvolvimento participavam menos das exportações, e seus fluxos de capital para o Norte aumentavam em pagamentos de dívidas, royalties e serviços. A pobreza se tornou um problema crítico, além da

ocupação de parte de seus territórios e privação de seus recursos naturais.

Nesse contexto a Conferência de Lusaka trouxe a ideia da *autossuficiência coletiva*, de forma que o Sul seria responsável pelo próprio desenvolvimento, com maior controle de seus recursos, assim como maiores medidas externas entre os membros do bloco. Também reafirmou os antigos pontos de independência e integridade, dissolução de grandes alianças militares, igualdade, desarmamento, descolonização, igualdade racial, e papel da ONU, com a admissão de todos os Estados a suas fileiras.

Em Lusaka se exigiu dos países membros uma utilização justa de seus recursos, que promova o bem-estar social. A Carta de Argel de 1973 reclamou o cumprimento de resoluções da ONU por Israel, e o término de conflitos no Terceiro Mundo. Celebrou os Acordos de Paris, condenou a invasão do Camboja (afirmando a legitimidade de Sihanouk[sic]), apoiou a reunificação coreana, e afirmou que apenas a luta armada seria capaz de descolonizar a África. Na América Latina, condenou a existência de dominação colonial na região e exigiu a retirada das forças americanas da América Central.

Em 1973 e 1974 a ONU começou a dar resultados, como a Resolução 3201 e a 3202, estabelecendo práticas econômicas e estabelecendo a necessidade de reformar o sistema monetário internacional (FMI), bem como a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados (Resolução 3281, de 1974).

A Nova Ordem Econômica Mundial buscava expandir as instituições da ONU, desafiando o direito internacional vigente. Se começou a desenvolver o conceito de cooperação Sul-Sul, e em 1974 foi formada a Unidade Especial de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, que se tornou o ponto focal da cooperação Sul-Sul.

Foi em Buenos Aires, em 1978, que se buscou construir o conceito de cooperação técnica baseada em horizontalidade e reciprocidade, buscando a promoção da autossuficiência e fortalecimento de capacidades para resolver seus principais problemas (PINO, 2014).

A cooperação Sul-Sul passou a ser cada vez mais institucionalizada na ONU, conforme os mecanismos autônomos foram perdendo importância (como o MNAL), se tornando mais fóruns de diálogo e ideologia. O momento inicial da cooperação teve desafios, pois se o número de membros é alto, a efetividade requer que os membros mais capazes arquem com custos desproporcionais. O momento foi marcado também por maior ousadia dos países do Sul, enfraqueceu a polarização típica capitalista, e contribuiu para o declínio da hegemonia estadunidense.

## 4 Conclusões

O período de 1955 a 1978 marca a inserção de um terceiro bloco na ordem internacional da Guerra Fria, e como consequência e reação conservadora nos anos 1980 e 1990 se observou um grande avanço neoliberal, exigindo ajustes fiscais expressivos como condição à cooperação Norte-Sul.

A partir da década de 1990, porém, se observou um novo impulso nas relações Sul-Sul, com a emergência de uma semiperiferia ativa, como a China, Índia e Brasil. Estes países costumavam atuar na lógica de poder da Guerra Fria, se distanciando dos custos da liderança de um movimento como o do Terceiro Mundo. A China se aproximava dos EUA, o Brasil agia na lógica norte-americana de evitar comunismos na América Latina e a Índia se aproximava da União Soviética após a aproximação dos EUA e Paquistão, contrapondo-se ao eixo sino-americano.

No momento atual, os países da semiperife-

ria passaram a atuar entre si, formando blocos como BRICS e IBAS. Estes arranjos reformistas buscam formas de lidar com problemas de desenvolvimento já caros aos movimentos do terceiro mundo, diferenciados da lógica Norte-Sul das décadas de 1980 e 1990.

A China tem baseado sua cooperação nos princípios de igualdade e benefício mútuo, e recentemente à construção de infraestrutura. A Índia tem introduzido produtos tecnológicos no continente africano e em outras regiões. O Brasil tem investido no alto perfil diplomático e na cooperação técnica, sobretudo com a África lusófona. O fim da GF permitiu um maior espaço de atuação a estes países.

Cabe a atenção a reações conservadoras, porém. A semiperiferia, assim, devem evitar serem vistos como nova hegemonia regional, dando voz à periferia, evitando a simples cooperação entre si e construindo confiança. Um sistema mais democrático para com o peso da periferia seria uma iniciativa política bem vinda, assim como os BRICS construíram um sistema econômico alternativo a *Bretton Woods*.

Não se trata apenas de buscar soluções no nível institucional e internacional, mas de pensar de forma realista em estratégias unindo a semiperiferia e a periferia contribuindo para melhor equilíbrio global de poder. Importa a disputa de ideias. A periferia pode se beneficiar da disputa geoeconômica entre centro e semiperiferia, na medida em que se proliferam alternativas. No entanto, cabe à periferia estabelecer suas próprias prioridades e formas de atuação, podendo resgatar ou não a estratégia de Bandung e do Movimento dos Não Alinhados.

# A revolução vietnamita e os movimentos de libertação nacional da Indochina

Paulo Fagundes Visentini

## 1 Introdução

A Revolução Vietnamita foi especialmente importante por sua duração, impacto em outras revoluções e envolvimento de grandes potências. Não apenas foi catalisadora de movimentos terceiro-mundistas - mas um confronto com o mundo comunista que foi uma grande derrota da máquina militar americana. O país foi capaz de manter seu regime, sobreviver à queda da URSS, conservar sua autonomia e impulsionar seu desenvolvimento.

O imperialismo francês ocupou a Indochina no século XIX, logo derrotando a resistência tradicional e implantando atividades capitalistas. Logo surgiu um movimento nacionalista moderno e, mesmo socialista. Durante a Segunda Guerra Mundial e as Revoluções socialistas, o país se viu envolvido num turbilhão, e logo a posição geopolítica do Vietnã - na “fronteira quente” da Guerra Fria - se tornou importante.

## 2 Colonialismo, nacionalismo e comunismo

A partir de 1858 os franceses iniciaram a ocupação da Indochina, marcada por exploração e certa modernização. A classe proletária se formou muito antes da burguesia compradora, e inauguraram a era das revoltas sociais. Nos anos 20-30 o nacionalismo tradicional se tornou re-

volucionário, sob o impacto da revolução russa e depressão da economia capitalista mundial.

A partida da longa luta de libertação foi o engajamento de intelectuais pequeno-burgueses, como Ho Chi Minh, trabalhador na França no final da Primeira Guerra Mundial e fundador do Partido Comunista Francês, que deixou por discordâncias quanto ao colonialismo para se juntar à III Internacional.

Em 1930, tropas coloniais se rebelaram, mas vencidas e exiladas ao sul da China - onde se instalara o VNQDD, Partido Democrático Nacional do Vietnã. Suas táticas de terror afastadas das massas os enfraqueceram. Ao mesmo tempo foi fundado o Partido Comunista da Indochina, em Cantão, e organizou um grande levante camponês - os Sovietes de Nghe Tinh - que foi esmagado pela Legião Estrangeira.

## 3 Resistência antifascista e anticolonial

Diante do enfraquecimento da metrópole durante a Segunda Guerra Mundial, do regime fascista de Vichy e da presença japonesa, o PCI foi capaz de explorar as contradições do colonialismo pela formação de uma ampla frente anti-imperialista.

Com o colapso da administração colonial no Tonkin, eclodiu um levante popular liderado

pelo PCI, vencido por uma aliança entre franceses de Vichy e japoneses. Em novembro de 1940, outro levante eclodiu no sul, e em janeiro de 1941 uma unidade da polícia civil de tendência nacionalista se rebelou. Estas rebeliões foram esmagadas pelos franceses.

O *Kuomintang*, preocupado com a ocupação japonesa na região, apoiou uma frente que também incluísse o PCI. Em fevereiro de 1941, Nguyen Ai Quoc (*Nguyen, o patriota*), posteriormente Ho Chi Minh, criou a Liga para a Independência do Vietnã - o Viet Minh, criando milícias de autodefesa, um jornal para os camponeses e incorporando ao movimento minorias étnicas, significativas por seu controle de regiões estratégicas para a guerrilha e comunicação com o sul da China.

Um dos principais responsáveis pela estratégia militar da revolução vietnamita foi Vo Nguyen Giap, ex-professor de história. Em geral, ao contrário do PC chinês, que possuía um bom instrumento militar e limitada estrutura política, o Viet Minh possuía uma ótima estrutura de militantes, mas poucos militares.

O partido enviou militantes à academia militar de Whampoa, controlada pelo *Kuonmintang*, no sul da China. Souberam obter a qualificação técnica sem se deixar contaminar pelos nacionalistas chineses, e então abriram escolas móveis nos santuários do Viet Minh.

Até fevereiro de 1942, os franceses atacaram o Viet Minh no norte, dividindo-o em pequenos grupos e dissolvendo-os em militantes civis. Com o ataque japonês, o Vietnã se tornou um ponto estratégico. Nguyen Ai Quoc buscou concluir uma aliança formal contra o Eixo, mas ao buscar reconhecimento do *Kuonmitang* foi preso pelo governo de Jiang Jieshi.

A partir de 1942 os franceses iniciaram grandes requisições de arroz, reduziram as culturas de

alimento e os japoneses exigiram da administração enormes somas em dinheiro, causando uma grande fome. Em 1943/44 os franceses lançaram a segunda grande ofensiva contra o Viet Minh, após a qual as bases de apoio da guerrilha passaram a organizar guerrilheiros em tempo integral e recuperar os quadros que haviam se dispersado. Ai Quoc retornou da China, agora com o nome de Ho Chi Minh (*Ho, aquele que ilumina*), e foi autorizado a levar o Viet Minh para a liga Dong Minh Hoi, diante da incapacidade dos nacionalistas.

No início de 1944 o Viet Minh estabeleceu contato com comunistas alemães e austríacos que integravam a Legião Estrangeira, bem como com gaullistas na Indochina. Estes grupos advertiam sobre a iminência de um conflito nipo-francês e propunham uma aliança contra os japoneses, mas a França de Vichy se concentrou na terceira ofensiva contra o Viet Minh.

Os japoneses, após diversas derrotas no pacífico, ampliaram sua zona de influência na China para garantir comunicação com a Indochina. A partir desse momento a Indochina se tornou uma peça-chave importantíssima ao sucesso do expansionismo japonês na região.

## **4 A revolução de agosto e a primeira independência**

Em março de 1945 os japoneses atacaram e derrotaram os franceses em toda a Indochina, e o caos que se seguiu deixou boa quantidade de armas para o Viet Minh. Os japoneses declararam a independência do Vietnã, criando um governo fantoche imperial com Bao Dai e com apoio de grupos pró-japoneses.

Ho Chi Minh percebeu que o Viet Minh era agora a única força contra os japoneses, iniciando uma intensa campanha de guerrilha para,

inclusive, preparar a Indochina para a derrota dos japoneses pelos aliados. No mesmo ano todos os grupos de guerrilha e milícias se uniram no mesmo movimento - o *Exército de Libertação do Vietnã*, iniciando insurreições locais e ampliando a zona libertada governada por comitês populares revolucionários. Estas regiões foram capazes de se defender contra os japoneses.

Com a rendição japonesa, diante do fim de seu tratado de não agressão com a URSS, os japoneses se recolheram aos quartéis e deixaram a administração ao governo imperial de Bao Dai. No mesmo dia o Viet Minh criou um governo provisório, vencendo uma tendência interna de fazer uma coalizão com o governo pró-japonês. O governo fantoche se manteve no poder até que o Viet Minh tomou o poder ostensivamente num comício em Hanoi, seguido de quinze dias de ocupação de cidades até a abdicação de Bao Dai em 30 de agosto. Na mesma data foi criada a República Democrática do Vietnã.

A pretexto de obter a rendição japonesa, os chineses invadiram o norte e os britânicos invadiram o sul. Numerosos agentes gaullistas foram detidos. A revolução vietnamita havia sido bem sucedida, mas encontrava novos desafios.

## **5 A RDV e a revolução anti-colonial**

A intervenção chinesa no norte, que respondia por interesses americanos, e a britânica, no sul, logo desestabilizam o novo Estado, e em setembro de 1945 os primeiros ataques da Legião reconstituída a alvos militares e aldeias.

Ho, Giap e Pham Van Dong buscaram atrasar o conflito, formalmente dissolvendo o PCI e instituindo medidas anti-fome incluindo uma reforma institucional, redução de rendas pagas pelos camponeses, cultivos emergenciais e direito

de utilização de terras desocupadas. A reforma agrária foi cautelosa para evitar uma reação conservadora.

As eleições de 1946 viram mais de 90% dos votos para Ho Chi Minh, e o Viet Minh entregou 70 assentos da Assembleia Constituinte a partidos nacionalistas, ainda que tenham tido poucos votos. A França buscou ganhar tempo negociando, mas sem reconhecer a legitimidade do Viet Minh.

Conforme os franceses iniciaram conquistas e avanços no sul e em Saigon, o Viet Minh recuou às florestas e deixou para trás estruturas clandestinas. Ho aceitou a ocupação de Tonkin pelos franceses, que em troca reconheceram a RDV ao norte como estado “livre, mas sem autonomia”, associado à União Francesa.

Fracassaram negociações e o confronto total se aproximou. Ho recriou as milícias locais e o Viet Minh decidiu cortar a comunicação entre as cidades francesas, isolá-las e estabelecer um cerco.

## **6 A reconquista colonial e a guerra franco-vietnamita**

Os revolucionários tentaram sem sucesso estabelecer uma independência pacífica. Após o bombardeio e ocupação de Haiphong, os revolucionários inutilizaram dez mil quilômetros de rodovias, bem como quase todas as pontes do país. Ho declarou que perderia dez homens para cada francês, mas que mesmo assim os franceses não seriam capazes de suportar o confronto.

A estratégia era similar à guerra prolongada de Mao - uma fase defensiva, de retardamento e dispersão, seguida pela guerrilha generalizada, e a eclosão de guerrilhas na retaguarda do inimigo, em zonas arrasadas pelos franceses; chegando, por fim, ao reagrupamento de forças e

contraofensiva geral, da guerra de movimento à de posições, seguida por negociações.

Os EUA, que até então toleravam a política francesa na Indochina, obrigaram-lhes a aceitar uma nova política em troca de apoio financeiro e militar. Bao Dai foi trazido do exílio para receber a independência de todo o Vietnã, conforme a França dominaria a diplomacia do país - com apoio de cristãos no norte, burguesia compradora, grandes proprietários, soldados e administradores franceses, comerciantes e o grupo Bin Xuyen, assim como das seitas militares Hoa Hao e Cao Dai no sul.

O Viet Minh deu início à resistência nos deltas - franceses de dia, vietnamitas à noite. Uma eficaz rede de transporte foi organizada, a pé ou em bicicletas carregadas com 200 kg empurradas em trilhas abertas. No final de 1948 o exército francês estava atolado. A guerrilha atuava até perto dos subúrbios de Saigon. A vitória da China comunista convenceu Ho a passar à terceira etapa - a contraofensiva e reagrupação de forças nas montanhas do norte, criando também um exército clandestino urbano. Os franceses sofreram derrotas nas montanhas e recuaram para o delta.

## 7 A revolução chinesa e a derrota da França

A fundação da RPC foi um golpe à política de Washington na Ásia. A guerra da Coreia ameaçou a China, e a Ásia Oriental se tornou um ponto central da Guerra Fria. O *Kuonmitang* se refugiou em Formosa, e os EUA decidiram enviar mais dinheiro e armas aos franceses na Indochina, assinando um acordo com os “Estados Associados” indochineses. Enquanto isso, a RPC, a URSS e demais países socialistas reconheceram a RDV.

O general Lattre de Tassigny constituiu uma

linha defensiva ao redor do delta do Rio Vermelho, mas não pôde, portanto, atacar as regiões libertadas. Se as atacasse, sua retaguarda estaria em risco ao dispersar o exército francês; e se se concentrava na iniciativa, suas forças de ocupação se tornavam insuficientes.

O PCI foi dividido em países do Vietnã, Laos e Camboja. O apoio camponês ao VM nas zonas libertadas aumentou, assim como o apoio americano aos franceses - que chegou a 80% do financiamento da guerra em 1954. A cada manhã a rodovia para Haiphong amanhecia minada e sabotada, e precisava ser reaberta.

Em 1953 os franceses estabeleceram campos entrincheirados, e a atuação das guerrilhas do Vietnã, Camboja e Laos se desenvolveu em conjunto. A guerrilha ampliou as estradas invisíveis nas montanhas, nas quais circulavam caminhões soviéticos.

O general Navarre atacou a região norte, e Giap reagiu atacando o Laos setentrional. Navarre buscou cortar a comunicação entre o planalto laosiano e a zona libertada pelo Viet Minh, criando uma base fortificada. Esta base cortava um eixo fictício, e não impedia a comunicação; no entanto, controlava uma rota de tráfico de drogas controlada pelo *Kuonmitang*, que auxiliava os franceses a financiar a guerra.

Um objetivo da base era atrair o Viet Minh para uma batalha convencional - que foi vencida pelos guerrilheiros, rendendo 16.000 soldados experientes. Neste momento a direita francesa percebeu que lutava inutilmente, e em junho o governo foi assumido por um gabinete pelo fim do conflito.

No Laos, os franceses haviam concedido uma independência limitada ao país até 1949, mas a resistência continuou, libertando quase metade do país até 1954; no Camboja, a autoridade limitada foi obtida em 1947, e o príncipe Sihanuk

barganhou sua ampliação. Em 1951 a Frente Khmer Issarak reiniciou a luta armada, e em 1953 a plena independência do Reino do Camboja foi reconhecida.

Na Conferência de Genebra, que os EUA tentaram impedir, estavam presentes todos os novos Estados da região e a RPC. Os acordos foram assinados exceto pelos EUA, que fizeram um comunicado em separado. Ficou estabelecido o cessar-fogo e a divisão temporária do país no Paralelo 17, com 90 dias para reagrupação de forças militares, 2 anos para mudança de civis e libertação de todos os prisioneiros.

## **8 Socialismo no norte e guerra civil no sul**

A crescente presença americana no sul e a fundação da Frente de Libertação do Vietnã do Sul marcam o início da Segunda Guerra do Vietnã. Washington procurou sabotar a Conferência, como as eleições, sabendo que a derrota de seus aliados era provável. Em 1954 criou-se a OTASE, prevendo a possibilidade de intervenção na Indochina. Os franceses concordaram em se retirar, em troca da manutenção de seus interesses econômicos.

O sul prometeu terras aos imigrantes do norte. A imigração de 870 mil católicos e soldados vietnamitas do exército francês foi utilizada como pretexto para que os EUA denunciassem o totalitarismo da RDV e o “terror do norte”, enquanto 100 mil soldados do Viet Minh cruzavam o paralelo para o norte. Isso debilitou o poder da resistência no sul, mas não sua força política.

No sul, 60% das aldeias eram controladas ou influenciadas pelo Viet Minh no Sul. Com a saída de seus soldados em 1954, se iniciou uma campanha de perseguição e denúncia de comunistas, violentamente atacando as regiões que haviam

apoiado o VM, assim como contra os conservadores pró-franceses.

Saigon formalizou um pedido de apoio a Washington, que enviou ajuda financeira anual ao novo regime. Em 1955, a eleição foi fraudada e a monarquia de Bao Dai foi substituída pela república de Diem. Os franceses e Bao Dai foram embora por estarem atrapalhando os planos americanos - os EUA poderiam dizer que não assinaram os Acordos, e a república de Diem que nada tinha a ver com a monarquia que os assinou. As eleições e unificação de 1956 foram canceladas.

Diem cooptou os latifundiários do delta do Mekong, prometendo devolver-lhes a terra. Enquanto isso a imprensa americana apresentava Diem como o “Churchill da Ásia”. O núcleo do poder de Diem era sua família, que ocupava quase todos os cargos com poder real.

O caráter repressivo do Vietnã do Sul criou uma reação cada vez maior, conforme matou nos “anos de paz” de 1954 a 1959 mais pessoas que as baixas da Primeira Guerra da Indochina. Quando passou a haver oposição, o regime de Diem perdeu força, e a pequena-burguesia chinesa e minorias religiosas, que haviam apoiado os franceses, foram perseguidos e se opuseram ao regime. Em março de 1959 Diem lançou uma ofensiva contra o campo, e a resistência começou a se organizar espontaneamente.

### **8.1 Transformações no norte**

O fator que impediu Ho Chi Minh de reagir à repressão de Diem no sul foi a necessidade de evitar outra Coreia, assim como a proposição soviética da entrada dos dois Vietnãs na ONU. Os problemas internos do norte também eram substanciais, diante de uma reforma agrária extremamente extensa, porém despreparada e focada demais no modelo chinês, além da injusta



condenação de proprietários que haviam lutado contra os franceses.

O partido fez uma autocrítica pública em 1957 e retificou a reforma, punindo ou transferindo muitos quadros. Em 1959 criaram-se as cooperativas socialistas, conforme o Estado investia fortemente em obras públicas hidráulicas para ampliar a área cultivada.

Desenvolveu-se a criação de peixes para melhorar a dieta da população, e se introduziram culturas industriais, além de se iniciar uma revolução médico-sanitária e educacional. A alfabetização de adultos foi concluída nos primeiros anos da revolução.

A RDV de 1945 era uma democracia liberal-burguesa; a RDV de 1954 era uma democracia popular com grupos políticos não integrados ao governo. O estado do norte foi uma transição gradual e planejada do confucionismo ao marxismo, e entre as realizações positivas do regime estava uma política de emancipação feminina e surpreendente ausência quase completa de corrupção.

## 9 Guerra civil no sul e envolvimento americano

Em 1960 o descontentamento se mostrou no Sul como um falhado golpe militar contra o presidente Diem, que passou a promover generais por fidelidade política a seu clã. A resistência criou em dezembro a FNL, que Washington e Saigon denominaram pejorativamente de *Vietcong*.

A Frente criou três bases de propaganda: para camponeses, intelectuais e o Exército sul vietnamita, com o objetivo de substituir o regime neocolonial de Diem por um governo de coalizão nacional.

O governo tinha muito mais tropas, mas a FNL não parou de crescer, quadruplicando sua área de controle até 1964. O Vietnã do Sul era visto como o herdeiro do Estado colonial francês e defensor dos feudos vietnamitas - a ideologia e ação política da FNL assumiram a forma de um nacionalismo de consciência revolucionária.

A preocupação americana com a expansão vietnamita levou Kennedy e McNamara a repri-mirem a expansão comunista se utilizando da chantagem nuclear para diminuir o apoio soviético e chinês ao Norte. A partir de 1961 a ajuda a Saigon aumentou além do limite dos Acordos de Genebra, com helicópteros, blindados anfíbios M113 e a estratégia de reagrupar os camponeses em *aldeias estratégicas*, deprivando a guerrilha de apoio. Estes camponeses levados à força se logo se revoltavam, e as aldeias se tornavam bases de guerrilha ou eram destruídas.

Nas áreas controladas pela FNL, tudo era um alvo válido para Saigon. O genocídio das populações e a tortura dos capturados só intensificou a guerrilha e aumentou o apoio popular à FNL, que tratava os camponeses pela tradição confuciana e permitia a eleição de líderes locais.

Com a grande derrota de Diem em janeiro de 1963, os americanos se inquietaram com a política que acabava por reforçar a guerrilha. Em maio, em Hue, um protesto budista contra o favorecimento de católicos foi esmagado por tanques. Em outubro, Diem trouxe para Saigon suas tropas de elite para combater focos de revolta, e a embaixada americana ameaçou cortar todo o apoio se Diem não se focasse na guerrilha do campo. Dois dias após a retirada ocorreu um golpe apoiado pela CIA, com o assassinato de Diem e Nhu. Uma junta militar assumiu o poder.

Três quartos do país, porém, estava nas mãos da FNL. Depois da derrubada de Diem se sucederam treze golpes de estado em dois anos

- o desaparecimento da família Diem deixou o estado ultracentralizado sem estrutura.

Em 1964 os americanos começaram a desfolhar vastas florestas (o senador Goldwater propôs sua destruição com bombas nucleares), e decidiram estender a guerra ao norte do Paralelo. Quando, em 1965, os americanos pousaram em Da Nang numa enorme encenação de poder, se equivocaram ao acreditar que a guerrilha no sul poderia ser derrotada pelo bombardeio do norte.

No Laos, a vitória eleitoral da esquerda levou à formação de um governo de coalizão. Os americanos imediatamente pressionaram o país até substituir o gabinete por um conservador, apoiado pelos EUA e pela ditadura tailandesa. O Pathet lao voltou à luta armada, e em 1962 se formou um novo governo de união nacional, que durou até a intervenção americana.

No Camboja, o governo tradicional Sihanuk gozava de legitimidade popular, e sua linha neutralista valia-lhe o reconhecimento até da URSS. As guerrilhas cambojanas nunca conseguiram ameaçar o regime. Em 1960 o Partido adotou o nome de Partido Comunista de Kampuchea e recebeu um influxo de novos militantes vindos do exílio no Ocidente, entre eles Pol Pot e Ieng Sary.

## 9.1 A contrainsurgência

O início da intervenção americana trouxe enormes meios de destruição ao Vietnã, com 600 mil soldados, o maior heliporto do mundo em An Khe, dezenas de B-52, e 60 mil soldados sul coreanos, filipinos, australianos e neozelandeses.

Todas as tentativas de infiltrar guerrilhas no norte falharam. O objetivo americano era travar uma guerra clássica, rápida e intensa, que não poderia ameaçar o equilíbrio internacional nem causar problemas internos.

O uso de grandes meios para objetivos limitados contrastava com o uso francês de meios limitados para grandes objetivos, mas criava seus próprios problemas - a presença americana desmoralizava Saigon, o prolongamento da guerra levava os americanos a um envolvimento mais arriscado, e a ausência de soldados estrangeiros na RDV reforçava a posição de Hanoi como vítima agredida.

A assimetria de poder era imensa, e o espaço de luta era menor, de forma que as estratégias de outros conflitos, como a revolucionária chinesa ou a da guerra franco-indochinesa, não poderiam ser aplicadas.

No sul ocorreu também a urbanização forçada diante do enorme êxodo rural que fugia de combates, bombardeios e expulsões. Saigon passou de meio milhão para quatro milhões de habitantes em 10 anos. Por outro lado, os constantes bombardeios no norte obrigaram a RDV a descentralizar a produção, distribuir armas para a população e organizar uma economia de guerra.

Giap buscou mobilizar o *país inteiro*, mas sabia que isso não era suficiente sem uma enorme modernização do exército - os “capacetes duros” - que só foi conseguida com auxílio dos países socialistas. A FNL recebeu armas soviéticas, chinesas e tchecoslováquias, como fuzis da plataforma AK, lança-foguetes protáteis e tanques PT76 e T34.

A tática de guerra popular dizia respeito a se concentrar na retaguarda inimiga, evitando a formação de um *front* tradicional e se concentrando em pequenos efetivos e pontos estratégicos, apoiando-se nas “três retaguardas”: as montanhas no sul, a RDV no norte e os países socialistas. Esta estratégia, na realidade, se baseava no desgaste psicológico, diante das limitações que a infantaria americana havia mostrado na Segunda Guerra Mundial.

Quando os EUA ultrapassaram um “limite politicamente tolerável”, a URSS forneceu mísseis SAM e alguns caças MiG 15, 17 e 21 à RDV. A defesa antiaérea de Hanoi e do Norte também dependia do exército popular, que havia sido instruído a atirar em jatos com qualquer arma<sup>1</sup>.

O meio físico vietnamita era um inferno ao soldado americano, assim como as *booby traps*. As armadilhas foram responsáveis por 21% das baixas, contra 4% na Guerra da Coreia. A tática das “trincheiras que marcham” e seu foco em utilizar túneis para desaparecer e reaparecer na retaguarda era o fracasso da guerra convencional.

Em 1967 o comando americano substituiu a estratégia *search and destroy* pela *clear and hold*, iniciando um grande ataque contra o Triângulo de Ferro ao lado de Saigon, dominado pela FNL desde sua fundação. Para aliviar a pressão, a FNL atacou em Quang Tri e cercou tropas saionguesas e americanas em Khe Shan, que obrigou os americanos a reforçar o norte e enfraquecer o sul.

Em 1968 a FNL desencadeou a Ofensiva do Tet, atacando todas as maiores bases e cidades do Vietnã do Sul ao mesmo tempo. Em Saigon a guerrilha chegou a dominar a embaixada americana. Em Hue, foram necessários 25 dias para expulsar a FNL.

A Ofensiva foi uma derrota militar com 20 mil baixas, mas uma grande vitória política - a FNL mostrava claramente que não havia um único lugar seguro no Vietnã do Sul, e que podia atacar o país todo com precisão cronométrica. Até este momento os EUA afirmavam que a guerrilha era uma “minoridade radical sem base popular e

capacidade militar”.

## 9.2 Do impasse à vietnamização

O grande ataque da FNL, somado às revoltas estudantis, inclusive nos EUA, e a degradação da situação econômica americana diante do enorme custo da guerra, diminuíram o ímpeto dos EUA na guerra e os forçaram a iniciar conversações de paz em Paris.

Nixon, após sua eleição, iniciou uma política de vietnamização do conflito, diminuindo a presença americana (cuja moral estava baixíssima) e aumentando o apoio financeiro ao Vietnã do Sul. Em 1969 Ho Chi Minh morreu, deixando seu *Testamento Político*. Seguindo-o, a FNL criou nas zonas controladas o *Governo Revolucionário Provisório da República do Vietnã do Sul*, avançando no plano político. O GRP foi reconhecido em 1972 pelo Movimento dos Não Alinhados como legítimo representante do povo sul-vietnamita.

Diante da desescalada os EUA utilizaram mais meios tecnológicos, como uma quantidade absurda de bombas. Os crimes de guerra, como o massacre de My Lay, estavam sendo investigados por organizações como *Veteranos do Vietnã contra a Guerra* e o *Tribunal Bertrand Russell de Crimes de Guerra*, sediado em Estocolmo. A fuga do serviço militar se intensificou.

No plano militar, os EUA desesperou-se por não conseguir estabilizar a situação nas montanhas, no delta ou mesmo em Saigon, decidindo atacar os santuários da FNL no Camboja e em Laos. No Laos a crescente intervenção americana havia reiniciado a guerrilha, que controlava a metade leste do país. Contra esta os EUA armaram o Exército Real da Tailândia, que enviou 20 mil anos. No Camboja, os EUA começaram a bombardear regiões do país para atingir bases da FNL, o que afastou Sihanuk dos americanos e estreitou seus vínculos com a RDV. O grupo jo-

---

<sup>1</sup>N.E.: Não tenho fé alguma na eficácia de armas pesadas contra jatos militares de qualquer tipo. Contra helicópteros e aviões de ataque a hélice a efetividade ainda é extremamente limitada, porém não mais beira o impossível (como derrubar um F-4 com um fuzil).

vem de Pol Pot e Ieng Sary consolidou-se no poder, com influência crescente da Revolução Cultural chinesa. A CIA articulou o golpe no Camboja, a proclamação da República Khmer, e a entrada das tropas americanas no país.

A intervenção americana levou o deposto Siha-nuk a apoiar a guerrilha do Khmer Vermelho, que lhes concedeu o apoio da massa camponesa, isolando Lon Nol. O ataque de Van Thieu para ortar a Trilha de Ho Chi Minh foi um fracasso. A fraudulenta reeleição de Van Thieu desencadeou violentas revoltas estudantis em Saigon.

Nixon e Kissinger iniciaram uma ofensiva diplomática, se aproximando da China e lembrando a Brezhnev o preço da *détente*. A FNL reagiu, e em 1972 iniciou uma ofensiva geral. Com o Vietnã do Sul prestes a cair, os EUA reagiram com força total, bombardeios e o bloqueio de portos da RDV com minas.

Vencidas as eleições, Nixão levou as negociações a um impasse e iniciou uma campanha de terror aéreo contra Hanoi. A URSS enviou novos mísseis SAM à RDV, e de forma inédita a RDV começou a abater B-52 e capturar suas tripulações.

Moscou aconselhou o Vietnã a moderar suas reivindicações, para permitir a assinatura de acordos e a retirada americana. Os Acordos de Paris previram um cessar fogo idemiado, a constituição de um governo de coalizão e a realização de eleições gerais.

A retirada americana repercutiu no Laos, enfraquecendo a direita. Os 20 mil tailandeses foram expulsos, bom como os 200 conselheiros americanos. A luta cessa. No Camboja, a guerrilha manteve seu cerco e aguardando a resolução no Vietnã do Sul.

### 9.3 Retirada americana e reunificação

Os americanos se retiraram, mas reforçaram o governo de Thieu - que agora tinha a terceira maior força aérea do mundo. Permaneceram ainda conselheiros, pilotos e técnicos em uniformes sul-vietnamitas. A Frota e as bases na Tailândia permaneciam, então a volta da intervenção era uma possibilidade real. No Sul, havia se formado uma nova elite, que vivia da especulação da guerra e do tráfico, conforme a burguesia compradora e o Estado neocolonial caíam.

A violência piorou com a urbanização forçada. A maioria dos camponeses se corrompeu nas cidades, servindo a uma elite que sobrevivia de recursos desviados da ajuda americana.

A FNL sabia que precisava agir ou perderia os Acordos. Van Thieu não libertou presos, não democratizou o país e permaneceu em ofensiva. Em 1973, trinta mil jovens da FNL e do Partido dos Trabalhadores ampliaram a Trilha de Ho Chi Minh, que passou a contar com 5000km de oleodutos camuflados e 20000km de estradas, em preparação para um ataque.

Em 1974 eclodiu Watergate, e Nixon foi levado a demitir-se. A queda imediata da ajuda americana levou o exército do Sul a estagnar. Em 1974 toda a província de Phuoc Long foi ocupada e Saigon não reagiu. As bases americanas ficaram em alerta, mas não agiram. Era o sinal para desencadear a campanha.

Em 1975 a RDV criou iscas para atrair Thieu ao norte, que ele mordeu. As estradas foram isoladas e Ban Me Thuôt foi tomada, sem reação americana. Em março Thieu ordenou a recuada geral para o litoral, e a guerrilha conseguiu cortar a retirada e destruir todo o Segundo Corpo de Exército. No dia 21, a cidade de Hue e a base de Da Nang foram ocupadas.

Thieu recuou até a Cochinchina, aguardando as monções, mas tropas da RDV marcharam 2000km até o sul e se apresentaram em Phan Rang. Foi conquistada e o avanço para Saigon prosseguiu. No Camboja, o Khmer Vermelho conquistou Pnom Penh e venceram o regime americano. A embaixada americana em Saigon começou a queimar papéis e evacuar funcionários no dia 20 de abril. Thieu fugiu para Londres com grande quantidade de ouro.

Os soldados da FNL e RDV avançavam para o centro de Saigon, onde militares sul-vietnamitas mergulhavam no anonimato. No dia 30 de abril os tanques cruzaram os portões do Palácio Presidencial e encerraram quase 35 anos de luta ininterrupta.

A vitória só foi possível porque a guerra representou a expressão nacional de uma revolução social. Não bastam a resistência nacional e os sacrifícios sobre-humanos da população - a estrutura industrial independente do capitalismo foi também crucial, na URSS e na China.

talismo americano - mas o pior era uma burguesia especuladora, que com o sumiço de produtos importados passou a especular com gêneros primários, criando caos econômico.

Em abril de 1976 houveram eleições gerais, o país foi unificado e renomeado República Socialista do Vietnã. O país permaneceu dividido em dois sistemas socioeconômico, pois o norte prosseguia sua socialização e o sul ainda precisava concluir sua revolução nacional democrática e popular. A eliminação da burguesia compradora e latifundiários feudais levou muitos anos, através da coação administrativa e reeducação política.

Em 1977 a república teve muitos ganhos internacionais, ingressando na comunidade internacional na COMECON, assinando tratados e buscando normalizar relações, mas em 1978 a situação se degradou. A dificuldade na reforma agrária do sul e os desastres naturais até 1981, assim como o início dos *anos conservadores* dos EUA, gerariam problemas.

## 10 República socialista do Vietnã

Após o Vietnã, os EUA exibiram certa síndrome e vergonha, retraindo-se nas relações internacionais e transformando seu militarismo num período de pretensa defesa dos direitos humanos para tentar recobrar seu papel de liderança.

Já no Vietnã, o novo governo tinha muitos desafios. A revolução foi capaz de controlar a irrigação, alimentar toda a população e possibilitar que o camponês tivesse uma bicicleta, o que era um avanço; na decadente Saigon, porém, e para sua classe média que dependia das doações de dinheiro americano, isso era um retrocesso.

A frugalidade e moral espartana do Norte não era atrativa a uma população formada sob o capi-

# Sobre a china: O novo milênio

Henry Kissinger

## 1 Introdução

O início do milênio foi um marco de uma nova relação sino-americana, conforme ambos os países percebiam que eram grandes demais para serem dominados. Uma nova geração de líderes assumiu os dois países, e na China Hu e Wen foram os primeiros líderes sem experiências pessoais revolucionárias, embora tivessem experiência com os problemas internos e separatismos dos anos 1980 e com a Revolução Cultural.

A era Deng fora uma tentativa de recuperar tempo perdido, e Jiang assumia o leme de uma ação ainda em recuperação. Na virada do século seus governos começaram a dar frutos. O país não era mais paralisado, e tinha confiança para rejeitar os sermões americanos sobre reforma.

A China havia entrado na OMC e integralmente participava da ordem internacional. Suas metas eram uma “sociedade harmoniosa num mundo harmonioso”; desenvolvimento e harmonia social numa sociedade que via uma prosperidade e uma desigualdade inéditos. O país continuava a ter um interesse especial no mundo em desenvolvimento, mesmo enquanto ascendia a superpotência.

Hu e Wen buscaram construir uma sociedade *xiaokang* - “moderadamente próspera”, sem o idealismo de revolução constante de Mao, um termo com conotações confucionistas. As Olimpíadas abriram com um grupo de estudiosos confucionistas tradicionais, e muitos “Institutos Confúcio” foram abertos ao redor do mundo.

A Revolução Cultural e a Guerra do Vietnã haviam sido traumáticos para ambos os países, e Hu concluiu pela harmonia. Bush subiu ao poder num triunfalismo pós-soviético. Sua agenda falava de acontecimentos improvavelmente acelerados na direção da democracia neoliberal; embora criticado por sua adesão ao uniliberismo, foi capaz de melhorar as relações com China, Japão e Índia ao mesmo tempo. Em algumas questões os objetivos não eram compatíveis, mas em outras haviam suficientes áreas de intersecção.

Durante a tentativa de Taipei de entrar na ONU sob o nome “Taiwan”, Bush se opôs, para não violar seus comunicados com China, Japão e Índia, e sugeriu que um referendo não encontraria apoio americano. A resposta de Wen foi notavelmente aberta, buscando “reunificação pacífica, com um país e dois sistemas”.

Um dos motivos para a reaproximação foi o 11 de setembro, que voltou os EUA para o Oriente Médio, conforme a China não era mais um desafio revolucionário - sendo menos oponente aos EUA na ONU que alguns aliados americanos. O período também marcou, porém, um afastamento dos dois países em como lidar com o terrorismo. A China se manteve flexível, preocupada com o acesso ao petróleo e proteção de investimentos chineses.

A partir deste momento a China não era mais um país vulnerável com grandes reivindicações, mas uma realidade aplicada de capacidades financeiras e econômicas reais.

## 2 Diferenças de perspectiva

## 3 Oportunidades estratégicas

As relações se mantiveram cooperativas, mas questões econômicas e de proliferação de armas eram pontos de discordância. As econômicas diziam respeito à taxa de câmbio do yuan - que para os americanos é manipulação monetária que sabota a indústria americana, e na visão chinesa é uma **absoluta necessidade** política de busca de estabilidade econômica, sem a qual a China sofreria um imenso e caótico golpe. Os EUA veem a economia chinesa com base em máximas econômicas e de crescimento; os chineses veem as consequências internas e políticas. A questão é política.

A questão da não proliferação diz respeito à Coreia do Norte; a disseminação nuclear prejudicou o equilíbrio da MAD da Guerra Fria, um risco que continuou vivo. As salvaguardas técnicas contra roubo ou lançamento acidental também ficaram mais difíceis, e o cálculo de deterrence fica mais abstrato - quem dissuade quem, e como? Além disso, a rede “privada” de proliferação entre Coreia do Norte e Paquistão demonstra consequências mesmo quando o Estado proliferador não é um “pária”.

Depois dos primeiros dez anos do programa nuclear norte-coreano, a China assumiu a postura de que este era um problema americano. Com o tempo ficou claro que a Coreia nuclear também afetava a segurança chinesa, além da oposição chinesa à proliferação nuclear para outros países, como Japão, Coreia do Sul e Indochina. Outro problema coreano é o sistema interno, que tem o poder nas mãos de uma única família, cuja falta de preparo poderá levar a precipitações e ações unilaterais para proteção dos países ao seu redor.

Diálogos sino-americanos no começo do século demonstraram que a China vê esta época como absolutamente estratégica, uma oportunidade que não poderia ser perdida.

Nesta mesma época a China empreendeu um grande discurso de autorreflexão, buscando definir objetivos estratégicos e sua compreensão sobre o mundo e sobre o futuro, inclusive numa série interna assistida por centenas de milhões de telespectadores (*A Ascensão das Grandes Potências*).

Um dos primeiros atos foi a proposição de “ascensão pacífica”, buscando apaziguar resistências, e que não seguiria caminhos como o da Alemanha ou do Japão expansionistas, ou mesmo das superpotências da Guerra Fria. A reação de Washington foi pronunciar a China como um “*stakeholder* responsável”, assumindo responsabilidades de acordo com suas capacidades. Este foi um convite importante.

Ao mesmo tempo, Hu pronunciou a visão de mundo chinesa em fóruns e discursos, na paz, estabilidade e prosperidade comum do mundo. Estas teorias evocam princípios da era clássica chinesa, gradualista e em harmonia, fugindo do conflito aberto. A expressão “ascensão pacífica” foi ainda mais cautelosa, porque somente “ascensão” poderia ter soado demasiada ameaçadora.

Com a grande crise de 2008, que coincidiu com um grande crescimento chinês, a China reavaliou sua posição gradualista, conforme implorava-se que a China mudasse o valor de sua moeda e consumisse mais. Até este momento a China, embora se recusasse entrar na tutela do Ocidente, via-o como capaz e dotado de conhecimento diligente. O colapso dos mercados mudou a opinião pública chinesa, no sen-

tido de uma mudança fundamental e em curso do sistema internacional.

A abertura das Olimpíadas e seu esplendor sob o retumbar de 2 mil tambores sinalizava que o longuíssimo século XIX chinês havia chegado ao fim. As reformas de Deng haviam permitido à China solucionar o enigma do século, desenvolver-se e tirar milhões da pobreza. O culto da harmonia não obstava a vantagem estratégica, buscada mesmo no período de tumulto.

## 4 O debate do destino nacional - a visão triunfalista

A entrada da China no sistema internacional moderno levou suas elites a um debate habilidoso sobre seu destino e estratégia, não por vulnerabilidade, mas devido a sua força. Após um caminho longo e doloroso, a China está chegando à prosperidade enquanto conserva sua autonomia e valores. Não se discute mais se a China deve ou não buscar no exterior o conserto de sua fraqueza - e sim como exercer sua força.

Durante a Crise, se questionou a tese da “ascensão pacífica”, pois o Ocidente não permitiria tal ascensão. Estes questionamentos são nacionalistas, e apontam que muitos estrangeiros ainda não perceberam a mudança fundamental que acontece, devendo a China se libertar de sua timidez e gradualismo e instituir uma grande meta.

Os livros que criticavam a ascensão pacífica foram criticados, mas passaram pelo crivo do governo e se tornaram *best sellers*. Especialmente *O Sonho Chinês*, de Liu Mingfu, parece refletir a opinião parte estrutura institucional chinesa. Indicam também que os EUA continuam a ser perigosos.

Os controles de exportação americanos importam menos, porque a China já tem a tecnologia

de que precisa, e logo terá bases próprias (em 2022, já tem). O autor critica as elites e conclama a juventude a se mostrar. Liu profetiza uma era de prosperidade harmoniosa, porque a liderança chinesa seria mais sábia e mais moderada que a americana - o que lembra os imperadores tributários que não interviam, mas aconselhavam.

Afirma também que o Ocidente é amoral, e a China não pode ser apenas “harmoniosa”, precisando ser marcial e militar a ponto de se proteger e, se necessário, derrotar. Os livros foram publicados ao mesmo tempo que se desenrolava um problema no Mar do Sul da China, e não poderiam ter sido publicados se a elite o proibísse - ainda que critiquem a elite. Teriam sido formas de manobra psicológica, ou uma forma de influenciar políticas? Ou é um exemplo de uma China que se torna mais pluralista e de maior tolerância de revisores?

## 5 Dai Bingguo - ascensão pacífica reafirmada

Em 2010 os líderes chineses decidiram mostrar que este triunfalismo não era o estado de espírito oficial, com declarações de Dai Bingguo, mais alto funcionário da supervisão da política externa chinesa, sobre a persistência da ascensão pacífica - resposta tanto a estrangeiros quanto aos triunfalistas chineses.

Dai afirma que o desenvolvimento pacífico não é uma forma de “ganhar tempo”, mas uma política genuína e duradoura que serve aos interesses chineses e a sua estratégia. A cooperação global seria interesse da própria China; e afirma a demanda dos povos do mundo por paz e cooperação, embora também advirta a China militante interna dos obstáculos que esta enfrentaria.

Afirma que a China pode assim prosperar porque está amplamente integrada ao mundo, co-



nectada com um sistema mais amplo, mudanças enormes em seu sistema que levariam ao abandono da autonomia absoluta, que a isolaria. Caso a China tivesse excessivo cuidado com a própria autonomia, argumenta, as oportunidades estratégicas do momento poderiam ser perdidas. Há o reconhecimento tácito de que as relações chinesas com seus vizinhos poderosos tem piorado, uma situação que os chineses tentam reverter.

A conclusão de Dai é que sua ascensão pacífica, depois substituída pelo mais brando “desenvolvimento pacífico”, não é uma tática, embora a dúvida deva estar lá quando um governante despreze sua própria estratégia. Afirma que os Chineses não estão em posição de serem arrogantes e presunçosos, com seus 150 milhões de pobres e tremendos desafios domésticos.

Baseado nisso, rejeita a ideia de dominação asiática, e “autoriza” o mundo a supervisionar a china para evitar a hegemonia. O próprio Deng Xiaoping já havia falado a esse respeito. As palavras de Dai são eloquentes e poderosas, mas esta provavelmente não será a última palavra sobre o desenvolvimento da China - uma quinta geração de jovens subirá ao poder em 2012.

A boa relação com os Estados Unidos parece permanecer; mas o que fica por resolver é como passar de crise para objetivos, de solução de controvérsias para prevenção de seu surgimento. Será possível desenvolver uma parceria genuína mundial baseada na cooperação?

# O retorno da geopolítica: a ascensão dos BRICS

Ronaldo Carmona

A Sexta Cúpula do BRICS, em Fortaleza, representa uma nova fase de aliança, com criação de um banco e um fundo. Busca-se maior autonomia e espaço de manobra.

O primeiro ciclo do brics (2009-2013) foi caracterizado pela consolidação do grupo como instrumento de consolidação política, não apenas um grupo de países com oportunidades de investimento. O segundo é a institucionalização do grupo.

Fortaleza revelou uma visão comum, voltada à reversão da perda de posição relativa frente aos grandes países emergentes, oposição à tentativa ocidental de isolar a Rússia, e é, no momento, a mais significativa iniciativa política brasileira.

Os resultados de Fortaleza desqualificam as grandes potências com suas análises que afirmam a ausência de capacidade de cooperação, e indica a formação de uma aliança tática para a multipolaridade.

## 1 Interpretando o BRICS

Todos os membros do BRICS buscam modificar sua posição relativa, têm vontade nacional e base objetiva; afinal, não basta vontade, nem apenas capacidade. É necessária coesão nacional e projeto de ascender<sup>1</sup>. Os membros retêm poder combinado extraordinário: posições no CSNU, poder nuclear, capacidades industriais

e alimetares, bem como capacidade de resistir à crise internacional de 2008, grande área, população e economia; valorizam o Estado e não aderiram ao modismo neoliberal.

O BRICS tem base em conceitos geopolíticos e geoestratégicos tradicionais, e não apenas num relatório para investidores. George Kennan já defendia o conceito de *megaestados* e seu poder dormente.

Segundo Waltz, Estados respondem ao poder concentrado com diferentes formas de balanceamento, ou *bandwagoning* - a aliança com o *hegemon* e a acomodação. Segundo Hurrell (2009), o BRICS apresenta um balanceamento brando - sem confrontações diretas, com ententes, alianças informais, exercícios cooperativos *ad hoc*, etc. A cooperação estratégica é possível, mas embrionária.

As diferenças internas são grandes, mas naturais em megapaíses. Na Rússia e China, as intenções de reascensão aos papéis antigos de grandes potências é clara; o Brasil é um povo novo que entra em seu meio, numa aliança tática entre países com interesses em comum.

A Rússia traz uma longa tradição de pensamento estratégico, e dá sinais de abandonar seu equilíbrio com a aliança com o Ocidente. A Crimeia foi um sinal claro do limite tolerável da influência ocidental em seu entorno. A visita russa a Beijing e Fortaleza foram formas de romper seu isolamento, bem como pela possibilidade de substituir algumas dependências - como as im-

---

<sup>1</sup> Como visto na estagnação do Japão diante da ausência de agenda de projeção externa.

portações europeias - por novos aliados *ad hoc*.

A China está numa fase de busca ataca de entorno pacífico em benefício de seu desenvolvimento, aumentar sua presença internacional, diversificar investimentos, e vê o Brasil, Rússia e África do Sul como fontes fundamentais de recursos cruciais. Vem de uma tradição confuciana tributária de centro, administrando regiões sem conflitos, condição que foi explorada em sua subjugação colonial.

A Índia busca a solução de problemas internos, adensamento de sua presença na SCO e continuidade do desenvolvimento, bem como coesão nacional. O primeiro encontro de seu *premier* com Rússia e China em seu entorno se deu no Brasil.

A África do Sul tem o principal interesse de consolidar compromissos assumidos pelo BRICS na Cúpula de Durban (2013), no sentido de apoiar a integração africana por meio de projetos infraestruturais.

## 2 Incertezas na transição internacional

Em Fortaleza, o BRICS criou instrumentos e coesão. O Banco atrairá investimentos, e o fundo é um mini FMI para proteção de moedas e estabilidade econômica. Diminui-se a influência de *Bretton Woods*, com alternativas sem o imenso custo e condicionalidades políticas, conforme seu papel se torna mais difícil diante da imensa demanda infraestrutural do mundo emergente - estimada pela UNCTAD em 1 trilhão de dólares.

Seu surgimento é em parte motivado pela resistência do *establishment* em fomentar reformas necessárias. O BRICS hoje tem 10% dos votos no FMI, ainda que tenha 25% do PIB do mundo. A China tem menos votos no FMI que a ínfima Benelux; assim, o NDB é uma alternativa atra-

ente, conforme a China reduz sua exposição a títulos americanos.

Há riscos de guerra financeira do G7 contra a BRICS, diante de sua força, estatismo, *know how* e desenvolvimento - como o BNDES, maior que o Banco Mundial.

### 2.1 Avanços na coesão política dos BRICS

O BRICS passou a convergir sobre temas centrais, como em posições comuns na Síria, reforma da ONU e espionagem americana, formando uma contratendência. Os EUA dão sinais nítidos de buscar manter ou prolongar sua condição de hegemonia.

Buscam, por exemplo, independência energética pela exploração do *shale gas* (cujos partidários já anunciavam como independência energética na década de 1920); reindustrialização e encerramento da era Bush de intervenção assimétrica, reorientando-se para a contenção da China e para o pivot asiático.

Os EUA e o centro mantêm desde então o uso de teorias de contenção, conforme a Europa busca estabilizar seu entorno estratégico. O *regime change* chega com mais frequência, e as teorias geopolíticas clássicas, como as de Mahan, são reabilitadas. O TPP, TTIP e a Aliança do Pacífico são claramente tentativas de conter e cercar, respectivamente, a China, Rússia e o Brasil - objetivo explicitamente confirmado por relatórios internos.

### 2.2 Retomada da contenção

Tradicionalmente, a **ultrapassagem** se dá numa vitória militar. Um confronto direto não está em tela, e a superação dos EUA pela China e do Japão pela Índia é iminente - levando ao surgimento de uma política de contenção nos mol-

des clássicos de Spykman. Brzezinski (1998) foi claro em sua defesa de que a tarefa mais importante dos EUA era garantir que ninguém pudesse expulsá-los da Eurásia.

A geoestratégia da Guerra ao Terror, com seu foco no Oriente Médio e Ásia Central, levou a maior espaço de manobra e ascensão de países emergentes, de forma que desde 2012 a contenção voltou à ativa - fomentando instabilidades e divisões no BRICS, como na fronteira russo-ucraniana e no Mar do Sul da China, bem como no controle do Atlântico Sul pela OTAN e cerco à Venezuela e Argentina, parceiros importantes do projeto regional brasileiro.

A coesão nacional é absolutamente necessária - portanto, o centro busca se aproveitar de tendências e problemas internos, como os chechenos na Rússia, o Tibet e Xinjiang na China, a minoria muçulmana na Índia e a questão indígena e outras questões racialistas no Brasil. Por fim, incorporam-se ao linguajar internacional conceitos jurídicos para conter, como a *responsabilidade de proteger*, que poderia justificar guerras humanitárias ou civilizatórias.

### 3 O BRICS na estratégia brasileira

O anseio brasileiro pelo centro da Liga das Nações e da ONU demonstra suas aspirações, buscando condições exógenas favoráveis, frente a contenções, impasses e indefinições estratégicas internas, bem como forças políticas que questionam sua ambição. O BRICS representaria maior margem de manobra, pela aliança com países poderosos e não hegemônicos.

O Brasil enfrenta cada vez mais resistência em seu entorno, e a renovação de sua agenda é necessária, diante do esgotamento da primeira etapa de sua projeção. É necessário buscar maior

coesão nacional e unificação estratégica, independente de mudanças internas de governo; sua fragilidade militar é forte, às vezes por autolimitação, diante de sua gratuita adesão ao TNP e ao Regime de Controle de Mísseis (MCTR). Suas bases econômicas são frágeis e passou por certa desindustrialização e reprimarização das exportações.

O bloco financista interno defende um novo ciclo de adesão à globalização anti-Mercosul, que vê como um projeto “bolivarista”. Há novas tendências que condicionam o projeto brasileiro - as mencionadas TPP, TTIP e aliança do pacífico; regras e normas de importação e exportação, como o processo contra o Brasil na OMC questionando sua preferência por carros nacionais e as zonas industriais (como a de Manaus). O projeto de desenvolvimento precisa ser relançado; e a política externa precisa construir condições para o desenvolvimento interno.

Um dos problemas a enfrentar é como financiar os projetos de ascensão, integração latino-americana e projeção africana. O FOCEM e a ABC são financeiramente limitados. Nesse ponto, a participação no BRICS tem repercussões no entorno estratégico direto: o surgimento do NDB gera expectativas na América Latina, e a estagnação anterior leva ao adensamento de potências em nosso entorno, especialmente EUA. Também China e Rússia passam a se tornar tanto aliados quanto competidores do Brasil na região - Putin e Xi saíram de Fortaleza para outras visitas na América do Sul, e acordos como o tripartite entre China, Brasil e Peru na integração ferroviária se amontam.

# O desenvolvimento asiático e a multipolaridade (1971-2011)

Paulo Fagundes Visentini

## 1 Os Tigres e o Dragão

### 1.1 Cooperação econômica asiática: a Revoadada dos Gansos

Com as crises do petróleo, o protecionismo norte americano e a valorização do ien, decidida em Nova York em 1985, o Japão perdeu muitas de suas vantagens anteriores, e a associação sino-americana causou reviravolta. Para compensar seus efeitos, o Japão reorganizou toda sua economia e a da região - transferindo as indústrias de sua “fase anterior” para os Tigres, estes que transferiram sua tarefa primária para os países da ASEAN, permitindo compensações frente ao novo ambiente, nessa nova integração criando as Conferências sobre Cooperação Econômica do Pacífico (PECC).

### 1.2 Industrialização dos Tigres: dois semipaíses e dois microestados

As elites dos Tigres não estavam satisfeitas com sua nova posição tributária, vindo de situações extremamente problemáticas e economicamente muito inferiores a seus vizinhos comunistas, mas continuaram a industrialização desenvolvimentista. Baseados em regimes ditatoriais estatistas, o Estado sempre teve muito poder e direção na economia, investindo e criando conglomerados oligopólicos, e paradoxalmente modernizando a agricultura através de uma re-

forma agrária ampla. A Guerra Fria lhes trouxe privilégios políticos apartados do mercado, que foram capazes de utilizar para seus planos de desenvolvimento.

### 1.3 Reforma, abertura e extroversão da economia chinesa

Com o declínio do maoísmo e a ascensão de Deng, a China adotou as Quatro Modernizações, incluindo descoletivização agrária, economia mercantil socialista e Zonas Econômicas Especiais que permitem mecanismos capitalistas. Assim o foco chinês, de segurança (1949-60), passou para autonomia e independência (1960-70), e então para modernização. Para tal a China se associou à revoadada dos gansos, tirou benefícios de sua aliança com os EUA e normalizou sua situação com o Japão.

O país cooperou com a China sem a criação de dívidas - através de trocas de produtos primários por industriais, conforme o Japão passava efetivamente pela III Revolução Industrial. A China recebeu indústrias japonesas e ocidentais, como um novo Tigre.

Quando o Khmer Vermelho interviu no Vietnã, a China invadiu o país em 1979. O conflito cambodiano isolou o Vietnã e se prolongou até 1990. A China possuía potencial, e não partiria do zero, como a Coreia do Sul e demais Tigres. O êxodo rural produzia mão de obra barata, e os serviços públicos são baratos na China. Isto é o socia-

lismo de mercado, muito auxiliado pela diáspora chinesa e pela estabilidade política do regime comunista.

O caminho seguido foi oferecer bons negócios aos chineses do exterior. Bem sucedida, reintegrou Hong Kong e Macau, encerrando o colonialismo na Ásia. Seu projeto nuclear, peso demográfico e seu projeto somado a grandes capacidades e um assento no P5 a tornam o único país emergente que se aproxima do centro de poder mundial.

## **1.4 A crise política de 1989**

As reformas tiveram também seus efeitos negativos, na criação de enormes desigualdades sociais. Os soviéticos, tentando a mesma reforma sem a mesma celeridade e estabilidade política, perderam para o capitalismo. A facilidade de subordinar a URSS diante da Perestroika fez com que se tentasse fazer o mesmo com a China.

O jovem empresariado e os ultra-reformistas do PCC buscaram capitalizar uma mobilização contraditória como “movimento pela democracia”, apoiados pela presença da mídia internacional para a visita de Gorbachov.

As reivindicações eram parcialmente atendidas, mas o estímulo da mídia levou a reivindicações como “um sistema político ocidental”. Com a lei marcial, a praça começou a ser desocupada, mas a repressão foi feita por tropas sem treinamento e meios para motins, o que resultou em brutalidade e uma centena de mortos. A derrota dos ultra-reformistas impediu que a China seguisse o mesmo caminho da URSS.

# **2 O pós-Guerra Fria e a nova geopolítica**

## **2.1 Impactos imediatos**

Com a Perestroika os americanos se interessaram menos pela aliança com a China. O desenvolvimento da Ásia passou a ser visto como incômodo, gerando déficits comerciais na América. Isso gerou as pressões pela democratização da região.

A globalização seguinte à desintegração da URSS foi regionalizada, em polos supranacionais. Nesse quadro a Ásia emergiu como nova fronteira econômica. Seu sucesso enfrenta tendências desestabilizadoras, como incremento migratório e urbanização caótica.

O “bloco” asiático não é um processo de integração institucionalizado, mas um conjunto de economias articuladas pela divisão de trabalho - que é, no entanto, vulnerável à pressão de outros países e a crises, pois depende do mercado mundial.

Seus problemas não podem ser vistos como apenas econômicos. A segurança regional é importante e condiciona as possibilidades econômicas; sua autonomia política e diplomática preocupa os EUA, que buscam reafirmar sua hegemonia a custos mais baixos.

## **2.2 Modelo asiático como alvo do ocidente**

Com o fim da GF os EUA se desengajaram da região, criando um problema de segurança para a ASEAN frente à China - mas agiu com rapidez, criando cooperação para acelerar o desenvolvimento e garantir a defesa. O Ocidente pressiona a China por de violações de direitos humanos, e a ASEAN por violações econômicas trabalhistas que diminuiriam a competitividade do ocidente.

O PM da Malásia, Datuk Mahatir Mohamad, ironizou: “quando éramos exploradores de seringa e minas de estanho, ninguém se preocupava com nossos salários”. Diante desses obstáculos buscou-se reanimar o MNL e a Cooperação Sul-Sul.

O verdadeiro alvo é o “modelo asiático”, independente se socialista ou capitalista - uma economia de mercado associada a um Estado forte, planejador e interventor, baseado em regimes autoritários e unipartidários. A legitimidade dos dirigentes se funda na eficácia governamental, e o individualismo é rejeitado em favor da comunidade. Encaram os direitos humanos não como excessivamente individuais, mas incluindo sociais, econômicos, culturais e civis.

As questões de democracia e de mercado são primariamente uma oposição Norte-Sul - novos países ascendem conforme o Primeiro Mundo estagna e envelhece. Daí as conclusões racistas do *Choque de Civilizações* de Samuel Huntington - a substituição do Leste-Oeste pelo *West-Rest*, com esse *resto* sendo as diferentes culturas e identidades não ocidentais, como as confucianas e islâmicas.

### 2.3 Reconfiguração do espaço político asiático

O Vietnã se reintegrou ao sistema internacional por uma liberalização ainda mais agressiva que a chinesa, e Washington se aproximou de Hanói explorando o contencioso nas ilhas Spratli, ricas em petróleo. Este também é o caso da Índia.

A multipolaridade tem se aprofundado. A China e os Tigres se tornaram competidores ambiciosos, e o Japão tem conhecido uma longa recessão, que tem tentado enfrentar se aproximando dos Estados Unidos.

A Ásia tem se encaminhado para a fusão num único cenário estratégico. Com o fim da GF,

vários muros asiáticos ruíram, unindo o antigo cinturão capitalista, núcleos socialistas e subcontinente neutralista. A cooperação econômica, tecnológica e militar sino-russa tem sido intensa. Um grande número de *joint ventures* entre estas regiões tem desenvolvido a região. Desapareceu a separação China-Indochina, e o litígio das Spratli tem sido exagerado pela mídia.

A Índia foi levada a abrir sua economia e se voltar ao pacífico, não apenas ao Índico. Evolução similar ocorreu com Mianmar, onde a junta militar fomenta investimentos internacionais num regime autoritário com apoio da China.

A Ásia Central ex-soviética inicialmente manteve sua dependência à Rússia. Esta é uma das razões para o envolvimento americano, que evita que a zona se torne uma conexão euroasiática. A Ásia política começa a se identificar com a geográfica, e se esboça a noção de Eurásia.

A região evolui rapidamente e não conta com mecanismos de defesa coletiva, criando certos problemas. Para os EUA, uma Ásia maior representa maiores dificuldades e custos de controle sobre a região.

### 2.4 Socialismo de mercado

Nos anos 90, se mencionou um “novo segundo mundo”, nucleado pela RPC. A globalização da RCT potencializou a crise do socialismo; mas o socialismo chinês não é um elemento político residual, mas um projeto bem mais sólido do que se supõe. No entanto, toda a Ásia ainda vê seus regimes em oposição socialismo-capitalismo, e atravessa uma nova NEP gestando um paradigma alternativo.

Este novo segundo mundo mantém uma sutil cooperação com o velho segundo mundo, e seu modelo, autoritário e estatista, na perspectiva americana, é sensível a pressões ocidentais em direitos humanos e mecanismos comerciais. A

China acaba, frente a essas pressões, fiando o “modelo asiático”.

Os asiáticos sabem que sem a China tal desenvolvimento não seria possível. A *heartland* pode estar se consolidando, a depender da posição que o Japão tomar - como *nichibei*, fronteira ocidental do império americano, ou fronteira oriental da Ásia. É ainda muito vulnerável às pressões americanas, e encontra certas resistências no continente, diante das questões da Segunda Guerra Mundial ainda não resolvidas.

A Coreia do Norte tem usado o risco do fim do regime e o poder nuclear para negociar. A unificação é vista pelo Ocidente como uma possível fonte de novos problemas, numa nova potência regional possivelmente nuclear.

## **2.5 Diplomacia americana na Ásia**

Os países asiáticos continuam favoráveis à presença americana, pois é segurança a baixo custo e justifica medidas para conter o hegemonismo de Washington. Os EUA têm tentado estabelecer um cerco à China, além de fomentar seus separatismos, incluindo Índia, Vietnã e Mongólia. As pressões ocidentais sobre o Timor Leste preocupam a Ásia.

## **2.6 O retorno da geopolítica**

A possibilidade de um espaço eurasiático poderia alterar o equilíbrio internacional. A Rússia é o elo terrestre, e tem mantido boa cooperação com a região, especialmente pela SCO e por suas parcerias energéticas. Organizações e países têm também buscado integrar-se com outras regiões do mundo, como com o Mercosul e a África do Sul, com bom potencial de médio prazo. A Ásia é uma área em desenvolvimento, e há amplo espaço para uma parceria estratégica com países emergentes capaz de influenciar o futuro perfil da ordem internacional.

# **3 A ascensão da Ásia como polo de poder**

## **3.1 Crise financeira de 1997**

Em 1997 uma bolha imobiliária estourou no Japão, e seus empréstimos regionalizaram a crise, que se acentuou porque o modelo da região só funcionava com um acentuado crescimento econômico. A economia japonesa estava internacionalizada, e a ausência de controle estatal precipitou a crise.

Intensificaram-se as pressões pela fragmentação da China e contra a Indonésia. O Japão permanecia num jogo com seus aliados americanos, recusando-se a liberalizar sua economia ainda mais. Os países mais afetados foram os mais submetidos aos EUA, de economia mais liberal. A Indonésia ocidentalizada foi jogada num caos econômico imenso; a Malásia regulamentou a saída de capitais e se manteve. A China não apenas resistiu, mas manteve sua moeda frente ao dólar e cresceu 8%.

A situação foi confusa, e o padrão financeiro japonês teve sua parcela de culpa, mas especialmente na oposição entre o Estado desenvolvimentista do milagre asiático e o capitalismo financeiro contemporâneo. Não se rejeita que a fuga de capitais tenha sido induzida, com o alvo no desenvolvimento autônomo asiático. Impresas privadas de avaliação de risco, capazes de precipitar crises, foram as que, no fim, deram o alarme e permitiram a intervenção do FMI, cujos programas buscavam justamente reorientar as economias asiáticas à globalização subordinada.

## **3.2 Dimensões políticas da crise**

A crise ocorreu num momento em que os Estados se voltavam para dentro, e fenômenos (como as ZEEs) que resultavam em redução do con-



trole ocidental da região. A simbiose neocomunista, ex-comunista e anticomunista acentua o fenômeno, mostrando um projeto estratégico nascente. Enquanto os americanos discutiam a passada do *containment* ao *enlargement*, os asiáticos desenvolviam a *comprehensive security*, envolvendo o respeito aos projetos nacionais e necessidade de estabilidade. A corrida armamentista pode não representar apenas desconfiança, mas um desenvolvimento militar regional positivo contra ingerências extra-regionais.

### 3.3 Resposta sul-coreana à crise

A Coreia do Sul era pressionada pela liberalização e foi surpreendida pela crise, tendo que recorrer ao FMI. A última parcela, de 20 bilhões de dólares, foi paga em 2001, comemorada como a retomada das rédeas da economia. Logo após, o Sul iniciou a *Sunshine Policy*, se aproximando do Norte até que o governo Bush reavivou as tensões na península.

### 3.4 A Ásia na Guerra ao Terror

A implantação americana no Afeganistão e Iraque parece claramente pretender a introdução de uma cunha no centro da Eurásia, dificultando a integração sino-russa e o acesso ao petróleo da Ásia Central. O que Bush buscou foi a contenção de um polo de poder eurasiático, que marginalizaria a América. O polo reage. A Coreia do Sul negocia simultaneamente com o Norte, Japão e China, evitando uma ação americana na região. A China evitou grandes confrontações, buscando a via de menor resistência e utilizando o foco americano no Oriente Médio para se concentrar em seus outros projetos e ampliar seu desenvolvimento nacional junto aos países emergentes.

A APEC faz parte da estratégia americana, no estabelecimento de nova liderança na região e

eliminação de obstáculos às exportações americanas. Os Chineses, como resposta, estão buscando aproximar-se do Japão e da Rússia.

### 3.5 Índia e Ásia meridional

A Índia era aliada de Moscou no plano estratégico e antichinês, embora diplomaticamente fosse neutralista. Após 1989, normalizou suas relações e abriu sua economia. É uma potência nuclear, não signatária do TNP, aspirante a membro permanente do CSNU, com economia de bases sólidas e modernas. A tensão com o Paquistão tem causado grande apreensão.

O realinhamento de alianças regionais com grandes potências está na raiz dos problemas recentes. Washington começou a privilegiar a Índia a partir de 1990, antes aliada de Islamabad. Em sua aliança com a Índia, busca medidas antichinesas. A nova relação EUA-Paquistão, com o apoio ao golpe do general Musharraf, deixa a Índia numa posição difícil, embora Washington e Delhi tenham continuado a se aproximar. Em 2006 concluíram um Acordo Nuclear; formaram uma aliança com Japão e Austrália; e os indianos tiram proveito da situação sem esquecer de seus vizinhos asiáticos. “A Índia é grande demais para caber no bolso de quem quer que seja”.

Em 2008 eclodiu a crise financeira americana. A China ganhou ainda mais projeção; cortejada pelo Paquistão e pelos EUA ao mesmo tempo, para auxiliar o dólar, foi capaz de crescer ainda mais rápido.

# Índia e Paquistão na Organização para a Cooperação de Xangai: a busca por estabilidade política e integração na Ásia

Erik Herejk Ribeiro e Maria Gabriela Vieira

## 1 Apresentação

A OCX pode ser entendida como uma coalizão anti-hegemônica buscando a estabilidade política e integração asiática. É certo que as rivalidades entre China, Índia, Paquistão e Rússia são amplas e de difícil resolução, considerando a inimizade entre Índia e Paquistão e a rivalidade sino-indiana mediada pelos EUA como balanceador externo. Não pretendemos argumentar o surgimento de uma aliança - mas a harmonização de interesses em comum na OCX.

## 2 A formação da OCX

A OCX surgiu em 2001, a partir dos Cinco de Xangai, e sua carta traz seu conteúdo ético, o Espírito de Xangai: respeito à soberania, independência e integridade territorial, não agressão, não intervenção em assuntos domésticos alheios, proteção contra atos ilegítimos de terceiros e igualdade entre membros.

Originalmente a OCX era focada na cooperação securitária entre China, Rússia e Ásia Central, aproveitando sua reaproximação após a Guerra Fria para demarcar fronteiras em disputa e criar cooperação militar. Seus objetivos se expandiram em meio à hegemonia estadunidense e as guerras de 1998 a 2003. Os EUA não abdicaram de sua presença global, e investiram em escudos

antimísseis.

O conjunto demográfico, militar, econômico e energético da OCX coloca a Organização como um ator de alta importância. Desde 2001, sua prioridade é o combate aos “três males”: terrorismo, separatismo e extremismo. Os dois órgãos permanentes são o Secretariado e a Estrutura Anti-Terrorista Regional (RATS), e a organização também tem procurado dialogar com outros organismos (ONU, ASEAN, OCDE, etc.).

A experiência mostra que a Organização não se mostrou disposta a intervir diretamente em conflitos domésticos, como na relutância em ajudar o Quirguistão em sua crise interna mesmo sob requisição.

## 3 China, Índia e Rússia

O principal impacto sistêmico da Organização é o estreitamento de relações entre China, Índia e Rússia, que tentam prevenir a primazia estadunidense na região e evitar que as crises securitárias do Oriente Médio e Ásia Central desestabilizem o continente. Há entraves, mas a entrada da Índia indica harmonização de interesses.

O triângulo foi proposto em 1998 por Yevgeny Primakov nos Cinco de Xangai, para evitar que

os EUA utilizassem o momento unipolar para subordinar os três países à ordem hegemônica. Na época o triângulo não avançou pela falta de vontade política da China e fragilidades internas da Índia.

Vinte anos depois, com a ascensão da China, Índia e dos BRICS, a promoção da multipolaridade e descentralização se tornaram pautas centrais da coalizão, conforme a influência histórica das potências ocidentais é diluída.

Do ponto de vista estratégico e militar, a Rússia é o maior detentor de tecnologia, e a China desponta no longo prazo como a maior potência militar da Eurásia. A Índia se encontra relativamente dependente de tecnologia estrangeira e com novos fornecedores. China e Rússia são polos autônomos de poder, pois possuem a tríade nuclear e comando do espaço. Estas capacidades garantem o equilíbrio de poder global. A Índia se aproxima cada vez mais dessas capacidades. A entrada da Índia na OCX significa uma candidatura, pois, a um garantidor da ordem internacional e da igualdade com as principais potências.

Primakov preparava a Rússia para um sistema de rivalidades incertas. Em seu lugar emergiram conflitos e agendas pouco clara, com um “arco das crises” no Oriente Médio que servia como primeira contenção contra a URSS e como centro energético, além de conter fragilidade interna e grupos radicais e insurgentes.

Em 1994 Robert Kaplan lançou a hipótese da *Coming Anarchy*, que viria da emergência de Estados falidos devido ao tribalismo, uso político da religião e pobreza extrema. Huntington, em 1996, lançou o *Choque de Civilizações*, com uma ideia que opunha o “mundo civilizado” a bárbaros baseados em identidades culturais e religiosas.

Além desse pessimismo, os EUA perceberam

oportunidades no descolamento da Ásia Central da URSS, além dos desafios do Irã e do Iraque. As guerras da OTAN contra o Afeganistão e contra o Iraque podem ser vistas num contexto de busca dos EUA pela primazia, explorando fragilidades políticas. Como os EUA estão distantes e dependem de bases e frotas, priorizar o terrorismo angaria novos aliados, o que num primeiro momento funcionou até com Rússia, China e Índia, em seus problemas de separatismo na Chechênia, Xinjiang e Caxemira.

Os EUA criaram temor psicológico porque não podiam estar presentes em toda parte, como mostrado pela invasão do Iraque - pretendendo maior presença na Região com suas bases perto de Riadh. Estas guerras buscam demonstrar que os EUA podem derrotar qualquer um, em qualquer lugar. O problema recorrente é que a retirada dos EUA quase sempre causou enorme instabilidade e deterioração - ninguém está satisfeito com a presença americana, mas todos temem sua retirada.

## 4 Potencial político e econômico da OCX

Após a entrada de Índia e Paquistão, a organização passou a gerenciar conflitos regionais e a rivalidade prolongada entre seus membros. Os chineses também conseguiram promover a BRI em seus quadros.

A maior ameaça no Oriente Médio foi o ISIS, e no Afeganistão a retirada de tropas da Otan deixou um vácuo de poder. Nesse contexto, com Índia e Paquistão na organização, ela tenderá a gerenciar a estabilidade política regional e harmonizar os interesses de diferentes potências. A tarefa é complexa; a China apoia o Paquistão para manter o equilíbrio no Sul e manter a Índia em cheque, e a Rússia não deseja que a China se torne a potência predominante na Ásia Central,

que ainda vê como sua esfera de influência.

O Paquistão vive um conflito em sua identidade nacional. O Estado nacional sob domínio das elites punjabis e o irredentismo do pan-islamismo no sul da Ásia oscilam, e por vezes leva ao apoio a insurgências islamistas radicais. Os setores em favor do Estado nacional desejam a estabilidade, aproveitando os investimentos chineses em infraestrutura.

A Índia deseja estabilidade; um entorno conflituoso causaria sérias perdas econômicas e atrasos no crescimento. Assim, o conflito com o Paquistão serve mais à outra parte; os indianos também precisam dos recursos da Ásia Central, só acessíveis através do Paquistão ou Afeganistão. Por isso a Índia investe no porto iraniano de Chabahar.

No entanto, a Índia tem dificuldade aceitando a liderança chinesa, e ataques na Caxemira a levaram a aumentar o tom contra o Paquistão, tocando no separatismo étnico, maior problema interno do Paquistão (no Baluquistão e Bangladesh).

Diante dessas agendas conflitantes, a missão inicial da OCX é impedir a evolução de guerras por procuração. Para preveni-los, a redução do apoio paquistanês a grupos radicais e o reforço ao governo de Kabul<sup>1</sup> são fundamentais. Nesse processo, a China é essencial, com o maior poder de barganha frente ao Paquistão e não tendo participado das guerras no Afeganistão, prometendo ganhos infraestruturais em troca da estabilidade dos atores locais.

Os russos fornecem apoio a Kabul, mas não descartam negociar com o Talibã caso o governo não consiga vencê-lo. Também reforçam o Tadjiquistão, para impedir o alastramento do conflito para a Ásia Central.

Conforme os EUA cancelaram parte de ajuda econômica e militar aos paquistaneses, a Índia forneceu ajuda militar ao Afeganistão. Os iranianos são os próximos candidatos à adesão à OCX. Após o acordo nuclear com os EUA, poderá ter maior legitimidade para atuar pela estabilidade regional.

A chave permanece no Paquistão. Entre EUA e Índia o país tem tomado posições intransigentes, mesmo fechando a fronteira afegã. A participação na organização incentiva a ascensão de líderes comprometidos com o multilateralismo, e cria um canal permanente. No entanto dificilmente a OCX tomaria o lugar dos EUA numa ocupação permanente.

O segundo ponto de auxílio da OCX pode ser a infraestrutura, com o Consórcio Interbancos e o Conselho Empresarial, que se reúnem para definir pautas de investimento. A resistência aos projetos chineses vem da percepção de sua unilateralidade; a OCX pode harmonizar projetos, como no acordo sino-russo pela harmonização dos projetos da BRI - que é o maior projeto da região.

Neste novo momento, o Índico e o Sul da Ásia se tornaram importantes, entrando em cálculos estratégicos. Podemos esperar o crescimento gradual da porção marítima da Rota e a abertura comercial do interior.

## 5 Considerações finais

Com a adesão de Índia e Paquistão, se formou um equilíbrio de poder quadrangular para impedir coalizão de grandes contra pequenos, aumentando a confiança na Organização como um organismo multilateral efetivo.

A OCX tem grande potencial de harmonizar o combate ao terrorismo e instabilidade política, mas os desafios no Afeganistão e o conflito

---

<sup>1</sup>N.E.: À época (2016).

Índia-Paquistão são grandes, e diminuem, ainda que momentaneamente, a harmonia no interior da Organização - e aumenta sua responsabilidade, o que se agrava diante da relutância em intervir diretamente.

As principais potências (RIC) esperam que sua coalizão renda frutos em longo prazo, com aumento de investimentos em infraestrutura e interdependência. A construção de confiança pode ajudar também na resolução de problemas pontuais.

Numa perspectiva global, o triângulo transmite a ideia de que a Índia não será um aliado menor dos Estados Unidos. A tendência é que os indianos se aproximem da condição de grande potência, aumentando sua autonomia estratégica, situação na qual a OCX reforça seu papel anti-hegemônico baseado em núcleos regionais de poder. As três potências se propõe a fiar a multipolaridade.

O desafio dos Estados Unidos será reconhecer a existência de outros polos no sistema internacional, trabalhando por uma estratégia que supere a busca pela primazia. O aumento de conflitos na periferia pode levar à aproximação ainda maior do triângulo eurasiático, e o gerenciamento do Afeganistão no pós-retirada será um indicador importante da evolução de sua política e interesses.

# A política externa estadunidense sob Trump: a agenda eurásiana

Cristina S. Pecequilo e Joana S. C. Lopes

## 1 Apresentação

Dentre as polêmicas da campanha de Trump quanto ao papel norte-americano no mundo estavam críticas ao multilateralismo, defesa do protecionismo e críticas a outros Estados, como China e México. Ele se mostrou controverso e inconsistente, constantemente trocando membros da equipe, e questiona-se a existência de uma estratégia definida para a ação externa - internacionalista ou isolacionista? Multilateral ou unilateral?

Pelas políticas de *America First*, buscou renovar a percepção internacional dos EUA como grande potência hegemônica, na alta expressão do excepcionalismo estadunidense frente ao declínio percebido, simbolizado no slogan do *MAGA*.

Chamada pela administração de *realismo baseado em princípios*, a política externa de Trump se envolveu no dualismo entre realismo e idealismo, nos assuntos do pivô transpacífico, relações com a China, barganha nuclear com a Coreia do Norte e reengajamento no Afeganistão.

## 2 Aspectos gerais

Ao longo da campanha e no início do mandato, a análise da política externa buscou destacar elementos populistas, imprevisíveis, erráticos e anti-sistêmicos do comportamento estaduni-

dense, na ausência de uma grande estratégia da parte do recém-chegado presidente e os riscos associados.

Ao final de 2017 foi lançada a Nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS), validando as ações anteriores que eram vistas como erráticas ou populistas. A NSS pode ter expressado uma estratégia unilateral que não é produto de um voluntarismo pessoal.

A política interna e externa de Trump pode então ser definida como uma “imprevisibilidade previsível”. Pode-se discordar dos meios, mas não da existência de um **padrão e de uma agenda**.

O **padrão** é o já destacado - internacionalismo unilateral, com as diretrizes dos “quatro pilares do interesse nacional” buscando a consolidação da *America First* e partindo da premissa que os EUA perderam espaços e esta perda de espaço foi causa de presidências anteriores, alocação de investimentos domésticos, excessiva regulamentação, demandas dos organismos multilaterais, que deveriam ter tido seus custos avaliados, e exploração indevida de vantagens por outros países - ou seja, fontes externas e baixa reatividade dos EUA.

A NSS define quatro pilares: “a proteção do povo, território e modo de vida americano; a promoção da prosperidade americana; a preservação da paz pela força; e o avanço da influência americana”. A visão foca nas potências China

e Rússia e em riscos transnacionais, como drogas, terrorismo e imigração, em detrimento de organizações multilaterais, e não reconhece novos fenômenos como os BRICS ou a cooperação Sul-Sul.

### 3 Agenda eurásiana

A Eurásia continua como a preocupação fundamental, desde 1947. Uma das estratégias recentes havia sido o “pivô transpacífico”, reorganizando e atualizando a presença americana militar-estratégica e econômica na região. Embora não se fale no BRICS, seus membros foram os principais alvos da contrarreação hegemônica de Obama no pós-2011.

A TPP tinha o objetivo de criar uma linha de contenção da projeção sino-russo-indiana. Esta linha afeta os mesmos países no lado militar-estratégico, esforços como a OCX e parcerias bilaterais; e mantêm tropas no Japão, amplia tratados com os japoneses e os estende à ANZ.

Para Trump o acordo era falho, por criar um acordo de livre-comércio sem garantia de abertura de parceiros, e não resolvia o comércio desequilibrado com a China. A expansão infraestrutural da China pela OBOR e seus problemas de segurança no Mar do Sul da China também não recebiam a atenção devida. Encerrou, pois, o TPP e pendeu ao unilateralismo, mas não retirou o foco da Eurásia.

Sua postura em relação à China é embate comercial e preocupação militar. A disputa com grandes potências é colocada como prioridade da NSS, e esta declara que a projeção chinesa na região afirma ser mutuamente benéfica, mas cria o risco de diminuir a soberania de outros Estados na região, que estariam “clamando por uma liderança sustentada dos Estados Unidos”.

Diante de acordos entre Taiwan e a China,

Trump ameaçou desconsiderar a *one China policy*. Ameaçou a China com tarifas comerciais, culpando o crescimento chinês pela falta de empregos nos EUA. Para o pensamento trumpiano, o comércio internacional é um jogo de soma zero.

Em 2018 começou uma guerra comercial, aumentando as tarifas de produtos chineses, o que foi retaliado na China contra produtos americanos. Mais de mil bens receberam 25% de taxas sobre a importação, o que também foi retaliado.

Diante da percepção da China como grande potência, surge a necessidade de demonstrações de poder, na presença da marinha dos EUA. A China também se tornou concorrente no mercado de armas. Estes fatos aumentam os custos do setor militar estadunidense.

A questão coreana atraiu a atenção da administração desde o começo do mandato, com seu aumento na frequência de testes nucleares, tradicionalmente usado para compelir potências a negociarem com a Coreia do Norte - mesmo que isso cause uma visão negativa do país, levando a negociações que diminuam tensões e levam a ganhos para a Coreia do Norte. A resposta de Trump não foi a tradicional.

Trump chegou a ameaçar a destruição da Coreia do Norte em 2017. A troca de ofensas continuou, porém a ameaça vazia leva à perda de credibilidade dos EUA e dá espaço para ainda mais pressão norte-coreana. Mesmo depois da declaração de desnuclearização norte-coreana (sem detalhes), Trump se recusou a participar de encontros.

Trump foi, então, visitado, e aceitou comparecer a uma conferência em Singapura, na qual assinaram uma declaração com o comprometimento da Coreia do Norte em encerrar seu programa nuclear e a concessão de garantias da parte de Washington. O processo é difícil, mas

Trump anunciou a suspensão de exercícios militares com a Coreia do Sul logo após os acordos. Esta mudança de relações traz a possibilidade de mudança real no conflito coreano, e tem implicações para as agendas da China e da Rússia.

A postura de Trump tornou a negociação desnecessariamente difícil. Como afirma Keren Yarhi-Milo, para uma pequena potência revisionista a imprevisibilidade pode permitir a um líder jogar mais alto; para uma superpotência global, a previsibilidade e a credibilidade são ativos, não passivos.

Outra crise foi a do Afeganistão. Trump defendeu a retirada defensiva, mas ao assumir a presidência lançou uma nova estratégia para o país. A presença do Estado Islâmico colocou-se como nova ameaça e alvo. Anunciada logo após o lançamento da MOAB, o plano era agressivo, pedia engajamento da OTAN e pretendia pressionar o Taliban a entrar em negociações. As regras de engajamento foram relaxadas e consultores americanos foram enviados para mais unidades afegãs. A mudança reduziu a *accountability*, notada num aumento do número de bombardeios e num enorme aumento de baixas de civis.

Uma série de ataques terroristas em 2018 mudou a opinião do presidente, que anunciou que não havia espaço para conversas com o Taliban. Com a expansão do Daesh, o Afeganistão virou uma prioridade.

idade de produzir fatos novos, especialmente importante diante das eleições de meio de mandato, que, à época, eram fundamentais a qualquer pretensão de reeleição.

## 4 Considerações finais

Se esvaziou o mito de que seria impossível analisar a agenda de relações da administração Trump. Suas promessas de campanha têm se mantido quase inalteradas - na promoção do *America First*, na disputa direta com a China e ajustes na postura militar na Eurásia. As relações no G7, nas relações com o México e com o Irã mostram ainda outro componente: a neces-



# A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico

Diego Pautasso, Carlos Ungaretti

## 1 Introdução

É certo que a China está em ascensão acelerada. As controvérsias são sobre a dinâmica e efeitos dessa ascensão e seus efeitos para a região e o ordenamento internacional. A iniciativa OBOR (*One Belt, One Road*) deverá ser um divisor de águas, ampliando o peso da China nos assuntos internacionais.

Já sugerimos a recriação de um sistema sinocêntrico, reafirmando a China como polarizador do Leste da Ásia, assumindo lideranças regionais informais e globais formais remontando a períodos dinásticos. Conforme a Federação Russa perdeu o controle sobre os países socialistas do sudeste asiático, o milagre japonês entrou em crise e os EUA concentraram esforços no Oriente Médio, a China concentrou fluxos de riqueza e a tomada de decisão das principais iniciativas diplomáticas da região (OCS, ASEAN+1, OBOR), bancos de fomento (AIIB), etc.

A iniciativa OBOR potencializa a dialética entre desenvolvimento nacional e assertividade internacional chinesa. O êxito da proposta seria deslocar o domínio americano da região.

## 2 As mudanças da política externa chinesa e a iniciativa OBOR

A reforma de 1978 buscou corrigir os rumos de uma modernização socialista, reorganizando as prioridades chinesas para responder ao atraso econômico, caos político e isolamento internacional. Inicialmente a atuação externa *low-profile* foi buscada.

A diplomacia chinesa mudou desde então, aumentando sua participação nas instituições de governança global de forma extensa e intensa (LIU, 2014). Além da OBOR, tem pressionado organismos multilaterais por reformas, como o FMI, liderado processos de integração regional e promovido novos arranjos financeiros (Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS); participado de grupos importantes, como os G20 financeiro e comercial; se engajado em grupos de impacto político internacional (BRICS), etc.

A China busca um equilíbrio entre assumir a responsabilidade de grande poder e se concentrar em seu núcleo estritamente definido de “interesses fundamentais”, como desenvolvimento e integridade territorial. Os interesses fundamentais, porém, vinculam-se à inserção internacional - aprofundam os laços com a economia mundial, desde a dependência por recursos e

mercados, até a defesa de interesses ligados a investimentos externos; outros países demandam maior envolvimento chinês no financiamento, cooperação e coordenação política globais; e passa a reivindicar e atuar junto à governança global quando potencializar sua capacidade interna.

Desde os anos 1990 tem se envolvido cada vez mais em organismos multilaterais, passando da “passividade e da suspeita” para um compromisso ativo. Sua diplomacia bilateral, porém, também é extremamente ativa como alternativa a dificuldades em espaços multilaterais.

A primeira noção chinesa de projeção internacional foi cunhada em 2003 - a *ascensão pacífica*. Desde então adotou noções mais assertivas, como o *Chinese Dream* na formatação de uma nova arquitetura financeira global e na construção da Nova Rota da Seda.

Desde a Crise de 2008, a China teve cada vez mais protagonismo e responsabilidades com instâncias multilaterais. As novas diretrizes de sua política externa reforçam a contribuição para o desenvolvimento econômico do continente e uma atuação diplomática de “grande potência com características chinesas” (KEJIN e XIN, 2015). As questões domésticas e externas estão interligadas, exigindo da China uma estratégia aberta e proativa.

Assim, sugerimos que a iniciativa OBOR representa uma ampliação e aprofundamento de proatividade - antes focada num vetor a leste (ASEAN+1) e um a oeste (OCX), agora alcança grande parte da Europa, Oriente Médio e até África - um *transbordamento* da diplomacia e *alargamento* do sistema sinocêntrico. Xi Jinping anunciou a criação do AIIB no mesmo discurso em que sinalizou as propostas do cinturão marítimo do OBOR/BRI.

Em março de 2015 foi elaborado um “plano de

ação” para o futuro da iniciativa: um cinturão conectando o vibrante eixo econômico asiático à Europa, englobando países com enorme potencial de desenvolvimento econômico, ligando a China ao Oriente Médio através da Ásia Central, e, em seu cinturão marítimo, conectando a costa chinesa à Europa pelo Mar do Sul da China pelo Índico e pelo Pacífico.

Assume-se que a iniciativa busca integrar Ásia, África e Europa através de cinco rotas. O cinturão continental conecta (a) China e Europa através da Ásia Central e Rússia; (b) China e Oriente Médio através da Ásia Central; (c) China, Sudeste Asiático, Ásia Meridional e Oceano Índico; e pelo cinturão marítimo (d) China e Europa através do Mar do Sul da China e (e) China, Pacífico Sul e o Mar do Sul da China. Aproveitando a infraestrutura internacional já existente, buscaria estabelecer seis corredores econômicos internacionais: (i) o China Mongólia-Rússia; (ii) a *New Eurasian Land Bridge*; (iii) o China-Ásia Central-Ásia Ocidental; (iv) o Bangladesh-China-Índia-Myanmar; (v) o China-Indochina; e (vi) o China-Paquistão.

A iniciativa se relaciona com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e à busca por relações *win-win*, fundadas em bases comuns de cooperação e desenvolvimento. Yiwei (2006) argumenta que a iniciativa difere da globalização tradicional na medida em que possui potencial inclusivo, sem assimetrias entre marítimo e terrestre, urbano e rural, subdesenvolvido e em desenvolvimento. A inclusão passa pelo que o autor chamou de “cinco fatores de conectividade” - comunicação política, conectividade de infraestrutura, comércio desimpedido, circulação monetária e entendimento entre pessoas.

A iniciativa, em última instância, busca fomentar um “grande mercado euroasiático”, reunindo 4,4 bilhões de pessoas de 64 países e um PIB de 21 trilhões de dólares. A modernização e am-

pliação de infraestrutura contribuiriam para o aprofundamento da integração econômica regional.

A interligação se utiliza de projetos estratégicos, como a modernização do porto de Piraeus (Grécia) e a construção de uma ferrovia entre Hungria e Sérvia. A Grécia e a Polônia são passagens importantes, enquanto a iniciativa de cooperação China-Europa (16+1) possibilita maior envolvimento político. A Alemanha é estratégica em representar o ponto inicial e final da ferrovia Chongqing-Xinjiang-Europa. A cooperação sinoeuropeia também está no pacote financeiro para o Plano Juncker, injetando 315 bilhões de euros na recuperação econômica da União Europeia.

A iniciativa busca moldar um panorama diferente para a integração da Eurásia - seus objetivos incluem responder à penetração americana na região (propostas Transpacífico, Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento); dirimir seus desafios securitários (os três males); garantir a internacionalização de sua economia e moeda; e criar mercado para suas indústrias, ampliando o suprimento de recursos energéticos e naturais para sustentar seu crescimento econômico e diversificar rotas de importação de energia.

### **3 Uma visão sobre os projetos da iniciativa OBOR**

O grande projeto da iniciativa se divide em projetos regionais centrados em projetos de infraestrutura e corredores de desenvolvimento. Um deles é o corredor econômico China-Paquistão, que inclui a hidrelétrica de Karot, no rio Jhelum, financiada pelo Fundo da Nova Rota da Seda. Inclui também a exploração de carvão, construção de plantas eólicas e fotovoltaicas, modernização da ferrovia de Karakoram e de outra

ligando Karachi e Pashawar, além da construção do Porto de Gwadar. As propostas em torno do corredor Bangladesh-China-Índia-Myanmar incluem a finalização de infraestrutura multimodal de 2800km entre Kunming e Kolkata.

No corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental destaca-se a proposição da ferrovia de alta velocidade da Ásia Central, de Urumqi(Xinjiang) passando pelo Uzbequistão, Turcomenistão, Irã, Turquia e Alemanha (YIWEI, 2016). Essa construção também colocaria o sistema ferroviário dentro da bitola adotada pela China e por outros países, incentivando o comércio e acelerando a integração chinesa (LI, 2016). Não eliminaria as vias atuais de transporte, complementando-as sem substituir a ferrovia Yiwu-Teerã (RAMACHANDRAN, 2016).

O corredor da península indochinesa tem o potencial de incrementar a competitividade da Indonésia, Filipinas, Camboja e Myanmar reduzindo custos logísticos - conectando-se também com trechos marítimos e utilizando a plataforma política da Grande Sub-Região do Mekong (GMS). Cita-se o projeto de desenvolvimento da rede ferroviária, integrando a região do grande Mekong e conectando Kunming com Singapura. A projeção chinesa para a região também cria potencial de cooperação e competição com a Índia.

A Nova Rota da Seda Marítima ganhou visibilidade com a visita de Xi Jinping em encontro da ASEAN-China em Brunei em 2013 (SZCZUDLIK-TATAR, 2013). A modernização portuária visa dar conta da forte interação com os países do Leste e Sudeste Asiático, sobretudo a ASEAN. A Área de Livre Comércio entre China e ASEAN entrou em efeito em 2010.

A China está também envolvida na modernização de infraestrutura no Sri Lanka, em Myanmar e em Bangladesh. No Sri Lanka, ressalta-se o desenvolvimento do porto de Hambantota, na

cidade de Colombo, que tende a se tornar uma megalópole e um centro portuário e comercial.

Em Myanmar, a China está envolvida com a construção do porto de Kyaukphyu e o estabelecimento de uma ZEE na província de Raakhine, criando uma conexão efetiva com o Oceano Índico também em alternativa às importações energéticas pelo Estreito de Malaca.

Em Bangladesh, modernizam-se o porto de Chittagong e ligações rodoviárias e ferroviárias entre Kunming, na província de Yunnan, e a província de Chittagong. A influência indiana e americana é evidenciada pelo arquivamento da proposta chinesa de construção de um porto em Sonadia, seguido pela aprovação de proposta japonesa de construção de um porto de águas profundas em Matabari. Há também projetos para construção de um entreposto marítimo nas Maldivas, proporcionando outro acesso ao Oceano Índico e Mar Árábico.

A iniciativa atinge também a costa oriental africana - os mais longínquos territórios alcançados por Zheng He no século XV. Se trata de uma região estratégica para projetos de infraestrutura e estabelecimento de polos industriais.

Há forte engajamento de grupos empresariais em portos ocidentais da África, como a participação da *China Communication Construction Company* na expansão do porto de Lamu (Quênia); os 23% do porto de Djibuti sob controle da *China Merchants Holding International Company Ltd*; o envolvimento da *China Harbour Engineering Company* na construção de porto em Bagamoyo (Tanzânia); e sua atuação no porto de Maputo (Moçambique). A *Hutchins Port Holdings Ltd* opera um terminal de cargas no porto de Dar es Salaam (Tanzânia). Na costa ocidental, como em Kribi (Camarões), Libreville (Gabão) e Tema (Togo) a China também atua, e a construção de rodovias Leste-Oeste (diferente do tradicional eixo Norte-Sul) favorece o comércio

intra-africano e integra as economias do continente junto à economia mundial e chinesa.

De acordo com Len (2015), a China percebe que sua crescente demanda por recursos naturais e energéticos é fonte de vulnerabilidades, demandando alternativas de suprimento. Estima-se que 70% das importações energéticas da China passem pelo Estreito de Malaca (BRUGIER, 2014). Esse cenário se agrava com a enorme importação de petróleo, que ultrapassou a americana em 2013 (REUTERS, 2016).

Percebe também a necessidade de modernização naval, militar e civil, para protegê-los seus interesses nas linhas de comunicação oceânicas. Há preocupações securitárias no Mar do Sul da China e com Taiwan e a presença americana na região, revelando competições sino-americanas (GLASER, 2012); e o crescente engajamento chinês na Ásia não permite abrir mão de suas reivindicações territoriais e marítimas (PANDA, 2016), ao mesmo tempo em que precisa preservar sua liderança e evitar disputas que prejudiquem seus esforços e atraiam ingerência externa.

## 4 A iniciativa OBOR e a consolidação do sistema sino-cêntrico

A Iniciativa é uma visão estratégica de longo prazo da diplomacia chinesa que reforça a integração euroasiática, aprofunda e alarga o sistema sinocêntrico. Seu potencial decorre de articular *capacidades* chinesas com *demandas* de vizinhos.

As capacidades chinesas decorrem de (i) um enorme estoque de capital; (ii) uma indústria de base com grande capacidade produtiva (aço, cimento, máquinas); e (iii) um impressionante *know-how* em serviços de engenharia. A exportação de capital é uma alternativa a suas reser-

vas internacionais - o AIIB é o pontapé inicial de um banco de desenvolvimento de grandes proporções. Citam-se também o Banco de Desenvolvimento China-África, o Banco de Desenvolvimento da China, o NDB/BRICS e o Fundo da Rota da Seda, que complementam os mecanismos de financiamento de infraestrutura no mundo e na Ásia.

A criação dessas novas instituições demonstra a busca por uma nova arquitetura financeira internacional - nas contestações a *Bretton Woods* depois da Crise de 2008 e na proatividade propondo novos espaços de cooperação econômica. Nove dos doze membros do Conselho de Diretores do AIIB são obrigatoriamente destinados a Estados asiáticos - o que sinaliza o compromisso da China com a região e com o assinado na Cúpula do G20 - a necessidade da representatividade dos países pobres na governança econômica internacional.

O *know-how* de engenharia tem se mostrado na realização de obras de infraestrutura incluindo ferrovias de alta velocidade, o que é por si o núcleo de uma estratégia de inserção internacional chinesa. Essa estratégia se expande com a oferta de infraestrutura de transporte, energia e comunicação - indispensáveis a qualquer projeto de desenvolvimento, o que apresenta o aporte chinês como uma grande oportunidade.

O AIIB assegura o compromisso regional e contra choques financeiros externos; já apresenta alguns resultados concretos, operando como promoção indireta da Iniciativa OBOR. Assim, tanto o AIIB quanto a Iniciativa são elementos centrais da diplomacia chinesa.

Enquanto a ênfase chinesa em infraestrutura reitera a política *win-win*, os EUA e seus aliados reiteraram uma política de força em diversos países, levando a efeitos humanitários catastróficos (BANDEIRA, 2016). Não se trata de escolhas ideais ou morais, mas de analisar as alternativas

em tela e as diferenças entre elas.

A infraestrutura leva à integração física; a integração física leva à integração econômica, e esta tende a levar ao desenvolvimento integral e compartilhado dos setores financeiro, energético, de comunicações, logística e turismo ao longo da Rota. Além disso, a integração proposta alude à *conectividade de ideais, instituições e do próprio comportamento diplomático* (CALLAHAN, 2016), buscando estabelecer sinergias entre o Sonho Chinês e o “Espírito da Rota da Seda”, promovendo também as concepções de “sonho asiático” e “comunidade de futuro compartilhado”.

O potencial da OBOR é tão grande quanto sua ambição. As capacidades chinesas suprem as demandas de seus vizinhos, e agora passam a ultrapassar sua “periferia” (ZHAO 2004) e seus “círculos concêntricos” de atuação externa.

O transbordamento do desenvolvimento e integração asiáticos - centrados na China - são sintomas de disputas sobre os caminhos da globalização. A estratégia busca os caminhos de menor resistência, mas tende a encontrar desafios proporcionais a sua ousadia. Os EUA tem tentado evitar o ressurgimento da Rússia e a ascensão chinesa por políticas de *regime change*, guerras por procuração e expansão do intervencionismo da OTAN. As contradições, os conflitos, o terror, o extremismo e as catástrofes humanitárias, também, tendem a estar presentes.

## 5 Considerações finais

A política externa chinesa se enraiza em princípios, como os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, se revelando, também, cada vez mais assertiva. O novo pensamento diplomático do *sonho chinês* e do *rejuvenescimento* da China, bem como novas ambições de *soft power*, tem novos desafios e demandas provocados também pela Iniciativa.

Por si, a iniciativa OBOR auxilia no enfrentamento desses desafios. Reduz assimetrias entre regiões costeiras e interiores; combate os “três males”; moderniza os transportes na Eurásia; fomenta mercados regionais; cria demanda para um excesso de capacidade industrial ociosa da China; atende carências ao longo do Cinturão e da Rota; favorece a diversificação das fontes e rotas de importação de recursos energéticos, naturais e de alimentos; apoia a internacionalização de estatais e não-estatais; apoia e é apoiada pelo surgimento de novos mecanismos de financiamento, bem como da internacionalização do RMB; e confere à China um maior envolvimento na coordenação das dinâmicas políticas eurasiáticas.

Considerando que a Iniciativa está comprometida com o processo de “nova normalidade econômica”, provavelmente continuará no centro da inserção externa da RPC. Constitui um projeto, portanto, que se propõe a reposicionar a China no plano internacional e redefinir elementos da ordem internacional.

# Nova conjuntura na Ásia: da comunidade do leste asiático à competição estratégica

José Miguel Quedi Martins et al.

## 1 Introdução

A Ásia tem vivido diversos desdobramentos políticos e securitários, como protestos na Tailândia, disputa no Mar do Sul da China e manifestações contra o acordo de liberalização China-Taiwan. Procuraremos apontar alguns desdobramentos prováveis para a conjuntura.

## 2 Processo integracionista

O modelo asiático atual é uma consequência da distribuição de cadeias produtivas japonesas após a Segunda Guerra Mundial, do fim da bipolaridade, crise asiática e vácuo de poder americano, que levou ao diálogo China-Japão-Coreia para gerenciar competição, cooperação e autonomia. O modelo adotado foi um “condomínio de potências”, um regime de segurança centrado na cooperação com a ASEAN, levando à confluência dos favoráveis à aproximação sino-japonesa - que foi ameaçada pela aquisição simbólica das ilhas Diaoyu/Senkaku pelo prefeito de Tokyo.

## 3 Pós-crise das Diaoyu/ Senkaku

A aquisição levou a uma série de protestos antinipônicos na China, hostilizando japoneses e empresas japonesas, levando a sua retirada e cau-

sando a diminuição no fluxo comercial, que até então crescia. Devido à interdependência das cadeias produtivas, também houveram danos indiretos.

Essa série de eventos levou à alteração das forças políticas internas dos países, com a eleição de Shinzo Abe e Xi Jinping, simbolizando uma composição do Politburo mais favorável ao “grupo de Shanghai”.

O aumento das tensões também fez com que o pivô americano para o pacífico assumisse um caráter mais militar e de contenção, pelo posicionamento de forças nas Filipinas, Austrália e Cingapura, além da adoção da estratégia de *Air-Sea Battle*, voltada a um possível confronto com os chineses. No plano econômico, se intensificou a Parceria Transpacífico que exclui a China. Em resposta, a China propôs os projetos da Nova Rota da Seda, além de iniciar negociações por uma área de livre comércio (RCEP) que exclui os EUA.

## 4 Conjuntura atual

O antigo consenso em torno de um regime de segurança foi substituído pela competição estratégica entre China e Japão. O engajamento americano na região passou a incluir também a costa do Índico, devido à importância das linhas marítimas de comunicação da região, bem como a ascensão da Índia como uma potência regional

militar. Cada vez mais os eventos securitários asiáticos se conectam, alterando a balança do continente todo.

A China tomou ações unilaterais de afirmação de soberania sobre os territórios no Mar do Sul da China que disputa com o Vietnã, levando a protestos antichineses, ataques a imigrantes e, após a morte de dois chineses, a evacuação dos nacionais chineses e de Taiwan do Vietnã. A ação chinesa pode ter sido calculada para rejeitar dissuasão, visto que foi tomada uma semana antes da Cúpula da ASEAN.

Esses eventos levaram à desestabilização do entorno chinês, com o golpe de estado na Tailândia, que prejudica uma região estratégica para a China - a instabilidade na bacia do rio Mekong. Na Coreia do Norte, surgem relatos de disputas entre o líder e o Partido pela reforma e abertura comercial, com aumento de construções e bens de consumo. A parceria chinesa parece ser essencial, e a estabilidade é essencial à China - que tem também criticado os testes nucleares. É questionável que exista real afastamento, mas inegável que a presença militar japonesa na fronteira com a Coreia do Norte aumentou.

Em Taiwan, após uma manobra procedimental pelo KMT para votar um acordo de abertura comercial com a China, o Congresso foi ocupado pelo Movimento Girassol e o acordo voltou à revisão. Taiwan buscava negociar simultaneamente o TPP e o CSSTA/RCEP asiáticos, aumentando a troca com os chineses e mantendo-se próximo dos americanos, mas as turbulências internas indicaram que maior cautela será necessária.

A China continua dual, afirmando a preferência pela cooperação e demonstrando a força quando necessário - ameaçando o Vietnã nos Diálogos de Shangri-Lá e participando de exercícios militares com os EUA no RIMPAC (afirmando que sua relação com os EUA caminha para a de ga-

nhos mútuos). Ao mesmo tempo, consolidam a rota da seda e assinam um enorme acordo energético com a Rússia.

Os EUA perceberam que estavam envolvidos num esquema de alianças da Guerra Fria e, para evitarem um conflito desnecessário, voltaram atrás no compromisso de socorrer seus aliados em qualquer situação. Diante da postura de Shinzo Abe, um confronto não é tão distante.

O rebalanceamento não está sendo abandonado - Obama busca partilhar seus custos, e percebe uma aproximação sino-russa advinda da Ucrânia. O presidente reeditou a doutrina Nixon estabelecendo parâmetros muito restritos a um envolvimento direto dos EUA.

## 5 Conclusão

As políticas dos EUA e da China para a região estão mudando. O cenário mais estável seria um novo regime de segurança para a região, unindo a reorientação americana e a necessidade chinesa por estabilidade. Os indicadores são a recusa americana de apoiar o governo golpista na Tailândia, a participação chinesa na RIMPAC e a linha retórica de conciliação, numa possível aproximação na “Comunidade Pacífica” proposta por Kissinger.

O pior cenário é a evolução das crises para um conflito entre China e Japão ou Taiwan, com possibilidade de envolvimento americano. Os indicadores são os antigos compromissos americanos de defesa na região e a posição assertiva dos chineses nos mares do Leste e do Sul da China.

Um cenário intermediário seria a neutralização das tensões que mantivesse a competição entre esquemas de cooperação econômica. Nesse cenário se afasta a possibilidade de confronto armado, mas se mantém a competição estraté-



gica sino-americana com o TPP e o RCEP. Para identificar os rumos, deve-se observar a evolução das **crises**, dos **modelos de integração** e dos **padrões de aliança**.

# Rumo a uma ordem asiática: confronto ou parceria?

Henry Kissinger

Os Estados asiáticos se veem como emergentes e pós-coloniais, e veem um mundo que muda. Costumam fazer alusões a tradições culturais diferentes e “eras de ouro” passadas.

Nos sistemas europeus anteriores, a preservação do *status quo* era uma virtude; na Ásia, onde os Estados são impulsionados por seu dinamismo e convencidos de que o mundo muda e eles ascendem, a busca simultânea de tantos programas de prestígio nacional cria certa volatilidade e os Estados se armam, aumentando o risco dos erros, ainda que busquem uma diplomacia cooperativa.

Esta organização é um desafio - foi a percepção de cada país e os interesses nacionais, e não o equilíbrio de poder, que deu forma aos mecanismos asiáticos. Será possível uma parceria que abranja a região?

## 1 Ordem internacional asiática

A China percorreu a mais longa trajetória entre os países asiáticos, além de ter se centrado no conceito de ordem mundial que mais funcionou, e o mais distante do vestfaliano. A ideia da China como centro da ordem mundial de sua unificação (em 221 AEC) até o século XIX sempre esteve extremamente arraigada, e só em retrospecto seus estudiosos desenvolveram o conceito do sistema tributário sinocêntrico - segundo o qual a China, em certo sentido, seria o

único governo soberano do mundo. O domínio do Imperador não era a “China”, mas o Mundo, no centro do qual estava a China, o “Império do Meio”.

O sistema era uma hierarquia universal, não uma competição; a diplomacia não era barganha entre interesses soberanos, mas cerimônias que davam ao estrangeiro a oportunidade de reafirmar seu lugar na hierarquia; outros monarcas não eram pares, mas pupilos ávidos por aprender e ascender. Somente no século XIX foi instituído um verdadeiro gabinete de relações exteriores, que, ainda assim, via sua prática como tradicional no contato com o Ocidente, não como uma diplomacia interestatal.

O objetivo desse sistema era estimular uma postura de deferência, não extrair benefícios ou dominar sociedades estrangeiras. Por milênios a China enganou e seduziu seus adversários, mas raramente os derrotou à força. O *kowtow*, ato de ajoelhar-se até o chão, foi um obstáculo nas relações com os Estados ocidentais; mas não era uma mesura como a europeia, do derrotado, mas uma deferência simbólica do vencido pela admiração.

A dominação psicológica era central, entremediada por ocasionais investidas militares para inspirar respeito e “ensinar uma lição” a bárbaros resistentes. Este enfoque psicológico se viu ainda em 1962, na Índia, e em 1979, no Vietnã.

Mas a China não tinha uma “missão” excepcionalista; seu objetivo era o desenvolvimento in-

terno, que esperava que fosse admirado pelo estrangeiro, que não poderia ser visto em termos de igualdade, ainda que amigo. Até os mongóis e manchus, ao conquistarem a China, adotaram seus elementos fundamentais, para administrar um povo tão numeroso e crente em sua superioridade cultural. Seus conquistadores se auto-assimilaram e viram suas regiões de origem se tornarem chinesas; a China não se expandiu por conquista, mas por osmose.

O que o ocidente viu como um processo de educação e engajamento internacional foi visto na China como uma agressão, conforme o imperador aceitou o embaixador inglês no século XVIII como quem traz um tributo, e negou sua embaixada permanente por crê-la impraticável se somada a todas as pequenas nações da Europa. O comércio que já era praticado lhe era suficiente, pois “possuía todas as coisas”.

Quando, tendo mostrado sua força nas Guerras Napoleônicas, outro enviado tentou o mesmo, e, não participando da cerimônia de *kowtow* com uma pequena desculpa, o imperador dispensou a missão e desencorajou tentativas futuras.

Essas ideias parecem presunçosas, mas eram condizentes com as ideias sobre seu lugar no mundo condizentes há um milênio. As potências ocidentais insistiram no livre-comércio, se concentrando no ópio; a China havia negligenciado seu exército por considerá-lo inferior na hierarquia confuciana.

Após tratados desiguais e resistência armada e violenta à instalação do diplomata inglês, a China foi obrigada a criar um “Bairro das Legações” para representantes diplomáticos. A aquisição de um sistema diplomático recíproco num sistema de Estados soberanos foi ressentida e relutante.

A questão central era se a China *era* um sistema mundial ou se era um Estado como outros, parte

de um sistema maior. Se prendeu à primeira hipótese, em sua carta a Lincoln em 1863, afirmando a boa vontade da China considerando os países de fora e o Império do Meio como uma “única família”. Legge, em 1872, indicou que era provável que a China não tivesse introjetado a ideia de que o domínio do Imperador acabava nas fronteiras da China.

A Europa passara pela Guerra dos Trinta anos e dela emergira com Estados limitados e independentes. A Ásia não teve o mesmo processo, e chegou à modernidade com centros cercados de reinos menores com muitas formas sutis e instáveis de interação. A China sempre havia sido o centro, com seu papel exportador de produtos desejados, e sua ideia de ordem mundial não era a da multiplicidade de Estados em condição de igualdade.

Para a China tradicional, tornar-se um Estado moderno foi uma degradação. A China do Século XXI não é apenas herdeira, mas uma grande potência vestfaliana; a nova China é uma busca pela síntese do “Tudo sob o Céu” e o modelo de Estado moderno.

## 2 China e ordem mundial

O governo de Jiang Jieshi que terminou a década de warlordismo da China buscou um lugar no mundo vestfaliano. O Japão, porém, tinha se lançado antes à modernização, e o governo nacionalista se viu impedido de consolidar posições contra a invasão japonesa da Manchúria em 1931 e do Leste em 1937. Emergiu vitoriosa em 1945, mas dilacerada e em agitação revolucionária.

Em 1949 Mao Zedong proclamou a República Popular da China, proibindo todo tipo de tradição e buscando uma “nova harmonia” do desmonte da antiga harmonia que deixara a China despreparada para a intervenção estrangeira. A

revolução seria contínua, e o desequilíbrio deveria ser uma regra para o ciclo de revoluções, para evitar a estagnação e a complacência.

Mao conduzia a política externa chinesa com a mesma convicção de centralidade da China, mesmo quando esta era muito fraca. Mencionava que venceria mesmo uma guerra nuclear, ainda que as baixas estivessem nas centenas de milhões, mostrando que contemplava a equanimidade da guerra mesmo com clara inferioridade militar - especialmente fundado na população e resiliência da China frente ao caos. Em 1971 Zhou Enlai revelou ao autor que “tudo sob o céu está mergulhado no caos, a situação é excelente”. A visão da China comunista se uniria à tradicional visão da corte imperial.

Mao enfrentou o dilema revolucionário da resistência e inércia das instituições tradicionais, e seu Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural foram desastres nos quais dezenas de milhões morreram - sem amor ou ódio, para acelerar um “processo histórico” - e levou ao exílio uma geração de jovens educados.

Os revolucionários venceram quando o preço pago por suas realizações foi tido como inevitável, o e público aceita Mao como um unificador que trabalhou pela dignidade chinesa. Saber qual aspecto de seu legado prevalecerá - um arrogante desafio maoísta ou a determinação serena ao suportar tumultos - terá um peso importante no futuro da China.

Em 1960 a China estava absolutamente isolada, a Revolução Cultural havia exaurido a resistência do povo chinês, e a União Soviética parecia prestes a atacar. Mao reagiu com uma mudança inesperada, pondo fim à Revolução, freando a ação dos Guardas Vermelhos com as forças armadas e se voltou aos Estados Unidos. A CIA acreditava que a tensão sino-soviética permitiria tal aproximação, mas que o fervor ideológico de Mao impediria que ocorresse durante sua

vida, o que não se mostrou verdade.

Revoluções precisam passar da exaltação à sustentabilidade, e este foi o papel de Deng Xiaoping. Embora tenha sido alvo de dois expurgos de Mao, ascendeu ao poder em 1976 e, buscando o “socialismo com características chinesas”, levou a um imenso avanço chinês em menos de uma geração. A China ingressou nas instituições internacionais e aceitou as regras estabelecidas.

A China não esquecera, porém, a ambivalência de sua visão de mundo e a forma como a ordem internacional inicialmente não condizia com a imagem histórica de si mesma ou com os próprios princípios manifestos do sistema vestfaliano (diante da desigualdade dos tratados abusivos). Entraram num sistema cujas regras não formularam, mas têm a real expectativa de influenciá-lo com o tempo. Conforme se aproxima do centro, a China desfrutou de muitos privilégios de potências (Olimpíadas, discursos na ONU, visitas recíprocas) e reconquistou a estatura que conhecia. A única questão que permanece é a ordem mundial.

Tanto a China quanto os EUA dizem respeitar o sistema internacional, conforme não concordam com certos de seus aspectos. A China não tem precedente para ser um grande estado entre outros, e os EUA nunca interagiram permanentemente com um país comparável de ordem doméstica diferente.

Suas experiências são diferentes. O enfoque americano na política é pragmático, o chinês é conceitual. Os EUA nunca estiveram sob ameaça de um vizinho poderoso, a China nunca esteve sem vizinhos poderosos. Os EUA sustentam que para um problema há uma solução; os chineses, que cada solução gera novos problemas. Os EUA buscam a solução imediata, a China a evolução gradual. O modo de pensar da China não é apenas comunista, mas chinês. Os EUA não têm familiaridade com este modo de

pensar.

Tanto os EUA quanto a China participam da ordem internacional de forma “regular” há muito pouco tempo. A China como centro benevolente de um mundo sob o céu e sob o mandato do imperador; os EUA e o excepcionalismo americano intervencionista que lidera o mundo. Os ajustes podem levar à rivalidade ou uma nova forma de parceria.

Cada geração de líderes da China buscou uma visão particular das necessidades chinesas. Mao buscou arrancar instituições consolidadas, até as construídas no início de sua vitória, para evitar uma tendência chinesa à burocracia. Deng Xiaoping entendeu que era necessário se envolver no plano internacional, não inquietando outros países, projetando influência sem ameaçar. Jiang Zemin, nomeado durante a crise na praça Tiananmen, superou o episódio pela diplomacia pessoal e ampliando a base partidária interna, transformando a China num membro pleno do sistema internacional. Hu Jintao atenuou as preocupações despertadas pelo crescente poder chinês; e criou as bases para o novo tipo de relacionamento proclamado por Xi Jinping.

Xi promoveu um amplo processo de reformas, com um sistema mais transparente e com menos relações pessoais e familiares, ainda que não democrático. Hoje a formação do Politburo não é mais de *mandarins* tradicionais, nem de *revolucionários* e seu próprio estilo de revolução, mas de pós-graduados com currículo ao estilo ocidental. Os líderes conhecem e são influenciados pela história chinesa, mas não se deixam aprisionar por ela.

### 3 Visão de longo prazo

A tensão entre a potência estabelecida e a potência em ascensão são comuns. Uma pesquisa de Harvard demonstrou que, de quinze dessas in-

terações, dez terminaram em guerra. Analistas se apoiam nesta história para prever a inevitabilidade do conflito

Alguns chineses veem muitas ações americanas como objetivando impedir o crescimento chinês, como a política de pivô americana como prenúncio de uma demonstração de força - que ainda não envolveu nenhuma movimentação militar. Alguns americanos temem que a ascensão chinesa prejudique a segurança americana, e que a China busque a hegemonia militar na região.

Estes analistas veem exercícios e manobras militares perfeitamente normais à luz mais sombria possível, “confirmando” seus temores. Cada lado deve agir de modo cuidadoso, lembrando-se das lições dos primeiros 14 anos do século XX.

Duas outras questões afastam os países - a obrigatoriedade da evolução na direção da democracia neoliberal, que a China rejeita, e a percepção sobre direitos humanos individuais, que os EUA podem adaptar às necessidades estratégicas mas não abandonarão. Deng via a política de direitos humanos como uma estratégia para justificar a intervenção no Terceiro Mundo.

A Coreia do Norte é uma questão mais imediata. Nas palavras de Bismarck, “o forte é fraco por seus escrúpulos e o fraco é forte por sua audácia”. O governo norte-coreano não tem nenhuma capacidade militar significativa, mas seu pequeno poder militar encoraja que outros países desenvolvam sua capacidade nuclear - um risco desproporcional a suas capacidades. Tanto os EUA quanto a China têm pedido, no CSNU, que a Coreia do Norte abandone seu programa nuclear.

Abandonar as armas nucleares pode ser a morte do regime de Pyongyang. Tanto EUA quanto China precisam alinhar políticas para a eventualidade de alcançar o desarmamento nuclear da

Coreia do Norte. Este seria um grande passo na direção do “novo tipo de relação entre potências”.

Os novos líderes chineses ainda não conhecem a reação da população a suas novas medidas. Não desejam aventuras no exterior, mas resistem a interferências em seus interesses exteriores de forma mais insistente que seus antecessores. É necessário reforçar a nova ordem e o novo equilíbrio com normas e cooperação.

Até o momento ainda não se traduziu em fato a parceria estratégica China-EUA no Pacífico, e nenhum acordo pode conceder um status específico para os EUA. Se estes se tornarem uma potência em declínio - opção, não destino - a China os sucederá. Os chineses sabem que os EUA conservarão sua capacidade de liderança, mas também que nenhum país está em condições de preencher o antigo papel de hegemonia unipolar do pós-Guerra Fria.

O equilíbrio na Ásia é precário, os atores são poucos, e uma única mudança de aliança tem efeitos vastos. Uma abordagem exclusivamente militar pode ter efeitos desastrosos, em alinhamentos ainda mais rígidos que os de 1914 na Europa.

No leste da Ásia existe certo equilíbrio entre China, EUA, Japão e Coreia, mas as duas grandes potências, enquanto rivais militares, se pronunciam parceiras políticas e econômicas na região. Os EUA são um aliado do Japão e um parceiro da China, permitindo certa flexibilidade - cujo abandono poderá causar uma série de confrontos de intensidade crescente, como causou na Europa da Grande Guerra com o abandono da flexibilidade dos acordos de Bismarck com a Áustria e Rússia.

A manutenção da paz depende do comedimento dos EUA ao impedir a hegemonia asiática e da China ao projetar seu poder. Não faria mais sen-

tido ver fronteiras em forças militares; conceitos de *parceria* deverão se tornar, de forma inédita, elementos da balança de poder moderna, e sua incorporação poderá construir um futuro mais pacífico para amenizar rivalidades e proporcionar experiências de cooperação.

A ordem sempre exige um equilíbrio sutil, e na Ásia combinará equilíbrio de poder e o conceito de parceria. A definição puramente militar será desastrosa. A puramente psicológica gerará receios de hegemonia. O estadista sensato deverá buscar o ponto de equilíbrio, pois fora dele o desastre está à espreita.